



FAVELADO TEM STATUS ?

(Experiencia de Educação fora da Escola
numa Favela da cidade de Campinas)

MARIA HELENA LOBO DE MELLO PURO

COMISSÃO JULGADORA:

Almeida

Carlos Pedreira Jr.

Paulo Henrique

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

A G R A D E C I M E N T O S

A minha família que suportou o ônus da consecução deste trabalho impedindo que eu perdesse o folego;

Aos moradores da Vila Brandina que me deram lições de como lutar por sua gente;

Ao Covian, um orientador precioso que durante o tempo todo me permitiu a vivência da liberdade.

"Não quero ver meu lar emparedado
nem minhas janelas calafetadas ,
quero sentir as culturas de todas
as terras circulando nele em má
xima liberdade.

Repugna-me, por^{em}, que o sopro de
algumas delas me desloque das raí
zes.

Minha religião não é o credo da
clausura. Comporta em seu seio a
mais humilde das criaturas de
Deus. Mas é impermeável a toda ar
rogância e a todo preconceito, se

Í N D I C E G E R A L

INTRODUÇÃO

Antecedentes	01
1. Delimitação do Tema	04
2. Problematização e Justificativa	05
3. Procedimento Metodológico	10

CAPÍTULO I

A CIDADE: O URBANO-INDUSTRIAL	14
1. Tipos de Cidade	14
2. Campinas: Traços Gerais	20
3. O Plano Diretor e sua Opção Industrializante	28
Considerações	32
4. Distrito Industrial de Campinas	38
Considerações	61

CAPÍTULO II

O CONTEXTO DA FAVELA	56
1. Descrição Físico-Geográfico-Ecológica	56
2. Organização Grupal	65
3. A Favela em Face das Influências do Meio	75

CAPÍTULO III

A EDUCAÇÃO INFORMAL DE BASE COMUNITÁRIA	83
1. Pressupostos Educativos	83
2. Uma Concepção de Sociedade	88
3. Determinação dos Fins a Serem Atingidos	98
4. Um Conjunto de Meios Construídos para se Atingir os Fins	103
4.1. Envolvimento da População	104
4.2. Composição da Equipe de Trabalho	124
4.3. Desenho Urbano	140
4.4. Documentação sobre a cidade	105
5. Proposições Alternativas	160
CONCLUSÃO	174
BIBLIOGRAFIA	178
ANEXOS	

I N T R O D U Ç Ã O

Antecedentes

A elaboração desta dissertação foi possibilitada pela minha participação nas pesquisas de campo que se realizaram em Paulínia (1976 - publicação FE/UNICAMP "Levantamento sócio-educativo da cidade de Paulínia") e Campinas (2º semestre de 1977 e 1978 na implantação do programa "Cidade Educativa").

Os dois trabalhos, embora se tenham desenvolvido em locais diversos e expressado de formas diferentes, fundamentaram-se em alguns aspectos comuns: faziam parte do mestrado da Faculdade de Educação, através de duas disciplinas: "Sociologia da Educação" e "Sociopatias-Problemas Sociais", cujo professor e diretor de pesquisa foi o Dr. Roberto César Covian.

O interesse inédito da investigação era dar oportunidade de se observar a cidade de maneira que se percebesse como o meio social educa seus habitantes. O universo pesquisado era, portanto, extra-escolar, focalizando-se a cidade, bairro

ou determinado local periférico para estudar suas organizações, sistemas de abastecimento, transportes, formas de expressão cultural, desenho urbano, bem como as injunções que este conjunto compunha como fator de educação. Daí minha escolha do título específico *Educação fora da Escola...* que tem por objetivo chamar a atenção para o peso dessas injunções num processo educativo, que pode complementar-se ou distanciar-se da educação escolar institucionalizada.

Para a realização daquele trabalho foi constituída uma equipe que no seu primeiro momento se compunha de alunos do curso de Pedagogia que também cursavam "Sociologia da Educação", com o mesmo professor, no mesmo esquema de pesquisa, com a única diferença de aquele curso se desenvolver em nível de graduação. A esse grupo juntaram-se mestrandos, e o conjunto realizou a pesquisa de Paulínia. A graduação, como grupo, não se manteve na pesquisa de Campinas, entre outros motivos, pelo fato de os componentes concluírem o curso, deixando a universidade.

O grupo compunha-se de uma coordenação geral, afeta a mim, dois sub-grupos a um dos quais eu chamaria "fixo" e ao outro de "flutuante". No primeiro, o interesse dos componentes pelo trabalho excedia as obrigações acadêmicas e renunciava uma profissionalização: sua participação se desenvolvia fora de horários pré-determinados ou prescrições curriculares, tanto nos fins de semana como durante as férias. Estas eram estabelecidas entre os componentes, de comum acordo, em sistema de rodízio com o objetivo de não interromper o contacto entre o grupo de trabalho e as comunidades locais pesquisadas. O segundo grupo,

ou seja, o "flutuante", compunha-se de elementos cuja opção de trabalho respondia às exigências curriculares.

Semanalmente eram realizadas reuniões conjuntas para analisar, criticar e trocar experiências, pois, no caso de Paulínia, cada componente se responsabilizava por determinada área de conhecimento em aplicação e, no de Campinas, por um bairro ou favela numa ação conjunta e interdisciplinar. Formávamos, também em Campinas, sub-grupos com profissionais, universitários ou pessoas de áreas diversas que nos davam assessoria transitória e extra-oficial.

Cabiam-nos obrigações para com o poder público diante do qual constituíamos um grupo especializado em educação que prestava serviços previamente convencionados. Por este motivo, participávamos de reuniões onde, direta ou indiretamente, fossem tratados aspectos relacionados com nossas atividades que eram examinadas pelos organismos públicos, ou de qualquer forma interligadas às suas secretarias ou grupos de trabalho. Mantínhamos nessa época a crença na possibilidade de concretizar, a nível de interesse público e organismos oficiais, trabalhos inéditos que nunca saíam dos círculos acadêmicos.

Ao término dos nossos contratos de serviço com a prefeitura local, prosseguimos a experiência apenas dentro do programa de mestrado da Faculdade de Educação, seu âmbito de origem.

Para consecução desta dissertação sofri limitações impostas pela falta de verbas, fator que me obrigou a mutilar a investigação, pois o projeto inicial abrangia uma comparação entre dois núcleos: a favela e uma vila planejada.

Embora o pesquisador não deva enfatizar as dificuldades que enfrentou durante o trabalho, sob pena de ao descrever seus tropeços se valorizar demasiadamente, penso que na presente conjuntura estes aspectos não devem ser omitidos por falsa modestia, pois revelam um significado mais amplo: retratam e denunciam pressões que a comunidade universitária vem sofrendo no exercício de suas atividades e, por isso, se tornam socialmente relevantes.

1. Delimitação do Tema

Essa dissertação pretende ser uma contribuição no campo da Educação informal de base comunitária e foi elaborada a partir de observações levadas a efeito na favela "Vila Brândina", que se localiza na periferia de Campinas.

Considerando que o meio social educa e a "cidade constitui um sistema informal de educação"⁽¹⁾, o objetivo específico do trabalho foi elaborar uma reflexão crítica a partir da realidade investigada, a fim de descobrir que caráter educativo essa realidade confere aos grupos humanos que a formam.

Para tanto, a cidade, como macro-organização à qual pertence a favela, também foi objeto de análise, na medida em

que ambas se articulam para determinar a formação de um tipo humano básico.

A intenção do trabalho é saber até que ponto um ser humano pode exercer a vivência de valores fundamentais, como a sobrevivência e a participação através de um processo educativo, morando na favela de uma cidade em vias de industrialização.

A pesquisa foi basicamente prática, incluindo, po rém, aspectos teóricos indispensáveis para se universalizar uma problemática que se delineia em proporções cada vez mais graves, ou seja, a pauperização dos centros urbanos, e o conseqüente favelamento de seus habitantes em número cada vez mais elevado.

- Pretende-se desta forma atribuir um estatuto à edu cação informal de base comunitária, na medida em que constitua uma proposta para a educação do homem, pessoa-urbana, fora da escola.

2. Problematização e Justificativa

Durante dois anos e meio, convivi e observei a favela "Vila Brandina", desenvolvendo uma experiência conjunta que considerarei um processo educativo fora da escola. No que diz respeito à minha pessoa, este caráter educativo se manifestou na constatação de que não fui mera observadora (excetuando a fa se da coleta de dados), mas interfeirei na realidade, ao participi

par de trabalhos conjuntos com os moradores, procurando modificá-la e sendo modificada por ela no decorrer do processo, num desempenho de educador-participante.

Constatei que não existe educação intencionada para o morador de favela; a idéia é habitualmente confundida com assistência social. Penso que a favela é, para a maioria das pessoas, como uma foto branco e preto, poluindo o teor colorido da cidade que pretende sempre ser um postal. É ainda um amontoado assimétrico de barracos que, pelo seus matizes, se confundem e se encaixam nas saliências e reentrâncias dos terrenos sempre mais acidentados onde ela se localiza. Isto porque, quando um empreendimento imobiliário dispõe de uma área para lotear, destina a parte mais acidentada para o poder público, a fim de cumprir a exigência legal de construção de praças. Via de regra, nesses terrenos públicos, surgem as favelas, recheadas de seres humanos superpostos. Elas sempre me intrigaram. Seus moradores mais pareciam espectros que espreitavam escusos a cidade vivendo sua vida entre as comodidades da urbanização, a segurança das infra-estruturas e o ethos de partícipe que caracterizava o cidadão. O favelado era alguém que desafiava as tabelas sociológicas, pois sem "status" definido não se enquadrava nem na categoria de "lumpen", nem na de marginal e muito menos na de simples habitante... Não deixava entretanto de ser alguém. Quem era ele afinal?

A constatação era provocante, pois ensejava uma análise da educação informal, feita a partir da própria cidade como tal, considerando que o meio social educa e que a cidade é portadora e criadora de cultura. E de que cada associação deve assumir uma função docente...

7.

Isto me remetia a perguntas deste tipo: que função docente pode exercer uma favela? Como se desenvolve nela uma ação educativa? Que pensavam as pessoas submetidas a tão duro cotidiano?

Superficialmente, uma favela seria o algerado de barracos que assenta em próprio público na periferia das grandes cidades em locais destituídos de infra-estrutura básica, ocupados por populações migrantes de baixíssima renda.

Se se fizer, no entretanto, um estudo mais detalhado constata-se que a problemática é bem mais complexa, "cada favela é uma favela", isto é, tem características próprias de acordo com sua localização da qual resulta uma circunsvizinhança fornecedora de grupos de ajuda ou de pressão, fator determinante de um tipo de relacionamento que pode variar da agressividade ao compadrio.

Para tanto, não importa o nível socio-econômico dos circundantes, mas, sim, o significado que a favela tem no local como fator de ocupação de um espaço social e a rede de relações dele decorrentes. A partir daí, pode ocorrer que tanto o individuo de elevado padrão socio-econômico como o morador de vila planejada, que usufrui em primeira mão o direito de propriedade, tenham concepções semelhantes, a respeito da problemática da favela. Na maioria das vezes, para ambos, resolver a questão dos favelados consiste em descobrir meios e recursos mais eficazes para sua extinção, ou seja, promover o *desfavelamento*. Com o vocábulo já se acha sobrecarregado de sentido pejorativo, eventualmente é substituído por eufemismos como: "transferência para um local melhor", "triagem para o bem deles", "superação do problema

da sub-habitação", "recambiamento para o local de origem" ,
etc...

Porém, não se leva em conta neste tipo de apre-
ciação que a favela constitui um efeito e não causa de um
conjunto de problemas alguns insolúveis a curto prazo, po-
dendo ser sintoma de patologia social, ou alternativa de op-
ção emergente, que deve ser analisada em seu conjunto, pois
a remoção de forma isolada é inócua e geradora de novas ten-
sões.

Diante dessa perspectiva, nenhum segmento da so-
ciedade concebe sequer a possibilidade de se desenvolver um
processo educativo na favela com a participação de seus mora-
dores. Mesmo porque qualquer tipo de educação que se propu-
sesse diante de bases tão unilaterais seria, a meu ver, frus-
tradoras para ambos os protagonistas: os contingentes da so-
ciedade quando se consideram únicos detentores de valores mo-
rais, sociais, etc, para sentenciar sobre a destinação dos
favelados e estes últimos quando se refugiam na resignação
à dependência, limitando-se a viver dos favores dos mais aqui-
nhoados.

Tornou-se necessário, além da investigação do
meio social da favela, analisar, na área econômico-política,
aspectos do modelo de desenvolvimento industrial adotado pe-

lo poder municipal no fim da década de sessenta que signifiquem uma opção ao industrialismo a se concretizar na implantação de um Distrito Industrial. Esta análise foi aprofundada apenas nos aspectos que de qualquer forma se inter-relacionam com a problemática em questão.

O problema pode ser equacionado em torno das seguintes questões: como se caracteriza uma favela numa cidade em vias de industrialização e como ela educa seus moradores? Como se articula com a vida e a organização da cidade? Como o favelado inventa meios para sua educação? Que agentes reconhece como aliados e como adversários no decorrer deste processo educativo? Por outro lado, quais os traços educativos consideráveis que a cidade como macro-organização, à qual pertence a favela, está conferindo a seus habitantes como um todo? Que tipo humano está contribuindo para formar? Quais suas opções fundamentais? A que plano diretor obedece?

3. Procedimento Metodológico

O tema induz a uma abordagem praxica que salta do particular para o global e vice-versa, à procura de teorizações sobre a totalidade heterogênea que compõe a cidade e os traços educativos que daí decorrem.

Assim sendo, menos do que conclusões, este trabalho apresenta alternativas para uma reflexão crítica, de maneira que o leitor interessado no tema agregue propostas concretas às já existentes.

Estas alternativas foram buscadas basicamente, através, de recursos sociológicos, como a observação participante que consiste em tornar o pesquisador tanto quanto possível um membro do meio social que pretende investigar. É a partir desta situação que ele recolhe seus dados, cria suas táticas e estratégias.

Em se tratando de cidade como um todo, observa-se que

"não há método fixo, porque a realidade dos distintos bairros difere bastante, o objetivo buscado vai inspirando os métodos. Não seria possível a aplicação de um modelo único que fosse viável para uma comunidade de classe média e ao mesmo tempo para uma favela. O método é aquele que tende a comprometer toda a comunidade no processo educativo que não se pare o homem de seu trabalho, de seus lazeres, de sua casa. Que se adapte às suas necessidades, propondo soluções a seus problemas concretos desenvolvendo seu sentido crítico, a seleção e correção da informação, ampliando seu universo de trabalhador e cidadão" (2)

(2) COVIAN, Roberto Cesar. "Relatório - A Cidade Educativa", p.7.

Dessa forma foram usados recursos filosóficos que permitiram uma reflexão crítica dos aspectos educativos dessa mesma realidade, bem como o auxílio de princípios de fenomenologia, como a redução. E, ainda, recursos históricos indispensáveis para compreender e identificar contornos de dependência da sociedade brasileira, bem como o papel do educador de pensar novas perspectivas para a educação.

Para atingir esses objetivos foram preparados dois instrumentos de análise:

1. Pesquisa de campo a fim de: (observação participante)
 - 1.1. detectar valores, necessidades e aspirações dos moradores da favela Vila Brandina que norteiam sua conduta;
 - 1.2. proceder a caracterização físico-geográfica ecológica do local.
2. Pesquisa documental a fim de: (análise crítica)
 - 2.1. conhecer o plano diretor que rege a cidade e faz opção por sua industrialização;
 - 2.2. conhecer o plano para implantação do DIC - Distrito Industrial de Campinas.

A partir dos dados obtidos, foram estabelecidas relações entre os dois instrumentos de forma a se definir a cidade como expressão concreta de uma globalidade, e a sua condição

ção de macro-organização na qual está inserida a favela⁽³⁾.

O trabalho compõe-se de 3 capítulos e conclusão.

No I capítulo procurou-se tipificar o fenômeno urbano, suas características industrializantes e a maneira como ele vem manifestando-se em Campinas, através de direcionamentos contidos nos documentos de planificação referentes à cidade.

No II capítulo, tentou-se uma reconstituição do contexto da favela, de acordo com sua caracterização espacial, organização grupal de seus moradores, bem como as influências que o meio circundante exerce sobre ela.

Mediante uma relação entre o conteúdo dos dois primeiros capítulos, no III, apresentou-se uma proposta de educação informal de base comunitária formulada a partir das aspirações expectativas e necessidades dos moradores na concretude da cidade.

Na conclusão procurou-se demonstrar em que consiste a educação informal de base comunitária e quem é o favelado que dela participa.

(3) Pode-se concluir que este procedimento está próximo (embora não se tenha a preocupação de criar rótulos) ao que Lefebvre chama de transdução: "uma operação intelectual que pode ser realizada metodicamente e que difere da indução e da dedução clássicas e também da construção de 'modelos', da simulação do simples enunciado das hipóteses. A transdução elabora e constrói um objeto teórico, um objeto possível, e isto a partir de informações que incidem sobre a realidade, bem como põe uma realimentação (feed-back) incessante entre o contexto conceitual utilizado e as observações empíricas. Sua teoria (metodologia) formaliza certas operações mentais espontâneas do urbanista, do sociólogo, do político, do filósofo. Ela introduz o rigor na invenção e o conhecimento na utopia". LEFEBVRE, Henri "O Direito à Cidade", Documentos, São Paulo - 1969.

"O fenômeno urbano manifesta hoje sua enormidade, desconcertante para a reflexão teórica, para a ação prática e mesmo para a imaginação. Sentido e finalidade da industrialização, a sociedade urbana se forma enquanto se procura."

Lefebvre

C A P Í T U L O I

A CIDADE: O URBANO-INDUSTRIAL

1. Tipos de Cidade

A industrialização ao caracterizar as cidades modernas constitui o depoimento de uma época. Convém não esquecer que as cidades antecedem a indústria e no decorrer da história ligaram-se a outros meios de produção, nem sempre se caracterizando exclusivamente por eles. O que acontece invariavelmente é o surgimento de um conjunto de relações ao redor desses meios de produção, é o fluir de uma realidade social que encarna o drama humano. A essa realidade social chamamos vida urbana. Ela procura preservar na cidade seu sentido de obra feita, de valor de uso (a cidade, a vida urbana, o tempo urbano, como obra) enquanto os modos de produção definem o produto e o valor de troca (os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos).

Esses dois aspectos na prática são indissociáveis, mas como definem a textura da cidade, a predominância de um deles determina uma centralidade que caracteriza um tipo urbano. E, se de um lado cada modo de produção teve seu tipo de sociedade e, conseqüentemente, sua vida urbana, de outro tipificou sua centralidade que nem sempre coincidiu com a ênfase no sistema de produção.

Lefebvre⁽⁴⁾ constata que historicamente as cidades assim se caracterizaram:

Cidade oriental reflexo do modo de produção asiática, era essencialmente política; administrava o território agrícola e constituía-se num caminho triunfal, pelo qual desfilavam os exércitos e realizavam-se as procissões. O palácio do príncipe era a centralidade que reunia o poder e o ethos sacral difundido pelo espaço territorial. Essa centralidade se fazia representar por uma porta que constituía o próprio centro urbano, local fechado aos aglomerados humanos. À sua volta reuniam-se ladrões, forasterios, errantes. Do lado ficava o tribunal urbano em cujas cercanias estavam pontos de encontro espontâneos que também se transformavam, conforme a ocasião, em arena das lutas e repressões urbanas.

A cidade arcaica grega ou romana, ligada à posse de escravos, também era essencialmente política e sua centralidade se concentrava na ágora, espaço vazio junto à praça, na qual se realizavam reuniões. Ao lado estava o fórum. Para os gregos, porém, a cidade, bem como seus pensamentos ligavam-se não à sua

(4) LEFEBVRE, Henri, "O Direito à Cidade", Documentos, São Paulo, 1969.

centralidade mas a um Cosmos. Este constituía uma distribuição luminosa dos lugares no espaço, em oposição ao mundo que era considerado o corredor das trevas.

A cidade medieval sem perder o caráter político foi principalmente comercial, artesanal e bancária. Ela integrou mercadores antes seminômades, relegados para fora da cidade. Sua centralidade é a praça do mercado que se avizinha da igreja. Substitui o território pelo "recinto". Neste o símbolo e a função são diferentes dos que a cidade oriental expressava: a centralidade urbana acolhe as pessoas e os produtos são proibido a entrada daqueles que constituem uma ameaça a sua função principal, que passa a ser essencialmente econômica. Esta conjuntura constitui o advento do capitalismo em virtude da substituição gradativa do valor de uso pelo valor de troca que nela se opera. Surge a ênfase no econômico que, entretanto, coexiste com o cuidado que se tem por sua centralidade funcionalizada. O valor de uso ainda se faz sentir através dos estilos das casas com arcos, pela imensidão das praças, pela suntuosidade dos prédios públicos e pela existência de numerosos lugares de prazer. A igreja legitima os negócios com sua bênção e na praça, que se situa entre ela e o mercado, realizam-se assembléias de duplo caráter: religioso e racional (racionalismo comercial).

O surgimento da cidade capitalista cria o centro de consumo que não se confunde com sua centralidade. Esta constitui-se de uma duplicidade composta pelo lugar de consumo e consumo do lugar: concentração comercial no centro incluindo comércios raros e produtos de luxo. Mantém para sua instalação a preferência pelos espaços anteriormente destinados à mesma

função. Ao contrário, porém esses espaços privilegiados para consumo, também são consumidos como tal. Passam a constituir motivos de aglomeração de pessoas que falam, olham e se reúnem a partir das coisas transformadas em mercadorias. Isto estabelece a linguagem da mercancia e amplia o valor da troca, tenta conciliar o valor de uso ao valor de troca, absorvendo o primeiro em função do último. Nota-se, porém, uma resistência do valor de uso a essa absorção e, através da recusa em se descharacterizar, este valor ainda confere ao centro urbano um papel de irredutibilidade.

Na cidade neocapitalista há uma superposição do centro de decisão ao centro de consumo. (Não há tentativa de contestá-lo nem de destruí-lo) Não enseja mais a reunião das pessoas nem das coisas, mas acumula informações e conhecimentos.

"Inscribe-os numa forma eminentemente elaborada de simultaneidade: a concepção do conjunto incorpora do no cérebro eletrônico, utilizando a quase instantaneidade das comunicações superando os obstáculos (as perdas de informação, as acumulações insensatas de elementos, de redundâncias, etc)" (5)

Neste conjunto está a centralidade específica. Os que a constituem visam o poder ou são seus instrumentos. Isso enseja um problema político. O domínio da técnica passa a ser importante, mas não se circunscreve apenas a ela, envolve suas articulações sócio-políticas. Trata-se de constituir uma superprogramação para dominar os senhores em potencial: aqueles cujo poder permite a apropriação de todas as possibilidades.

(5) Idem, p. 121.

A partir dessas colocações de Lefebvre, constata-se que na cidade neocapitalista, o centro de decisões dependerá da capacidade que o poder juridicamente constituído tiver de se apropriar dessas possibilidades. Caso contrário será um mero preposto administrativo que coexistirá ou dependerá de um poder paralelo ou superior, este sim, capaz de conseguir essa apropriação. E onde esta se der, aí estará a centralidade.

Nos países do terceiro mundo, convém assinalar, a centralidade das cidades se encontra na maioria das vezes fora do país onde elas se situam. Desde os tempos coloniais, isto ocorreu de tal forma que se torna impossível analisar o processo de urbanização da América Latina, sem relacioná-lo à Sociologia da dependência, relação que induz a uma análise social global.

O processo de concentração urbana iniciou-se na Europa coincidindo com a aceleração do crescimento demográfico e a revolução industrial a partir de 1750. Desde essa época, o móvel gerador da civilização opera no espaço físico da cidade. Isto, porém, surge como um aspecto característico de economias que se desenvolviam. Tanto que na Europa o processo de urbanização acompanhou e resultou da industrialização.

Também Lefebvre⁽⁶⁾ se refere à industrialização como o processo indutor das transformações da sociedade. Os induzidos seriam, entre outros, os problemas relativos ao crescimento e à planificação, questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana com a gradual importância dos lazeres e as questões relativas à cultura.

(6) Idem.

Na América Latina, entretanto, as coisas se passaram de maneira diferente e constata-se que inexistia uma correlação entre industrialização e urbanização. O desenvolvimento que se operou com a incorporação da América Latina ao sistema da divisão internacional do trabalho foi acompanhado pela ampliação dos serviços comerciais e financeiros, bem como pela organização de um aparato estatal complexo. Por esta via de consequências ocorreu o processo de urbanização latino-americano e, principalmente, o crescimento das capitais e cidades menores em função de sua localização nas principais linhas comerciais. Anibal Quijano fala sobre o assunto:

"A dependência colonialista primeiro, e a imperialista depois, determinaram mudanças no perfil da rede urbana (distribuição e flutuação das sociedades urbanas), e mudanças nos conteúdos da sociedade colonial na América Latina. Durante os séculos XVI e XVII, a rede urbana colonial estendia-se principalmente ao largo do México, Guatemala, na orla do Pacífico sul-americano e nas zonas metalíferas andinas. Do lado atlântico, ao contrário, o desenvolvimento urbano era mais fraco. A partir do século XVIII, à medida que a Inglaterra substituiu o domínio espanhol, abrem-se as rotas do Atlântico, que alteram a distribuição do comércio com as colônias da América do Sul. A rota de Buenos Aires substitui a do Panamá-Lima. Como resultado disto, no lado atlântico começam a se desenvolver centros urbanos de importância, mais rapidamente que nos países do Pacífico" (7)

Esta situação de economia reflexa determinou o surgimento de núcleos mais desenvolvidos contrastando com outros dominados por intenso pauperismo, localizados num mesmo país e, muitas vezes, na mesma região.

(7) ANDER-EGG, Ezequiel, "El mundo en que vivimos", Editorial ECRU - Buenos Aires, 1975.

No Brasil as coisas se passaram da mesma maneira e Paulo Singer diz a respeito:

"que as cidades que acabaram por se industrializar foram geralmente aquelas que tinham relativa expressão urbana por terem sido antes importantes centros comerciais. Tais centros, quase sempre já possuíam parte dos serviços de infra-estrutura de que a indústria necessitava. A industrialização, por sua vez, fez surgir uma grande variedade de novos serviços (educação, pesquisa científica, do governo, de finanças, contabilidade, etc). Além de fazer crescer enormemente muitos dos já existentes". (8)

Logo, o processo de urbanização na América Latina não foi decorrência direta da indústria; esta sim, escolheu para sua implantação núcleos dotados de equipamentos básicos aos quais se superpôs, mudando o ritmo de seu desenvolvimento (9).

2. Campinas: Traços Gerais

Campinas localiza-se a 94 Km de São Paulo e 127 Km do porto de Santos, ocupando uma área de 781 Km² com uma população superior a 600 mil habitantes, segunda população urbana do Estado. Conta com duas universidades, a estadual e a católica e com um total de 285 unidades primárias e secundárias, 63 de en

(8) BERLINK e HOGAN, "Desenvolvimento e Migrações para São Paulo", mimeo, UNICAMP, 1974 - pg. 25.

(9) Excluem-se as cidades operárias que surgiram em torno e em decorrência da implantação de indústrias, como é o caso do ABC, podendo-se, no entanto, discutir a que tipo de cidade pertencem, pois seu centro de decisão se encontra muitas vezes fora do país.

sino supletivo e 74 cursos diversos. Conta com 22 unidades hospitalares, sendo 6 de categoria geral e 18 especializadas.

Fundada em 1774, a cidade desde o início se caracterizou por uma capacidade de se autoabastecer e abastecer a região.

Já no ciclo do açúcar (começo do século passado até 1830/36), os engenhos tinham vida autônoma, embora ainda comercialmente fechada, porque então a comunicação entre eles se fazia ao nível puramente pessoal, de camaradagem. Cada engenho produzia tudo para si e o que importava da Europa eram coisas superficiais, como o sal, por exemplo. Mas, ainda ao tempo da escravatura formaram-se núcleos de artífices que faziam mobílias, objetos de madeira, trabalhavam em ferro e eram mandados pelos senhores para aprender ofícios com carpinteiros, ferreiros, construtores, etc. (10)

Mas, também um teor industrializante se manifestava na própria organização do engenho, uma vez que ali se fabricava a maquinaria impulsionadora da produção de açúcar, como moendas, com suas engrenagens de madeira, cochos para secagem do caldo de cana, bicas incluindo-se a transformação técnica que se operou

(10) "Mestre carapina", já conhecido na história da cidade, queria dizer carpinteiro, mas sua atividade não se circunscrevia apenas a esse ofício. Eram engenheiros práticos: esses escravos calculavam a construção de um sobrado e o construíam. Isto ocorreu até a metade do século passado com sobrados que chegam até nossos dias e foram construídos por esses engenheiros (toda parte de taipa, amarração do telhado de grande dimensão), sendo que os engenheiros graduados só chegavam na fase final para terminar a construção. A velha igreja do Carmo foi feita só por "mestres carapinas" como muitos outros prédios cujos construtores podem ser identificados ainda hoje.

(dados colhidos com o historiador CELSO MARIA DE MELLO PUPPO e que fazem parte de um trabalho ainda não publicado).

pela substituição do engenho vertical para o horizontal. Também o ferro continuou a ser trabalhado tanto na construção de ferramentas de trabalho de todos os tipos até as armas brancas.

A importação so surgiu quando o aumento de produção permitiu uma acumulação de capital que despertou o interesse por objetos mais sofisticados, superfluos, de luxo, incluindo pianos, vinhos (havia o de fabricação local) e moveis. Mas estes ultimos ainda serviram de modelo para o aperfeiçoamento da produção local. Nessa epoca ja havia uma tecnica mais avançada dos artífices escravos que fabricavam com madeira local (de lei) moveis "Luiz Felipe", imitando os importados europeus sem nada dever a qualidade que estes apresentavam.

Esses escravos, oficiais de determinada profissão, desempenharam um papel preponderante no padro de vida do engenho e na arquitetura da cidade pelo trabalho e arte que sua atividade desenvolveu.

No ciclo do cafe (segunda metade do seculo passado) desenvolveu-se um processo de descascamento construído na propria fazenda, o qual ja era um aperfeiçoamento do sistema de descascamento em pilo ou monjolo impulsionado a água⁽¹¹⁾. O aumento da produção e a consequente acumulação de capital de terminou o surgimento de firmas como a Mac-Hardy que aqui se fixaram produzindo maquinas a água e depois a vapor, mecanizando a produção.

(11) Esse aperfeiçoamento consistia em colocar num cocho circular os groos de cafe e acionar sobre eles uma enorme roda de madeira que girava sobre eles, no mesmo leito e era puxada por bois. O atrito descascava os groos.

Campinas tornou-se, então, um centro de distribuição tanto de material importado como produzido no local, autoabastecendo-se e abastecendo a região que era constituída de uma parte do Estado de São Paulo e sul de Minas.

Embora submetida aos eventos conjunturais da economia em âmbito internacional e nacional, é preciso considerar o fato de a cidade ter sempre criado e aperfeiçoado meios técnicos para produzir o que precisava para si e para a região. Isso induz a uma predisposição de criação de tecnologia própria. Atribuir-lhe no setor industrializante apenas um teor de dependência é simplificar demasiadamente um sistema de dupla função econômico-industrial característico da cidade.

A atuação do capital estrangeiro decorrente do comércio de café se fez sentir principalmente nos setores de transportes e bancos, o que determinou na cidade o desenvolvimento de novas funções comerciais e de serviços voltados para as necessidades de uma sociedade rural já integrada numa economia que se interligava ao mercado mundial.

Desenvolveram-se atividades industriais no setor da produção de alimentos, vestuário, instrumentos agrícolas, construção civil e manutenção de estradas de ferro.

Esse processo de transformação econômica determinou a mudança do caráter de polo que a cidade já tinha: de rural a urbano, e no desenvolvimento de uma estrutura social relativamente dinâmica. A cidade definiu, então, sua identidade socio-econômica em consonância com o desenvolvimento da cultura do café.

Na primeira metade do século XX, apesar de o desenvolvimento da cidade ter sido menos acentuado em decorrência da epidemia de febre amarela (1899-1900), consolidou-se ela como centro comercial e de prestação de serviços, principalmente nos setores de saúde e educação. Nesse período, Campinas começa a se identificar pela qualidade de sua infra-estrutura e do elevado padrão de sua vida urbana.

Dessa forma, até 1950, o processo de industrialização se constituía de uma indústria com base regional: além da existência de mercado criado pela cafeicultura, a mão de obra imigrante de tradição fabril havia possibilitado um aprofundamento da tendência industrial local. Em decorrência disso implantaram-se indústrias têxteis, cortumes, fundições de algumas peças e equipamentos para usinas de açúcar e cachaça. A estrutura industrial da região se desenvolveu, então, mantendo estreitas relações com a oferta agrícola e com suas próprias condições de manter os mercados em que atuavam.

A partir de 1950, o Estado de São Paulo sofreu modificações substanciais na evolução de seu processo de industrialização, com o desenvolvimento acelerado de indústrias dos setores metalúrgicos, mecânicos, de material elétrico e de transportes. Isso ocasionou alterações importantes, pois as empresas modernas implantadas eram dissociadas de base econômica regional.

Isso ocorreu em consequência da evolução do processo substitutivo de importações concentrado em São Paulo, uma vez que essas indústrias necessitam de uma sólida infra-estrutura de serviços e energia, guardando entre si uma relação de interdependência, atraídas para os centros com disponibilidade de capitais e de mão-de-obra.

No entretanto, muitas dessas indústrias se transferem para o interior usufruindo infra-estruturas pré-existent, como é o caso de Campinas, considerando-se o fato de prefeituras realizarem obras de acordo com os grandes projetos que se interiorizam. Foi a época (e continua sendo em alguns locais) da doação de terrenos por parte do poder público para que essas indústrias se instalassem. Essa intensificação de atividade industriais foi característica dos anos de 50 a 70, acompanhada de transformações econômico-sociais correspondentes, a nível nacional e latino-americano.

Campinas, conforme o exposto, que já dispunha de um sólido parque industrial de base regional, reunia condições favoráveis tanto com relação à infra-estrutura de serviços básicos como à financeira e de preparo de mão-de-obra técnica, constituindo atração para instalação de novas indústrias.

Suas características de pólo se reafirmam tomando feições das novas atividades, tipificando a Região de Campinas: uma das três apresenta maior índice de desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, vindo logo depois do ABC e Vale do Paraíba. Enquanto as duas primeiras regiões se baseiam no desenvolvimento industrial e são polarizadas pela capital quanto ao comércio e prestação de serviços, Campinas oferece um desenvolvimento mais complexo e integrado (atividades secundárias e terciárias) com crescimento acelerado e apoio mútuo. Esse crescimento se explica pelo reforço da função polarizadora de Campinas como efeito do desenvolvimento industrial através de um processo gradativo de elevação de renda, pelo fato de o comércio campineiro não depender da capital, mas estender sua influência a municípios menores que circundam Campinas.

Como resultado dessa nova posição de polo, operou-se uma desestruturação da vida urbana local que se fez sentir através do crescimento demográfico acentuado, aumento da população, oferta de trabalho não especializado e sua não absorção pelo quadro industrial em processo de crescimento — todos componentes de um processo de urbanização acelerada — fenômenos típicos da região de Campinas entre 50/70.

Paradoxalmente, a cidade em 1973, depois da fixação de indústrias de grande porte e na maioria de capital estrangeiro, ainda se mantinha como um município de área poliindustrial com predominância de estabelecimento de pequeno e médio porte. Os de maior tamanho em termos globais absorviam mais da metade da mão-de-obra ocupada (54,4%), pois apresentavam um porte médio substancialmente elevado. As indústrias com mais de 500 empregados chegaram a atingir em Campinas nesse mesmo ano, a média de 1853 empregados, enquanto no Estado de São Paulo e Brasil em 1970, a média correspondeu a 1055 e 992 respectivamente⁽¹²⁾.

Mas, as características responsáveis pela aceleração do processo de urbanização e desenvolvimento das áreas terciárias em Campinas não foram fruto de capitais acumulados por força da função polarizadora comercial exercida pela cidade. As grandes responsáveis foram as indústrias de capital estrangeiro, implantadas a partir de 50, que se aproveitaram da excelente infra-estrutura existente na região. Das 14 empresas de grande porte, 11 foram implantadas por capitais estrangeiros e

(12) "A evolução da situação econômico-financeira das Empresas Industriais de Campinas" - 1978 - CTAE - Centro Técnico Econômico de Assessoria Empresarial, UNICAMP - pg. 82 e seguintes.

das outras três, duas (Gessy e Rigesa) foram transferidas para controle acionário de grupos estrangeiros. As empresas de grande porte, dedicam-se especialmente à produção de material de transporte elétrico, produtos mecânicos, químicos, de borracha; as médias vinculam-se aos setores de alimentação, mobiliários, têxtil; as pequenas produzem artigos metalúrgicos, gráficos e bebidas. As primeiras atendem ao mercado nacional e internacional; as médias e pequenas atendem, sobretudo às necessidades locais e da região.

A industrialização nos países dependentes traz antagonismos, dentre os quais o principal é a não absorção do contingente humano que o teor industrial da cidade atrai. Considerando-se que a concentração urbana nestes casos cresce em ritmo desproporcional ao índice de recursos que qualquer processo de industrialização possa gerar, populações migrantes vão se fixando nas zonas periféricas urbanas sem auferir recursos mínimos para sobreviver. Isto ocorre agora em Campinas⁽¹³⁾.

Essa influência decisiva do capital estrangeiro caracteriza o desenvolvimento atual de Campinas como um processo implantado de fora para dentro. A cidade sofre as conseqüências simultâneas de um processo de desconcentração industrial da grande São Paulo e do exterior. É um desenvolvimento do tipo dependente, cuja intensificação ou aceleração dependem de forças externas que fogem ao controle não só do governo, mas da própria atividade implantada na área.

(13) Na década de 70 um novo emprego começa a ter importância: a construção civil. Se a infra-estrutura habitacional respondia às necessidades dos funcionários das indústrias de capital estrangeiro, embora em carecendo muito o aluguel para a população local, o mesmo não acontecia com os operários não qualificados e mesmo qualificados de menor escala.

Cumpra conhecer através de que meios jurídico-legais e administrativos foi legitimado esse processo. Em outras palavras: de que organismos emana o plano diretor da cidade? a que diretrizes obedeceu?

3. O Plano Diretor e sua Opção Industrializante

Ao final da década de 60, o desenvolvimento de Campinas foi definido e dirigido pelas opções contidas no "Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Campinas".

Elaborado pela EMDEC (Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas), empresa de capital misto: prefeitura (majoritária) e particular, esse plano baseou-se em pesquisas realizadas por uma equipe de especialistas das mais diversas áreas que integravam a empresa.

Como ela se constituísse num órgão de consultoria subordinado à Prefeitura, suas pesquisas mantinham estreita relação com as oscilações e interesses político-econômicos de grupos hegemônicos que dirigiam a prefeitura num dado momento, respondendo à globalidade da política nacional.

Dado o seu caráter "preliminar", o plano constitui uma primeira etapa que poderia ser ampliada, complementada, alterada, extinta de acordo com as modificações dos interesses daqueles que viessem a deter a hegemonia do processo em fases posteriores.

Sua análise é significativa também, porque se constitui num instrumento legitimador do poder de decisão de um grupo a respeito de transformações importantes na vida da cidade. Através dele, esse grupo fez opções, fixou diretrizes e estratégias determinantes de um tipo de desenvolvimento. Considerou as condições da cidade inserida num processo de substituição maciça de importações e intensificação industrial no período de 50 a 60, a nível nacional e a partir daí levantou três alternativas de desenvolvimento optando por uma delas.

Essas alternativas, que atuaram a nível de hipótese sobre o desenvolvimento físico da cidade, levaram em consideração a estrutura urbana regional, ou seja, a tendência da cidade para se tornar um pólo de prestação de serviços, e sua relação com os municípios vizinhos, bem como outros aspectos.

Duas tendências orientaram a escolha de uma das três alternativas de desenvolvimento:

"a) Dar continuidade, ampliar e aprofundar qualitativamente os serviços médicos, hospitalares, de educação e pesquisa em todos os níveis. Essa opção de enfatizar o setor terciário corresponde a uma experiência histórica campineira que criou quadros competentes e estabeleceu uma tradição de clientela. A prestação de serviços de Campinas supera os limites do Estado de São Paulo, atingindo áreas de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e outros Estados.

O sucesso dessa opção depende, entretanto, da estratégia a ser adotada. Por um lado, esses serviços devem ser ampliados, por outro é indispensável que se procure melhorar e especializar a qualidade e gama de serviços. (p.13)

b) Atrair indústrias que encontram em Campinas não apenas o estímulo de vários fatores positivos de localização, como os de natureza geográfica, de recursos naturais, de mão-de-obra e de mercado. Deve-se considerar igualmente os atrativos específicos dos quadros técnicos especializados desenvolvidos em Campinas. Efetivamente, com o refinamento tecnológico da era da automação, a exemplo do que ocorre nos EUA, os centros universitários passam a constituir novo e importante fator de localização industrial".

A partir do estudo dessas tendências apresentaram-se as seguintes alternativas:

"a) Alternativa I: dispersão industrial e concentração habitacional

- desenvolvimento urbano acentuado dentro do município; o investimento industrial de importância localizar-se-ia dispersamente na região de Campinas, mas não do Município.
- Campinas conservaria a condição de pólo terciário (prestação de serviços: centro universitário, hospitalar, comercial).
- a população urbana cresceria acentuadamente, atingindo em 1990, aproximadamente 800.000 habitantes. A população operária deveria residir em Campinas e trabalhar fora do Município.
- a área urbana seria três vezes maior, atingindo aproximadamente 18.000 ha, mantendo-se a densidade atual.
- o transporte urbano deveria ser analisado considerando-se em primeiro lugar o carro particular e, em seguida, o transporte rápido de massa tipo metrô, ambos em escala regional, intermunicipal e local.
- os alinhamentos ferroviários atuais poderiam ser utilizados na hipótese de se colocar ênfase no sistema de transporte rápido de massa. Deveria ser estudada também a transferência dos alinhamentos ferroviários para fora da zona urbanizada atual.

b) Alternativa II: concentração industrial e habitacional.

- o desenvolvimento industrial seria acentuado dentro dos limites do Município de Campinas, com elevação de 7% para 10% da população secundária. A cidade teria, portanto, um caráter industrial intenso.
- a população total dentro do Município, de 1990, seria de 800.000 habitantes.
- a área urbana futura seria três vezes maior que a atual, se a densidade global média atual (50 hab/ha) fosse mantida, ou duas vezes e meia maior, se houvesse uma ocupação mais racional dos vazios e da zona periférica (área futura de 18.000 ha ou 15.000 ha).
- o transporte urbano poderia ser analisado dando-se ênfase, ora ao automóvel particular, ora a um sistema de transporte tipo metrô.

c) Alternativa III: dispersão industrial e habitacional.

- o desenvolvimento urbano dar-se-ia sem desenvolvimento acentuado de dentro do Município, com diminuição da densidade global média bruta.
- o investimento industrial e a população localizar-se-iam dispersamente na região de Campinas. Se a população se desloca intensamente por razões de trabalho, é razoável supor também que o faça para exercer as outras atividades urbanas.
- Campinas conservaria a condição de pólo terciário (prestação de serviços: centro universitário, hospitalar e comercial).
- a população urbana não cresceria dentro do Município, estando dispersamente distribuída na região; manter-se-ia, ao nível de uma primeira pessimista projeção em torno de 434.000 hab. para 1980 e 600.000 hab. para 1990.
- para os 600.000 hab. a área urbana seria de 30.000 ha. A densidade global média bruta descenderia a 20/hab./ha.
- a renda familiar média regional seria alta, com respondendo à dispersão da população. Conseqüentemente, o transporte poderia basear-se no uso maciço do carro particular e, por outro lado, o transporte de massa não seria economicamente viável em virtude da baixa densidade habitacional.

A análise comparativa das alternativas de estrutura urbana regional, informada pelas perspectivas de desenvolvimento econômico, indica como inviáveis as alternativas I e III que requeriam mudanças por demais profundas na estrutura administrativa municipal, assim como nível de renda bem superior ao previsível. Por outro lado, a previsão de desenvolvimento industrial aponta como mais provável a alternativa II, ou seja, prolongamento das tendências históricas de industrialização do município."

Adotou-se, pois, a alternativa II, concentração industrial e habitacional e optou-se para uma expansão geográfica ao norte da cidade, com:

- a) provável localização de grandes indústrias ao longo da via Anhaguera;
- b) provável abertura, face à pressão da urbanização, das grandes propriedades rurais privadas e não abertura das propriedades governamentais até 1990.

- c) provável localização das novas urbanizações na planície situada a norte e noroeste de Campinas, de ambos os lados da estrada de Paulínia;
- d) conservação do centro na sua actual localização, com capacidade superior de adensamento e expansão, concentrando 21% do emprego total;
- e) certa concentração de actividades em torno de Barão Geraldo, constituindo um subcentro e atraindo a expansão do centro em sua direcção a qual coincide com a direcção de maior expansão urbana".

Considerações

A EMDEC, optou pela alternativa II, que decide pela concentração industrial e habitacional.

Antes de analisarmos as 3 propostas, cumpre lembrar que, quando o Estado detém a hegemonia, como ocorria na época da elaboração do plano, implanta-se uma política económica através da burocracia estatal. Esta dirige a sociedade política, que por sua vez domina a sociedade civil. A técnica nestes casos deixa sua função de mediadora para se tornar parte atuante do poder, ou seja, para tornar-se tecnocracia.

Mas, como toda política económica deve gerar sua política social específica, ou seja, aquela que se coaduna com suas finalidades e harmonize-se com seus interesses, tal políti

ca social flutuará de acordo com as oscilações da política econômica que detêm o poder.

Essa política social constitui o conjunto de diretrizes destinada a realizar as necessidades básicas da sociedade civil ou de setores dessa sociedade. Isso permite dar atendimento básico à população de forma a viabilizar a implantação da política econômica.

Cabe, portanto, à política social criar diretrizes destinadas a realizar as necessidades básicas da sociedade civil ou de setores dessa sociedade. Isso permite dar atendimento básico à população de forma a viabilizar a implantação da política econômica.

Cabe, portanto, à política social criar diretrizes a respeito de: habitação, saúde, previdência social, lazer, educação, transportes.

Isso posto, observamos nas 3 propostas que, embora sua apresentação assuma formas diversas, obedecem a uma única política econômica, ou seja, de acumulação acelerada de capital através de investimentos externos.

Nas alternativas I e III não há opção pela concentração industrial, mas a adoção do uso do carro particular e metrô, em detrimento da débil hipótese do uso de transporte ferroviário cujo leito bastaria ser reativado, levando a idêntico resultado⁽¹⁴⁾. Tais sugestões equivalem a uma opção indus-

(14) Uma vez que se encontrou uma justificativa histórica para se implantar uma industrialização intensa na cidade, é de se estranhar que a incrementação do transporte ferroviário não fosse analisada sob a mesma perspectiva, pois foi extremamente importante o papel histórico da ferrovia na economia local no século passado.

trializante indireta porque criam a necessidade de intensificar a indústria automobilística. Essa necessidade não é apresentada em termos de proposta industrializante, mas formulada indiretamente através da política social no que diz respeito ao tipo de transporte que deverá atender a população. Ou seja: aquela proposta econômica se adequa determinada política social e através desta se propõe tal meio de transporte.

Na alternativa II, a proposta de concentração industrial e habitacional é formulada considerando-se também as pequenas e médias empresas, o que é aparentemente coerente com a tendência histórica da cidade e propiciador da revitalização de uma economia regional.

Mas, ao falar da pequena e média empresa, já deixa implícita sua situação apenas de infra-estrutura industrial viabilizadora não só para implantação das de grande porte, mas também do seu predomínio: "... pequenas indústrias complementares das indústrias de maior porte ou que produzem para o mercado local".

Isso revela muito mais a condição de satelismo e complementaridade do que benefício e participação para essas indústrias de pequeno porte já fixadas na cidade e região em relação às de grande porte.

No que diz respeito à atuação da EMDEC, observa-se ainda que o grupo que detinha o poder de decisão era misto: particular e municipal, revelando uma fusão de poucos elementos não representativos da sociedade civil com a sociedade política (representada pelo poder municipal em 1969...) denotando coincidência de interesses determinantes de uma opção de desenvolvimento. Esta coincidência de interesses foi suficiente para in

vestir de poder o grupo formado, legitimando sua escolha pela alternativa II.

O resultado seria, como foi, a implantação de uma política econômica e social não condizente com o desenvolvimento político e social da cidade e equacionada sem a participação, nem mesmo remota, de seus habitantes.

De certa forma, o plano previa um tipo de participação apenas no aspecto financeiro e decorrente do montante de recursos a serem gerados pelas atividades econômicas que resultassem do processo desencadeado, pressupondo uma retenção de renda na esfera municipal. Aliás, se isso ocorresse, não só o município como a região de Campinas se autoabasteceriam apenas com sustentação econômico-financeira das indústrias de base regional e local atingindo excelente qualidade de vida.

"... 3.1. Atividades Econômicas

b) participar no esforço do desenvolvimento das atividades capazes de reter no município renda gerada; e em particular contribuir para a intensificação das relações interindustriais e intersetoriais a nível local". (15)

Isso poderia significar em termos de atendimento à população, o surgimento de novos empregos e, de renda pública, uma elevação da receita municipal.

Mas, nenhuma das previsões ocorreu. A centralização dos recursos em mãos da União e do Estado, a inadequação entre o padrão de mão-de-obra necessária para a indústria e o limite de assimilação técnica de que dispõe a população impediriam que isso ocorresse.

(15) "Plano Preliminar" vol. I - 'Proposições', pg. 45.

Logo, a implantação dessa política econômica previa um aproveitamento de quadros técnicos, se não preparados com possibilidade para tanto, a serem aproveitados como componentes de uma infra-estrutura de recursos humanos esperada e cujo aproveitamento viabilizaria a implantação do processo.

Mas, ao contrário dessas previsões, a expectativa da implantação de uma concentração industrial atraiu grandes contingentes populacionais de menores recursos, destituídos de condições para responder às exigências de teor técnico exigido, a curto ou médio prazo, respondendo, porém, com absoluta coerência à realidade econômica e social do país num dado momento histórico.

Quanto a qualquer tipo de participação da população, o plano contém a formulação de uma proposta de cunho administrativo:

"b)... criar os conselhos consultivos com o órgão articulado a estrutura administrativa da Prefeitura a fim de ampliar os meios de participação da comunidade na formulação da política de ação do governo".(16)

Mas não fica claro, à época da opção industrializante, qual foi o tipo de sondagem elaborada entre os habitantes, ou seus representantes, e nem de que forma seus interesses foram considerados para que se procedesse tal escolha.

Diante do exposto pode-se concluir que a decisão coube ao grupo misto constituído de investidores e políticos, cujos interesses mesmo alheios aos da cidade, se manifestaram

(16) Idem.

tão economicamente poderosos que conseguiram decidir pela alternativa que mais se coadunasse as suas conveniências de teor econômico-financeiro e presuntivamente políticas.

O Plano consta de:

Volume I - Proposições

- Apresentação
- Características e Tendências do Desenvolvimento Municipal.
- Estratégia de Desenvolvimento Municipal.
- Plano de Ação e Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 1971/1973.
- Roteiro de Elaboração da 2a. etapa de Plano Local de Desenvolvimento Integrado.

Volume II - A. Estudos Setoriais: Desenvolvimento Econômico e Demográfico

- Demografia
- Desenvolvimento Industrial
- Evolução do Comércio
- Estrutura e Tendência da Agricultura

Volume III - B. Estudos Setoriais: Desenvolvimento Social

- Estrutura Social
- Ensino, Recreação e Cultura
- Saúde

- Habitação

Volume II - C. Estudos Setoriais: Desenvolvimento
Físico

- Estrutura Física
- Sistema Viário e de Transporte
- Serviços e Equipamentos Urbanos

Volume II - D. Organização Administrativa

Obs.: Este volume (II-D) não se encontra na Prefeitura não tendo sido possível consultá-lo.

4. Distrito Industrial de Campinas - DIC

O DIC, constituía a expressão concreta da opção industrializante contida no Plano Diretor. O item 3.1. Atividades Econômicas já diz, sobre a

"possibilidade de intervenção direta... a ponto de se concretizarem em projetos como o da realização de uma experiência-piloto de 'distrito industrial' para as pequenas e médias indústrias, conforme previsto no Plano de Ação da Prefeitura para o próximo triênio". (17) (referência ao período de 1971 a 1973)

(17) "Plano... Vol. I" - 'Proposições', p. 45. Rodapé.

Mas o processo de planejamento municipal foi interrompido no esboço a partir de 1971, de maneira que os estudos para implantação do Plano Diretor estavam estacionários, limitando-se a EMDEC a realizar as disposições relativas às ligações viárias da cidade, às concernentes ao transporte e à efetivação de desapropriações na área prevista para implantação do DIC.

Esta interrupção aparentemente inócua foi altamente lesiva à cidade, porque abriu um espaço para a mais selvagem especulação imobiliária a que Campinas já assistiu: sem nenhuma diretriz controladora ou disciplinadora do uso do solo anteriormente definida, mas apenas diante das expectativas de enriquecimento fácil ou obtenção de capitais de giro, grupos ligados aos "informados" (políticos ou não) que elaboraram ou tiveram acesso ao Plano Diretor fizeram investimentos gigantescos, baseando-se só nas expectativas abertas pela opção industrializante.

Após essas ocorrências, somente a partir de 1977 esses estudos foram retomados e considerados pela EMDEC como sua meta prioritária a fim de viabilizar a implantação. Elaborou-se para esse fim (1977/78) um levantamento sob o título: *Cidade Industrial* em 3 volumes assim distribuídos:

- Volume I - Aspectos Sócio-Econômicos
- Volume II - Aspectos Físico-Territoriais
- Volume III - Aspectos Financeiros

Os traços aqui analisados foram extraídos desses estudos que serviriam de diretrizes para a implantação do Distrito Industrial, se não ocorresse a desativação da EMDEC, como a

contece no momento, e a crise financeira municipal.

Localização

Consta do Vol. I que o espaço físico reservado para a implantação do DIC está situado no município ao norte do Aeroporto de Viracopos, tendo como outros limites a Rodovia Santos Dumont e a Via Norte (em fase de acelerada execução à época). Sua área era de 30 milhões de m², atingindo os limites da Via Anhangüera, enquanto as demais áreas urbanizadas da cidade atingiam um total de 80 milhões de m².

O estudo é prospectivo particularmente do processo de industrialização do distrito para um período de 10 anos. Prevê, em decorrência, mudanças estruturais no sistema sócio-econômico da cidade, derivadas na maior parte, de variações dos níveis de emprego, produção e renda. Isto com reflexo na densidade demográfica, habitação, educação e saúde.

No entanto, o argumento mais decisivo para se conseguir a implantação do DIC foi a afirmação de que o processo de industrialização se diluía pela micro-região de Campinas afetando suas características de pólo.

Os dados comprobatórios desse estado de coisas assim se apresentaram nesse estudo:

Em 1959 Campinas possuía 31,6% dos estabelecimentos da micro-região, 40,4% do pessoal ocupado respondia por 52,7% da transformação industrial.

Em 1970 essas percentagens tinham caído para 27,2% do número de estabelecimentos, 36,1% do pessoal ocupado e 34,7%

da transformação industrial.

Esses dados serviram de justificativa para a implantação do DIC, instrumento de uma política desenvolvimentista indutora da instalação de indústrias, que, segundo as alegações desse mesmo estudo, estariam instalando-se na região, usando os serviços da cidade e dirigindo os benefícios auferidos pelas indústrias para outros locais.

Distribuição de empregos

Os estudos constataam um declínio na participação das indústrias modernas, quer dizer, as de grande porte, no total do pessoal empregado, que passou de 59,6% em 1973, para 57,6% em 1975. No entanto, as indústrias tradicionais e intermediárias aumentaram a sua participação, passando respectivamente de 24,5 e 15,9 em 1973 para 25,7% e 16,7% em 1975.

Na projeção para o período de 1977 a 1987 calcula-se que os empregos industriais deverão crescer de 59.549, em 1977 para 106.643 em 1987, com um aumento de 47.000 novos empregos. E o número de empregados deverá passar de 3.800 em 1978 para 30.000 em 1987.

No entanto, é de se perguntar que significam 47.000 empregos para uma população de 900.000 habitantes?

Porém os estudos reconhecem que o crescimento industrial, particularmente no que diz respeito às indústrias de grande porte, dependerá do desenvolvimento econômico geral do país e que, no momento, não permite prospecções que se baseiem em planos de expansões exageradas das atividades industriais.

Com relação às pequenas e médias empresas, apenas 38% delas mostraram interesse em se transferir para o D.I., e atualmente a transferência desse tipo de indústria para o local pode ser considerada lesiva ao setor financeiro delas.

Dinâmica populacional.

Constatou-se que no município as alterações quantitativas estão diretamente ligadas ao seu crescimento natural ou vegetativo e ao fluxo migratório.

Enquanto o crescimento natural se caracteriza por um "superavit" da taxa de natalidade sobre a da mortalidade e depende de fatores estruturais, o fluxo migratório acompanha as variações conjunturais da economia. Isso induz a um aumento populacional nas regiões mais industrializadas que representam melhores oportunidades de emprego, oferta de serviços e perspectivas de aumento do nível de renda.

"Campinas não fugiu à regra e seu crescimento demográfico é resultado do comportamento dos fatores apresentados, especialmente das migrações internas, intensificadas com a consolidação das atividades secundárias e terciárias, que lhe imprimiram novo ritmo em seu processo de crescimento". (18)

No período de 1950 a 1976 o fluxo migratório de Campinas assim se apresentou:

(18) "Cidade Industrial" - EMDEC item 2, Análise Demográfica . 2.4. Dinâmica Populacional. Vol. I, Aspectos Sócio-Econômicos. (não está paginado)

Período	Variação da População	Saldo Vegetativo	Migração
1950/60	84.194	36.495	47.699
1960/70	162.306	57.686	104.620
1970/76	151.657	55.504	96.153

Aumentou na década de 50/60, primeira fase industrializante e decaiu de 70/76.

Os índices de crescimentos migratórios se elevaram no período analisado, também em função do desenvolvimento das atividades ligadas ao setor secundário e terciário da economia municipal, principalmente a partir da década de 60, "tendendo a se elevarem consideravelmente, com a consolidação do Distrito Industrial no município, em fase de implantação". (19)

E mais adiante:

"A implantação do Distrito Industrial adquiriu fundamental importância nesse contexto, na medida em que através da elevada oferta de empregos que proporcionar, se constituirá em atrativo para novos deslocamentos populacionais para o município, pelo que se estimou para 1987 uma população urbana de 936.249 habitantes, correspondente a 95,3% da população total do município, representando, portanto, não só um crescimento absoluto, como também um aumento de participação em relação à População Total". (20) (Grifo nosso)

Os estudos consideram que, dada a vinculação da área industrial à vida urbana do Município, a administração deverá elaborar um planejamento integrado de maneira que amplie a

(19) Idem 2.4.2. Migração.

(20) Idem, 2.5., "Projeção da População".

capacidade do sistema viário, a oferta de equipamentos de infra-estrutura, a oferta habitacional, as tendências de expansão da cidade e a ocupação do solo urbano; quanto aos equipamentos sociais e culturais existentes, elaborar uma reformulação quanto ao atendimento nas áreas do ensino, assistência mēdico-hospitalar, recreação, cultura, assistência e promoção social.

Uso do solo - Vol. II, Aspecto Físico-Territorial.

O equacionamento do problema da desordenada ocupação do solo urbano, em decorrência da concentração espacial das atividades industriais aliadas às elevadas taxas de crescimento populacional, é alvo de observações nesses estudos.

Na análise de fatores fundamentais, como a ocupação do espaço da área industrial, fica bem claro que a estrutura linear proposta para o DIC, revela que a cidade industrial será construída em função das grandes empresas:

"A função linear se caracteriza por uma linha de intercomunicações e circulação, geralmente representada por uma estrada ou avenida tronco, às margens da qual se dispõem e crescem progressivamente as diversas funções urbanas". (22)

Essa escolha foi feita comparativamente à estrutura "rádio-concêntrica" que provoca um adensamento progressivo de um núcleo inicial, expandindo mais tarde seu crescimento em todas as direções.

Mais adiante justifica-se a escolha:

(21) Idem, vol. II "Aspectos Físico-Territoriais", item 4 - Uso do solo.

"Se de um lado a primeira (radioconcêntrica) determina um núcleo denso, rico em ofertas comerciais, culturais e ambientais, por outro, sua implantação se torna difícil e dispendiosa uma vez que exige, desde a fase inicial, reservas de grandes áreas de solos urbanizados, cujos investimentos de infra-estrutura somente serão compatíveis com a escala necessária num futuro distante. Por outro lado, a estrutura linear permite um parcelamento das etapas de implantação e, até mesmo as modificações ou reajustes, no decorrer do tempo, das propostas e concepções iniciais.

Nesse sentido, a cidade industrial de Campinas foi proposta segundo uma estrutura linear, de forma a assegurar, para toda sua área, uma distribuição mais harmoniosa das funções urbanas, sem impedir o aproveitamento mesmo a nível de projetos do desenvolvimento tecnológico no campo do urbanismo".(22)

Quanto à ocupação urbana, um bairro completo é considerado um conjunto formado por uma área de habitações coletivas e uma área de residências unifamiliares, colocadas juntas a uma só via coletora. Cada bairro conterá um pequeno comércio, escola primária, creche e centro comunitário, dimensionado de acordo com sua população.

Quanto ao uso do solo industrial: "a lógica imposta ao espaço pelas tendências próprias da indústria determina em grande parte, o conjunto urbano".

Os estudos consideram uma vantagem a fixação das empresas de grande porte (transnacionais), considerando-as mais sensíveis aos problemas sociais, pois serão menos vulneráveis aos fatores de ordem material... Cita exemplos das grandes empresas cuja localização se faz ao longo das grandes rodovias ou junto aos mananciais como é o caso de indústrias que se fixam junto a rios.

(22) Idem, vol. II "Aspectos Físico-Territoriais, item 4, Uso do Solo.

(23) Idem, item 4.2. Uso do solo industrial.

Argumenta ainda que as indústrias de pequeno e médio porte procuram de maneira geral localizar-se na malha urbana dadas as facilidades de atendimento de infra-estrutura, serviços urbanos, proximidade do mercado consumidor e de mão-de-obra.

No entretanto, reconhece que, para transferência destas indústrias, devia ter sido previsto no plano do Distrito Industrial um conjunto de aspectos fundamentais que não foram levados em conta, como:

- a) transporte ferroviário
- b) abastecimento de água para a região sudoeste do município
- c) afastamento e depuração de esgotos
- d) proximidade de mão-de-obra
- e) existência de áreas para prestação de serviços
- f) sistema viário de conexão com a malha urbana existente conjugado com transporte urbano de massa.

Passando-se a considerar a relação da localização das empresas industriais com as características dessa localização, a implantação do remanescente do DIC deverá ser revista passando o DI para um conceito mais amplo que incorpore o desenvolvimento urbano. Através de mecanismos de uso do solo, o município poderá corretamente urbanizar toda área compreendida entre a Rodovia Santos Dumont, Via Anhangüera, tronco Sul-Fepasa e Aeroporto de Viracopos, integrando-a desta forma a "cidade velha". Esta é a proposta dos estudos.

Com relação às pequenas e médias empresas,

"desenvolvimento de programas intensivos de relocação industrial, principalmente para empresas que se apresentam implantadas de forma nociva na malha urbana, através de programas em consonância com o CEBRAE - Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa - com recursos do BNDE - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e BADESP - Banco do Desenvolvimento do Estado de São Paulo". (24)

Não vamos analisar os transportes, mas o uso da ferrovia foi reconsiderado, propondo-se a reativação dos leitos antigos.

Saneamento básico.

- Algumas indústrias já estão instaladas e outras em vias de instalação, ou compromissadas, e a ocupação industrial, se ocorrer, se dará fundamentalmente pelas indústrias de grande porte do setor mecânico-metalúrgico. Este setor é encabeçado pela Mercedes Benz do Brasil S.A., que representa metade do conjunto e será fator indutor da instalação de novas indústrias correlatas, ou as que aproveitarão as novas condições geradas no local pela sua instalação. As pequenas e médias acham-se totalmente impossibilitadas de se transferir para o DIC, pois sua situação econômico-financeira não permite isto.

Para o pólo industrial é prevista uma população de 40.000 pessoas.

O abastecimento d'água para fins industriais será feito com água do rio Capivari (água de refrigeração e água de uso industrial), para as necessidades domésticas e de fins

(24) Idem. item 4.3. Proposições.

industriais mais nobres, água de processo de uso diverso, a partir da rede pública da SANASA.

O polo industrial terá duas redes de distribuição:

- rede de água industrial para 400 l;
- rede de água potável para 127 l.

A Mercedes Benz, como pelo seu porte terá consumo elevado, disporá internamente de sistema próprio de recuperação de água.

As demais indústrias usarão o sistema exposto acima.

A área situada entre esse Polo Industrial e a Via Anhangüera tem capacidade para abrigar uma população de 200 mil a 300 mil pessoas. Essa área é totalmente carente desse serviço e a adução poderia ser do tipo de distribuição em marcha, suprindo-se as necessidades ao longo do seu traçado. Os custos dos investimentos seriam rateados entre as partes servidas.

Confrontando-se o total de consumo 864 l com o do Polo Industrial, será de 10% do valor do consumo populacional da área a ser abastecida (25).

Meio ambiente.

Na realidade pode-se observar que o índice de poluição seria elevado.

(25) Na prática o sistema é financeiramente inviável para a prefeitura que não pode pagar pela instalação da infra-estrutura de água e fez um acordo com a Mercedes Benz que instalasse a rede e a despesa seria descontada no consumo mensal de água.

Efluentes líquidos.

Considerando-se os tipos de indústrias previstos para se implantarem no Pólo Industrial (mecânico-metalúrgico), os efluentes a serem gerados serão principalmente os do tipo contaminado quimicamente. Os efluentes, de maneira geral deverão apresentar:

a) grande variação do valor do pH, tanto para o lado ácido como alcalino;

b) elevado teor de óleos e graxas em especial devido ao óleo solúvel nas operações de usinagem;

c) presença de metais pesados decorrentes de operações de galvanização, tratamento térmico e pintura;

d) presença, em menor parte, de substâncias tóxicas como cianetos e cromos, decorrentes de operações galvânicas, tratamento térmico e pintura;

e) elevado valor na demanda química de oxigênio (DQO).

A vazão a se esperar para estes efluentes é, aproximadamente, a correspondente ao consumo de água industrial, isto é, cerca de 430 l.

Efluentes domésticos.

Os efluentes domésticos serão os gerados pela população a ser empregada na área do Pólo Industrial.

A sua vazão, considerando-se uma taxa de retorno de 90%, deverá ser da ordem de 42 l.

É recomendado um tratamento geral, centralizado de todos os efluentes da bacia do Capivari. Esse tratamento deverá ser implantado a jusante da desembocadura do Ribeirão Piçarrão, de forma a receber os efluentes urbanos de toda a bacia.

Fala-se ainda em se definir através de um estudo global, a implantação de um tratamento por lagoas, tipo australiano, que extrapola os limites daqueles estudos.

Efluentes gasosos.

Quanto a estes, teriam de observar as prescrições contidas no anexo A do decreto nº 8468, de 08/09/78, mas recomenda-se também efetuar uma análise particular para cada indústria geradora desse tipo de efluente, tendo em vista a complexidade do problema. A partir dessa análise seriam estabelecidos parâmetros específicos com a finalidade de se evitarem maiores danos ao meio ambiente local e regional.

Aquisição de terrenos.

A prefeitura, através da EMDEC, adquiriu terras por intermédio de desapropriações feitas na justiça e imediatamente vendidas às indústrias interessadas. Como o preço final da desapropriação é sempre maior que o de venda, dado o encarecimento das proposições judiciais (no dizer da EMDEC) o giro do capital não é suficiente para cobrir essa diferença. A operação a

curto prazo é inviável.

Duas propostas foram feitas: desapropriação por zona e não por unidade de terreno, que encarece menos e a formação de um banco de terras que funcionaria como financiador e estaria integrado nos programas da COHAB ou BNH, através do programa CURA - Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada.

Considerações

Esses estudos para implantação do DIC estão deslocados no tempo: sō foram iniciados 10 anos depois do plano diretor sem a precedência de um planejamento urbano. A prefeitura tentou elaborar um estudo a respeito através de um "Seminário de Política Urbana" onde publicamente a questão foi discutida por especialistas das mais variadas áreas. Isso se deu no início da atual administração, mas o ante-projeto federal que embasava a discussão não foi mais mencionado, de maneira que a questão ficou estacionária.

Dessa forma os estudos de implantação exerceram na vida da cidade uma influência duplamente negativa: legitimaram a entrada de transnacionais em detrimento das pequenas e médias empresas que se enfraqueceram e passaram a depender das de grande porte, e provocaram uma deterioração da vida urbana.

Mais do que uma previsão, eles constituem uma justi

ficativa a posteriori das providências tomadas pela EMDEC e por grupos de investidores, dissociadas de diretrizes que protegessem os interesses coletivos.

Os compromissos assumidos pela EMDEC nesse interregno e a impossibilidade de atender a eles criou um impasse para a prefeitura na atual administração, principalmente no que diz respeito às desapropriações das áreas e sua urbanização.

Tal impasse culminou com a declaração de insolvência da empresa que entra, no momento, em fase de desativação já tendo dispensado mais de 100 empregados.

Se analisarmos os itens considerados prioritários nesses estudos, ainda que na superficialidade se observa que seria evidente prever tal desfecho para a EMDEC.

Com relação ao espaço físico a ser ocupado e urbanizado para ocupação industrial, atinge ele uma área de 30 milhões de m², constituindo quase 50% da área total urbanizada na cidade que perfaz 80 milhões de m². Implantar infra-estrutura básica doméstica e principalmente industrial numa região distanciada a quase 10 km da cidade, quando nem mesmo a periferia pode ser atendida, foi uma opção do governo municipal no fim da década de sessenta.

Se considerarmos que a previsão de novos empregos é de 47.000, a questão fica mais difícil de ser entendida. E se se pretende deslocar população periférica para morar num lugar previsivelmente poluído, tanto pior. Principalmente se se levar em conta que a implantação industrial foi o grande atrativo do surgimento das correntes migratórias internas, cujos contingentes se fixam na periferia atualmente, declarado nos próprios estu

dos (pg. 35 - retro) e constante deles.

Com relação ao uso do solo o modelo espacial escolhido dá preferência ao assentamento linear em lugar do rádio-concêntrico. Isto é feito em nome da contenção de despesas sob a alegação de que o rádio-concêntrico exige maior investimento. Mas, a adoção do modelo linear que exige a implantação de longas vias torna indispensável o uso do carro, ou qualquer veículo, de maneira que, para percorrê-las cria-se um insolúvel e oneroso problema de transporte até para as pessoas que moram e residem no local.

Quanto às pequenas e médias empresas, vão elas sendo enfraquecidas desde o momento em que as de grande porte se apropriam do mercado de capitais, concentrando em suas mãos o capital de giro, colocando-as numa situação de eterna dependência. Isso gera falência, bancarrotas "fabricadas" sem considerar, ainda, o despreparo do pequeno e médio industrial. Tal despreparo poderia ser corrigido através de encontros, com participação de organismos que tratam do assunto, como por ex., o CTAE da UNICAMP que já ministrou vários cursos e o CEBRAE, considerando-se que em termos de aperfeiçoamento e sofisticação técnica a região de Campinas já chegou a superar a da Grande São Paulo.

Como se não bastasse o volume de investimento a ser aplicado, a preservação do meio ambiente está declaradamente ameaçada, dado o teor de poluição que os efluentes líquidos ou gasosos produziram na região. Esse aspecto deveria merecer atenção dos poderes públicos e da comunidade em geral.

Parece fora de dúvida que o momento histórico do

país já permite aferir seu próprio poder de barganha e recusar, por entender totalmente inconveniente, a instalação de indústrias nas áreas densamente urbanizadas. Isso significa apenas o fortalecimento de infra-estrutura básica, técnica, financeira e, muitas vezes, física, no sentido de facilitar a instalação de um processo econômico-financeiro e político-social comprovadamente autofágico.

Pode-se concluir pela inviabilidade da implantação do DIC, pois, nas bases expostas, é atentatório à economia popular, à saúde pública e à preservação ecológica.

"Não está ao meu alcance criar uma sociedade ideal. Contudo, está ao meu alcance descrever o que na sociedade existente não é ideal para nenhuma espécie da existência humana em sociedade. Ora, essa descrição não pode ser tão 'abstrata' e 'formal' nem tão 'estrutural' e 'geral' que as palavras percam o sentido da linguagem comum".

Florestan Fernandes

C A P Í T U L O II

O CONTEXTO DA FAVELA

1. Descrição Físico-Geográfico-Ecológica.

A favela "Vila Brandina" localiza-se na cidade de Campinas - Administração Regional 2 - e se acha circundada pelos seguintes bairros e entidades: Jardim das Paineiras (a oeste), Sociedade Hípica (a leste); ao norte confronta com as terras da antiga Fazenda Vila Vrandina (que lhe deu o nome -- atualmente propriedade da FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas - em cujos terrenos foi construído o Shopping Center Iguatemi) e ao sul com a Rodovia Heitor Penteado (via de ligação Campinas-Sousas).

Dado o relevo irregular do local onde se assentam, seus barracos espalham-se por duas encostas que acabam se encontrando no fundo de um vale, onde uma "pinguela" liga os dois aglomerados humanos ali instalados. Uma das encostas tem maior

altitude e confronta com a Sociedade Hípica, sendo chamada por seus moradores de "lado de cima", enquanto a outra, mais baixa, faz divisa com o Jardim das Paineiras e é conhecida como a "entrada" da favela. De ocupação mais recente, existem mais duas áreas: o "baixo dos pinheiros" que se aproxima de terrenos particulares próximos à Hípica, e o espaço contíguo que surgiu após um desmatamento, constituindo-se numa ampliação da área total ocupada pela "Vila".

O desenho da favela, no entanto, tenta se ajustar ao entorno (*) urbano, em termos de acessibilidade, e a favela como parte da cidade procura nela se integrar.

Pode-se chegar até o local através de 3 vias de acesso:

- uma rua asfaltada que vem do Jardim das Paineiras;
- uma paralela à Rodovia Heitor Penteado (rua Buriti);
- uma estrada sem asfalto que vem das terras da FEAC e acompanha um trecho do entorno.

Seus moradores, pessoas na maioria vindas do campo ou de núcleos culturalmente diferentes, tentam se adaptar à vida urbana. Isso se reflete numa conformação espacial onde convive, de um lado, a manutenção de características de assentamento rural, e de outro, a tentativa de se incorporar à malha urbana envolvente. A própria estruturação dos caminhos demonstra esse fato.

(*) Este tópico - 1 - foi elaborado com a colaboração de observações reunidas num trabalho de arquitetos da FAU - que em 1978 pesquisaram a Vila Brandina, e constam de um anexo nº 1. O grupo compunha-se de: HENRIQUE RIGHETTO CANGUÇU - BENELISE FRANCO - ANA CLÁUDIA CARDIA e outros. E da Faculdade de Educação da UNICAMP, VALÉRIA AMOROSINO AMARAL.

Aqui, a topografia, a necessidade de ligação entre pontos de interesse, a inexistência de uma trama pré-determinada ou uma legislação regularizadora, condicionam um sistema de caminhos mais fluidos, onde a escala e a configuração espacial são reflexos muito mais fortes e diretos da ação humana sobre o espaço (o próprio morador constrói seu espaço em todos os níveis) do que num assentamento tradicional. Embora parecendo dispostos de maneira espontânea, os barracos implantam-se preservando espaço suficiente para formação de duas vias principais que se cruzam sobre o terreno da favela. Com relação às vias, existe uma estrutura hierárquica que podemos definir como primária - as principais (públicas), que interligam a favela à malha urbana, definidas claramente; uma secundária, referente às ligações entre os terrenos, e entre barracos situados dentro de um mesmo terreno e que adquirem caráter mais privado.

A própria noção de rua é aqui bastante particular, na medida em que não há divisões de funções. O circular, o lazer, e até o trabalhar se confundem e acontecem nos caminhos, tornando-se realmente uma continuação da casa, um ponto de vivência. A ocorrência de nós, bolsões, ao longo do caminho, não condiciona necessariamente um ponto de encontro; a vivência comunal se dá ao longo dos caminhos, nas áreas em frente aos barracos, nos barrancos contíguos ao caminho. A circulação interna se faz também por caminhos menores traçados em função da necessidade de simplificar a locomoção. Esses caminhos são rasgados por pequenas valas que fazem as vezes de um precário sistema de escoamento, pequenas picadas abertas pelo uso mais constante e degraus improvisados nos barrancos mais íngremes que dão acesso aos níveis mais elevados da topografia local.

A intensa vida "externa" que existe na favela tal vez se explique também pela precariedade de vida, em termos de conforto, no interior dos barracões, o que de certa maneira leva seus moradores para fora das habitações. As casas, atrás de sua implantação aparentemente aleatória e caótica, guardam, na maioria das vezes, uma relação direta com a topografia, respeitando as curvas de nível, evitando assim, grandes movimentos de terra que, além de dispendiosos, agravam o problema da erosão. Os lotes apresentam as mais diversas tipologias e tamanhos, e pelas suas particularidades é impossível deixar de traçar um paralelo com os lotes urbanos tradicionais. A partir da natureza de cada um já podemos perceber diferenças: enquanto o lote tradicional parte de um plano, de uma intencionalidade geralmente baseada em razões econômicas, a conformação da favela é um ato dirigido em função da necessidade de criação e interligação de espaços adaptados a seus valores culturais e à funcionalidade. Em bora alguns terrenos estejam cercados e transpareça a noção de propriedade, existe uma diferença fundamental entre um lote tradicional cercado e um terreno de favela cercado: neste, os espaços são perfeitamente permeáveis; há uma intensa comunicação entre lotes (seja por acessos laterais, uso comum de equipamentos); os terrenos não são estanques em si. Existe, ao que parece, um "acordo tácito" entre os moradores, quanto ao problema da apropriação e dimensionamento do terreno. Para eles, a terra tem apenas o valor de uso, sendo que o valor de troca se restringe ao barraco. A contigüidade dos barracões, portanto, não é absoluta, mas entremeada por terrenos vagos, cercas, pequenas plantações, áreas abertas e pontos de encontro espontâneos. A demarcação dos lotes se faz das maneiras mais informais possíveis .

Além das cercas, uma plantação, um barranco, ou mesmo a sutileza de um mourão na esquina identifica a propriedade.

A ocupação dos lotes guarda sempre marcas da herança rural: área de serviço em puxados fora da casa, a latrina longe do barraco, no fundo do lote, criações de animais, pequenas plantações. Os sanitários funcionam como fossas negras, são abertas ao rês do chão e contornadas por tãboas ou cimento e sua assepsia é feita com a precipitação de cinza dos fogões de lenha, substância considerada higienizante pelos moradores. Às vezes um conjunto de habitações, geralmente ocupadas por parentes, está dentro de um mesmo limite, utilizando inclusive equipamentos coletivos. O uso destes, principalmente latrinas e pontos d'água, é um dado comum na favela, estabelecendo entre os usuários, relação de interdependência, de raízes sócio-econômicas. Estes sanitários são utilizados na proporção de 1 para cada 3 barracos, sendo no entanto elevado o número de famílias que têm sua fossa exclusiva.

Existem 12 registros d'água, cada qual sob responsabilidade de um morador, sendo que 8 deles foram instalados em março/80. Até essa data a distribuição se fazia através de mangueiras, latas e baldes transportados à distância num sistema insuficiente e desgastante.

A qualidade da água dos poucos poços é duvidosa devido à proliferação de fossas negras que contaminam tanto o lençol freático⁽²⁶⁾ quanto às minas que possam existir. A infra-es

(26) Superfície d'água delimitada que se localiza no sub-solo.

estrutura em relação ao saneamento é inexistente. As águas servidas e águas pluviais correm a céu aberto através dos caminhos e dos terrenos em direção aos córregos (obstruídos pelo lixo e pelo mato).

A coleta de lixo é irregular o que obriga os moradores a jogá-lo nesses córregos ou queimá-los de forma insatisfatória.

Quanto à densidade, podemos observar que ela é baixa, em comparação a outros adensamentos do mesmo tipo. A população dessa favela em novembro de 1978 girava em torno de 1200 habitantes distribuídos em 152 barracos existentes (média de 7,9 habitantes por barracos), e atualmente para os 200 barracos constata-se 900 habitantes, o que indica uma diminuição da população, pois muitos moradores acompanharam construtoras nas quais trabalhavam, principalmente os moradores solteiros que se hospedavam nos barracos até arranjar emprego. Ocorrendo isso, deixavam a família.

No entanto, os limites geográficos dessa área são bastante claros e fortes, permitindo apenas uma expansão por adensamento, preenchimento de vazios ou subdivisão de lotes.

Podemos estabelecer um "zoneamento" da favela em termos de ocupação do solo. As margens dos córregos (fundo do vale) é uma zona de baixa densidade, aumentando conforme se vai subindo a encosta, zona de assentamento mais antigo e, portanto, mais estável. A "periferia" da favela é zona de assentamento mais recente.

A vegetação, que se constitui de um correr de pinheiros numa das extremidades do terreno, de algumas espécies de ar

vores variadas espalhadas entre os barracos, bananeiras e de pequenas plantações domésticas, torna verde o conjunto. Apesar disso, o sistema ambiental da área deixa a desejar; é árida pela carência de vegetação, árvores frondosas que tornariam o ambiente mais ameno.

Não existem áreas de lazer "institucionalizadas" por onde a população se apropria tanto dos caminhos quanto das ruas do entorno e outras áreas abertas para desenvolverem atividades de lazer: futebol, recreação infantil, papos informais, e alguns forrões que embora se realizem no interior dos barracos, espalham sua energia festiva para os espaços de uso comum.

Elementos geográficos naturais como córregos, árvores, e pontos significativos comuns como pontes, torneiras, o asfalto e mesmo os bares (há um funcionando legalmente com bilhar e mais 3 clandestinos), funcionam claramente como referenciais na organização da favela.

Distante 3 km do centro da cidade, a vila é servida por duas empresas de transporte:

- Empresa Bortolotto

Itinerário: Campinas-Sousas e vice-versa (rodovia)

Frequência: 15 em 51 minutos, regularmente.

Duração do Percurso: 20 minutos

Distância da favela ao ponto: mais ou menos 100 m.

- Companhia Campineira de Transportes Coletivos

Itinerário: Jardim das Paineiras-Centro

Frequência: 30 em 30 minutos, irregularmente.

Distância até o ponto: 300 m.

Há um telefone público distante 400 m, mais ou menos, junto à entrada da Hípica: e a escola local funciona numa capelinha construída pelo mesmo clube em terreno da prefeitura, com professores fornecidos pelo Estado. Funcionam as 3 primeiras séries do 1º grau e os alunos, após concluírem esse período, têm sido encaminhados às escolas do Estado. O local é insuficiente e os períodos se desdobram para atender de forma incômoda aos alunos mesmo contando com a boa vontade das professoras.

Quanto à ocupação de mão-de-obra ativa, a maior parte se emprega no setor terciário, em funções que não exigem qualificação. O nível sócio-econômico é baixo, é baixíssimo⁽²⁷⁾. Mas os moradores consideram a favela bem localizada, pois sua proximidade com o Jardim das Paineiras, Nova Campinas, Chácaras do Gramado, Fazenda Experimental do Estado, Sociedade Hípica, Clube Semanal de Cultura Artística, Clube Concórdia e Cemitério Flamboyant e mais recentemente o Shopping Center Iguatemi, oferecem mercado de trabalho relativamente estável para domésticas, jardineiros, eletricitas, catadores de papel e garrafas, sub-empregos que se adequam à falta de especialização e não obrigam seus moradores a se deslocarem para regiões de trabalho muito distantes. Isto viria onerar mais o já minguado orçamento familiar. Alguns dentre os moradores vão a Campinas, Sousas e Joaquim Egídio para trabalhar como guarda de edifícios, ajudantes em estabelecimentos comerciais, serrarias, construtoras, hotéis, possuindo profissionalização. Poucos exercem atividades autônomas: os donos dos

(27) Consideramos nível baixo para efeitos desse estudo, o indivíduo cujo salário não dá para alimentar-se nem a sua família pelo espaço de 30 dias.

bares locais e um negociante de areia e grama que possui um caminhão.

Comparada a outras favelas, a Vila Brandina apresenta localização privilegiada, e conscientes desta condição espacial, seus moradores se comprazem em dizer que é vantajoso morar ali, gostam do lugar que consideram pitoresco e muito arejado. Por outro lado expressam sua preocupação pela possibilidade de serem transferidos dali para um local que não ofereça as mesmas condições de segurança e a mesma chance de trabalho.

O critério para fixação no local é baseado na aprovação dos moradores anteriores, que geralmente trazem parentes ou amigos chegados, não rejeitando porém desconhecidos que ali queiram fixar-se e exponham seus motivos.

Um dado importante na favela é que o cotidiano das pessoas está fortemente regulado em função do tempo. Na medida em que não dispõe de fornecimento de energia elétrica, a luz do dia serve para demarcar as atividades domésticas no tempo. É por meio dela que as mulheres (as que mais convivem e fazem uso da aquele espaço) organizam o seu cotidiano. A noção de tempo se liga, então, à noção de luz.

Existe no local uma sonoridade específica: a favela reúne sons e ruídos aos quais já nos desabituíamos por viver entre o barulho do tráfego. Ali, pode-se ouvir de um canto o que se diz no outro extremo: a voz de uma criança, o baque de uma mulher batendo roupa, um cachorro latindo, o alto-falante da camioneta do verdureiro, uma viola... O conjunto forma uma sonoridade que marca o local e é nitidamente sentida na chegada, quando nela se mergulha.

2. Organização Grupal.

Provenientes de várias regiões do estado e do país, os 900 favelados da Vila Brandina distribuem-se em 120 famílias acomodadas em 200 barracos.

À primeira vista mais parecem justapostos do que integrados num grupo. Porém, essa aparente justaposição encobre a existência de critérios próprios e descontínuos diversos daqueles válidos para grupos não favelados e que usam mecanismos formais de associatividade. Na realidade, os moradores se integram através de vários sub-grupos vivendo as injunções e contradições dos mesmos problemas sociais.

Entre esses critérios existem alguns que se aplicam a quaisquer favelas da cidade e outros são específicos da problemática local.

Procedência-parentesco e procedência-amizade.

Esse critério caracteriza a migração da população periférica das grandes cidades de maneira geral. Vários trabalhos a respeito de favelas chegam à idêntica conclusão. A população se agrupa espacialmente em sub-grupos de igual procedência, sejam eles de parentes ou amigos, fixando-se as famílias em barracos próximos, mantendo um sólido sistema de ajuda mútua. A família é o núcleo básico, o nódulo cultural mais importante da rede de relações que se estabelece entre os moradores. É através dela que se informam parentes, operam-se trocas de mercado

rias, ou concretizam-se ajudas em dinheiro e ainda se deslocam seus membros de um rincão para outro, quando se trata de auxiliar a facção distante da família que permaneceu no local de origem ou vice-versa.

Ocorre o mesmo entre os amigos mais chegados. O apoio que advém deste sistema tanto pode ser psicológico, econômico ou sócio-cultural, simultânea ou alternativamente. Por isso, torna-se muito importante o número de pessoas que compõem uma família. Quanto mais numerosa mais chance de se defender ela terá, considerando-se que as crianças desde muito cedo contribuem para a vida do grupo familiar. Este é um aspecto a ser analisado quando se pretende comprovar a validade de um controle de natalidade elaborado a partir de valores de contingentes que desconhecem em detalhes a problemática, ou, a despeito de conhecê-los, não lhes confere o peso que lhes cabe em semelhante junção. (Embora o assunto não se coloque bem nesta abordagem, a oportunidade de enfatizá-lo deve ser aproveitada). O raciocínio simplista de que, se os filhos são poucos a despesa é menor, nem sempre atende às necessidades de sobrevivência para os grupos que por carências várias se autodefendem através da formação de semelhante rede de relações.

Observa-se, também, que na base dessa trama está implícito um complexo fenômeno de comunicação social que a revista *Chão*⁽²⁸⁾ assim especifica:

(28) *Chão*, Revista de Arquitetura, Planejamento Urbano, Desenho e Construção - Editora Tridimensional Ltda. 19 exemplar, 1978.

"O fenômeno se dá por canais que:

- 1º) têm se mostrado de uma eficiência superior a qualquer sistema de controle e alocação de população racionalmente planejada no país.
- 2º) são recorrentes e de conhecimento geral, o que demonstra sua validade como mecanismo sócio-cultural para enorme parcela da população brasileira.

Esse mecanismo de comunicação ordinariamente funciona através de cartas, não importando se os interessados sabem ler ou escrever. Os analfabetos que constituem maioria, servem-se de outras pessoas da família para elaborar ou ler uma correspondência, uma receita médica, etc. Nota-se que na maioria das vezes esta função é atribuída a um filho, ou filha, de menor idade ou a qualquer membro mais velho da família, que dela esteja investido. A cultura letrada por si só valoriza o filho que lê, é verdade, mas não é um dado importante na escala de valores que estabelece a hierarquia dentro do grupo: quem lê presta um serviço, não oprime por um mérito.

As correspondências além de informar detalhes pessoais, descrevem situações de perda ou levantam possibilidade de ganho, pedem ajuda, dão pistas, informam o estado das pequenas propriedades aos seus ex-donos, que se viram obrigados a abandoná-los em estado de miserabilidade. Este sistema informativo dá sustentação às tomadas de decisões de seus membros.

É importante observar que a maioria destas pessoas possuem um acervo cultural de caráter oral que, dada a inadequação à cultura da cidade, corre o risco de ser perdido por falta de reconhecimento social. A dependência a um novo contexto impõe à primeira vista, essa contingência, de tal forma que os mi

grantes chegam até a esconder suas atividades anteriores, temerosos de que o seu traço rural, na maioria das vezes, seja um impedimento para conseguir meios de sobrevivência.

Credo Religioso

Embora existam outros credos religiosos, os mais representativos no local são católicos e crentes. Estes são tipificados pela rigidez de alguns costumes: não dançam, não fumam, não bebem, as mulheres não cortam os cabelos, lêem a Bíblia com regularidade, não faltam aos ofícios religiosos, que se compõem de sermões, hinos, sessões curativas com tranSES, ritos esses incorporados das umbandas que praticamente inexistem no local. Este tipo de segmento religioso criou uma espécie de umbanda moralista onde o costume tem força de lei, a submissão ao líder é muito acentuada e o lucro muito importante. No entanto, esta rigidez não torna seus adeptos capazes de discriminar os demais e nem são discriminados por eles. Costumam convidar amigos e vizinhos de outras religiões para participar de seus cultos e o convite é aceito, na maioria das vezes como mero sinal de sociabilidade. O convidado vai uma vez ou duas apenas para não ser indelicado com quem o convida e geralmente não se envolve com o aspecto religioso da ocasião. Cumpre uma obrigação social e justifica o fato: "*para não fazer desfeita aos amigos*".

Os crentes associam seu sistema de ajuda mútua à religião e desta forma conseguem, por intermédio da igreja, fornecimento de material para construção da moradia dos recém-chegados

além do mutirão habitual ser composto por muitos *irmãos de fé*.

Os católicos não são tipificados por comportamentos especiais ligados a um *ethos* religioso ritualístico. Confundem-se com a figura do homem comum e só no decorrer de uma conversa pode-se identificá-lo como tal. Participam de mutirões segundo o critério de procedência, já exposto, mais do que ligados ao seu credo religioso. Nem mesmo a freqüência aos clubes de mães (que não é grande) e bazares que funcionam na Igreja de Santa Rita, na Nova Campinas ou no Colégio Lumen Christi, no Jardim das Paineiras, podem identificá-los, pois essas instituições se relacionam com pessoas de todas as religiões que residem no local.

Futebol.

Esse sub-grupo é formado por moradores de faixas etarias diversas. No entanto, é o contingente adulto, incluindo a participação de alguns adolescentes, que organiza jogos aos domingos, realiza competições com times de outros locais e aluga um campo para realização de suas disputas. O preço do aluguel é de Cr\$ 500,00 atualmente, e a quantia é rateada entre os componentes.

Os uniformes, incluindo jogo de camisa, calções e meias é usado em sistema de rodízio. Um responsável guarda todas as peças, faz sua distribuição para o jogo e as recolhe a fim de lavá-las. Os usuários compram sabão para essa lavagem, geralmente feita pela mãe de um dos componentes ou, na sua fa

ta, por um deles mesmo. Dessa forma muitos jogadores usam a mesma camisa. Dependendo da idade, uma criança de 11 anos, por exemplo, põe uma camisa que lhe vem aos joelhos (quando joga o time infantil), e essa mesma mais tarde será usada por um adulto a quem ela servirá no tamanho normal. As crianças terão que esperar que os mais velhos joguem antes ficando sempre por último. É durante a semana que elas compõem seus próprios times, pois os adultos trabalham.

Durante algum tempo foi usado um campo aberto no próprio local da favela, contíguo ao que seria um centro comunitário, logo desativado em virtude de remoção da terra para abertura de uma rua. No momento o time de futebol forma um sub-grupo fracionado pela questão do local do campo: muitos moradores estavam trabalhando no Shopping Center Iguatemi onde foi feito um campo só para os seus empregados. Os demais participantes dos jogos, no campo alugado que se localiza nas terras da Fazenda Experimental, do outro lado da pista, que leva a Sousas.

Nível ético-social

Numa das extremidades do terreno da favela (local denominado *buraco do sapo*) que confronta com o loteamento da Hípica vive um contingente de moradores cujos níveis de carência são mais acentuados. Esses moradores não são bem vistos pelos demais que lhes atende às necessidades mais prementes, evitando maior aproximação, e nunca frequentando o local. Ali se reúnem os mais pretos, mais pobres, mais dados à bebida e às mulheres largadas

dos maridos e estão os barracos menos cuidados.

Habitualmente, quando os demais moradores querem se comunicar com esses do *buraco do sapo*, mandam chamá-los, evitam do frequentar o local. Nossas visitas, por exemplo, eram feitas diretamente sem conhecimento dos demais, pois ao se inteirarem da nossa disposição, evitavam nossa ida ao local, ou nos acompanhavam, se insistíssemos em visitá-lo. Atitudes como esta, embora discretas na maioria das vezes, denotam um componente moralista-racial revelador de preconceito encontrado mesmo nas classes de baixa renda, indutor de conclusão como: quanto mais pobres e mais negros, maior nível de delinqüência e maior perigo, racionalizados por motivos éticos.

A água inexistia no local, a desagregação era maior e os desentendimentos mais freqüentes. Mas, constatamos que muitos daqueles moradores foram removidos há 6 anos atrás para a AR-7 Aeroporto, de forma violenta, aumentando seu estado de pauperismo. Não conseguindo sobreviver por falta de trabalho no local, retornaram à favela em condições piores que as anteriores. A esse contingente juntam-se recém-chegados totalmente desprovidos de recursos e iniciam naquele local sua vida da forma mais precária possível, dali lançando-se para obter melhores condições, na própria favela ou fora dela. Ao atingirem melhores condições no próprio local, a discriminação se dilue.

Fornecimento d'água

Ao conjunto de 200 barracos serviam apenas 4 bicos d'água, como já foi dito, espalhados na desproporção de 3 para o lado da entrada da favela e um para sua parte alta. Essa desproporção é constatada se nos lembrarmos que do lado da *entrada* da favela, estão localizados 50% da população e na parte alta outros 50%. (29)

A instalação de mais 8 bicos, perfazendo 12 e antecedida de ampliação da rede pela SANASA, em março/80, determinou o surgimento de mais um critério para formação de novos sub-grupos no local em função do fornecimento d'água. Ao redor de cada hidrômetro surgiu um grupo novo, pois os 4 antigos se reorganizaram por ação reflexa da nova distribuição.

Fizemos (30) o levantamento quantitativo da população em abril/80, usando como pontos de referência esses bicos d'água. Uma vez entrevistados os componentes de cada um dos 12, estava totalizado o universo. Observamos que se agrupavam guardando traços do critério de procedência, o que ocasiona uma desproporção com relação ao uso da água: um hidrômetro com 22 usuários e outro com 7. Parentes e amigos procurando ficar juntos.

(29) O uso da água na parte alta era complementado pela tolerância dos moradores de alta renda que circundam o local na época da construção de suas casas.

(30) Formando um grupo de mestrandos de "Sociologia da Educação", pudemos realizar o levantamento. Participaram: ANGELA MARIA BARBOSA NEVES, ELIANA APARECIDA DE MOURA SILVEIRA, LUCIA MARIA DA COSTA DE OLIVEIRA, PERICLES LUIZ SALES DE SOUZA.

Esse procedimento⁽³¹⁾, como tantos outros que surgem da própria realidade investigada podem ser usados como tática para melhor se observar o universo pesquisado. Nesse caso o hidrômetro servia para estreitar ou expressar as relações dos moradores em torno da retirada e do uso da água, bem como dos projetos e compras de caixas d'água para armazenamento. Além disso o responsável pelo hidrômetro tem contacto individual com cada usuário. É em nome dele que vem a conta da SANASA. A ele cabe recolher o dinheiro de cada um, comprar e instalar as torneiras para ser reembolsado depois, pagar a conta, enfim se responsabilizar pelo funcionamento e integridade do hidrômetro. Este é o sistema adotado pela Secretaria da Promoção Social a quem cabe a administração das favelas. A nós coube descentralizar a tarefa e dividir o ônus. Porém, é através desse mecanismo que o responsável assume uma certa liderança que se expressa na fixação de horário de retirada da água por parte dele, no seu aconselhamento para feitura ou compra de caixas ou tambores para armazenar água, na decrescente utilização das mangueiras que aumentam a conta e sobrecarregam o hidrômetro.

A chegada da água modificou o local a partir do ânimo dos moradores que se encontravam ora em estado de agressividade, ora em estado de desalento. A modificação mais sensível pode ser observada no subgrupo de maior carência onde houve alteração a partir do aspecto físico do conjunto. Os barracos que

(31) Cada favela apresentara um meio que pode funcionar como tática; no caso da Vila Brandina o hidrômetro serviu como centro de aglutinação que facilitou o levantamento. Cada morador foi visitado, respondeu a perguntas básicas, e em entrevistas informais forneceu mais dados à equipe acima mencionada que pode traçar-lhe um perfil.

pareciam atirados contra o solo foram se cercando de plantas e o chão que os contornava passou a ser varrido e regado. Surgiram banheirinhas de plástico e bacias, objetos que não faziam parte do uso habitual dos moradores. As crianças de cabelo endurecido e avermelhado pelo pó mudaram seus semblantes lavadas nos banhos diários. Nestes a mistura de alegria pelo prazer do banho mesclava-se com a gritaria provocada pelo choro de quem tem os olhos ardidos de sabão. Barracos semi-abandonados estão sendo reformados pois a água permite a preparação de cimento e o amolecimento da terra para abertura de alicerces ou brocas de esteio. Nova fase, cujos efeitos deverão ser registrados, está se iniciando para os moradores com conseqüente alteração do seu modo de vida.

Atividades

Não é possível agrupar os moradores por atividades, pois estas se sujeitam às flutuações do mercado de trabalho. Pode ocorrer que dados levantados apontem como atividade exercida pela maioria, a jardinagem, ou atividades afins, como vigia de chácara, responsável por pomares. Mas, se ao cabo de 6 meses se inicia uma construção de grande porte nas cercanias, como aconteceu com o Shopping Center Iguatemi, os mesmos entrevistados que se declaravam "jardineiros" se declaram "pedreiros" e "serventes de pedreiro".

Dessa forma, um questionário não esclarece muito, mas a entrevista informal permite concluir, através de um levantamento que abrange maior período da vida do morador, suas ati-

vidades básicas que no caso foram: as ligadas à terra e as ligadas à mercenaria.

As demais atividades são contingências impostas pela vida da cidade, nem sempre significativas de uma identificação do homem ao seu trabalho. São exercidas apenas em função de resolver seu problema de sobrevivência.

A distinção entre os 5 sub-grupos existentes na favela, evidentemente não é rígida e foi feita apenas como meio de caracterizar a organização grupal dos moradores. Muitos deles pertencem a mais de um sub-grupo simultaneamente, formando uma totalidade de moradores da vila que se reconhece como tal.

3. A Favela em Face das Influências do Meio.

Pelo fato da favela estar localizada numa das zonas "nobres" da cidade, os terrenos onde se assenta, bem como os circundantes, são alvo da mais intensa especulação imobiliária.

Embora o número de residências contíguas a ela seja pequeno, o fato de se encontrar num bairro de "status" elevado a insere num conjunto de chácaras de alto padrão onde ela surge como um elemento provodacor do ambiente. Os mōveis dessa provocação são a pobreza e a feiūra. Aí ficam patentes as contradições de classes que coabitam praticamente o mesmo espaço, mas não desfrutam dos mesmos benefícios urbanos.

Medidas de pressão e de ajuda são tomadas com relação aos favelados, às vezes de forma alternada e outras tantas simultâneas, variando conforme a "generosidade" dos circundantes mas sempre em torno de uma constante: a remoção. O desfaveamento pode então se operar por várias formas: diretamente pela sociedade política, indiretamente por pressão desta sobre a sociedade civil; pela sociedade civil de maneira direta, ou também por sua pressão sobre a sociedade política.

Sempre, porém, essa ação responde à política de cada município que, por sua vez, não se articula com princípios gerais da política nacional, co-responsáveis pela problemática, ficando a questão subordinada às soluções propostas no âmbito de seus próprios limites.

Quando iniciamos nosso trabalho no local (julho/77), uma grande parte dos terrenos contíguos à favela, pertencentes a FEAC, foram negociados com uma empresa que projetou para o local a construção de um Shopping Center maior que o Iguatemi de São Paulo, valorizando ainda mais a área.

Nessa época a favela sofreu várias tentativas de remoção por parte de grupos de pressão não identificados. Esses grupos nada informavam de concreto, mas constantemente provocavam nos moradores a preocupação pela forma como seriam retirados do local. Segundo o relato constante e uniforme dos moradores, a polícia colaborou na retirada e 6 barracos foram transferidos para outras favelas, ocasião em que morreu uma criança, que, na confusão, se afogou na enxurrada. A operação só foi interrompida quando os moradores solicitaram a interven

ção pessoal do ex-prefeito que mandou suspendê-la. (32)

Simultaneamente, um ponto de encontro que estava sendo construído pelos moradores nas suas horas de folga com material doado pela Prefeitura, foi visitado por 2 pessoas que apenas se identificaram como *do poder público* e revelaram seu objetivo de ali instalar um escritório de vendas dos próprios lotes onde residiam os favelados, assim que estes terminassem os trabalhos de construção. Diziam agir a pedido de pessoas que residiam no bairro. Nessa iminência, os moradores desmancharam o que já haviam construído e venderam o material para se pagarem do trabalho inútil realizado nas suas horas de folga.

- Ademais, não tinham nenhuma informação, encontravam-se descrentes em virtude desses antecedentes e desorientados pela desinformação. Ouviam rumores de que os terrenos da favela haviam sido doados à Maternidade de Campinas sem maiores detalhes.

De fato isto ocorrera e o terreno destinado à construção de praças, foi doado à Maternidade em 28/01/77 sob condição de se construir no local um hospital que deveria atender a parte da população carente, num prazo de 5 anos. Se isto não ocorresse no prazo previsto, a ser contado da data da doação, os terrenos retornariam ao patrimônio da Prefeitura.

Como a administração das favelas, localizem-se elas em terrenos públicos ou particulares, está afeta à Secretaria de

(32) Os moradores compuseram um grupo e foram à casa do prefeito pedir que mandasse suspender a operação *retirada*, no que foram atendidos.

Promoção Social do Município, a questão da permanência da Vila Brandina passava a ser equacionada de forma diversa. De um lado, a doação equivalia à remoção vista agora sob um ângulo diverso: o do interesse do proprietário; e de outro, sujeitava a questão da retirada a uma ambivalência de poder, indefinida e reforçada por proprietários particulares residentes, ou especuladores, nas proximidades, que recorriam ora ao poder público, ora ao do proprietário do terreno, ou a ambos, na medida em que este apelo constituísse um instrumento que melhor viabilizasse a retirada.

Foi numa oportunidade da ocorrência dessas pressões que constatamos como funcionam os mecanismos de remoção e desfavelamento através de semelhantes injunções que ora partem de elementos da sociedade civil, que apelam ao poder público para efetuar a operação, ora por elementos representativos da sociedade política que transferem aos empreendimentos particulares o encargo da retirada, ou ainda a ambos associados.

Paradoxalmente, os moradores em sua maioria se interligam ao setor terciário, exercendo atividades que este mesmo conjunto lhes apresenta, gerando dessa forma relações que vão da agressividade ao compadrio. Evidentemente não se pode negar a existência de grupos, mas na maioria das vezes essa ajuda submetida a um processo de redução deixa emergir a ideologia de desfavelamento, à qual está implícita a idéia de remoção, de deslocamentos.

Em entrevista com proprietários das residências contíguas constatamos que esse aspecto inúmeras vezes se revela:

"M. Helena, se para esta gente sair daí você vai discutir com eles e fazer levantamentos para saber se terão emprego no lugar aonde irão e de que maneira vão viver, não está certo. Se informar muito é descobrir que podem não ter atividade, você tira a esperança deles. O importante é que saiam. Depois se dá um jeito".

Em outra entrevista:

"Para que passar o trator no terreno da favela? Se vão construir um centro quer dizer que esta gente não sai mais daí. Não tenho nada contra eles, ajudo bastante, mas você há de convir comigo que se meu marido comprou um terreno de ... cruzeiros o metro quadrado, não é para a gente aglentar uma favela perto. Concordo com o seu trabalho se você me garantir que a permanência deles é provisória. Então sim, porque enquanto ficam, vão sendo mais educados".

Isso explica porque a insegurança com relação à terra sem dúvida caracteriza o comportamento social e conseqüente conformação espacial. A par dessa incerteza quanto ao futuro, a população aspira melhoramentos, mesmo aqueles que não se apresentam como prioritários: por exemplo o asfalto, mas que de alguma forma dê um sentido de legitimidade e permanência incorporando-o à cidade propriamente dita.

Porém, esse melhoramento parece não atingir o objetivo aspirado pelos moradores, o que ficou patente numa entrevista com um investidor que mora nas cercanias:

"Olha, não pense que pretendemos brigar e tirar a favela de forma violenta, podemos até fazer um caminho de lazer ou qualquer coisa que seja necessária, mas vamos urbanizar tanto em volta (incluindo asfalto) que os moradores vão sair por sufoco".

Ainda um entrevistado do mesmo ramo: "Você acha que um loteamento no qual sã a corretagem foi 80 milhões, vai admitir que uma favela continue nas proximidades?"

Por outro lado, hã por parte dos moradores, o desenvolver das mais variadas maneiras de se sentirem donos da terra: uma das moradoras acredita que a única forma de se apossar da terra é trabalhando-a. Sua plantação de andu, mais que a própria alimentação, significa sua tentativa de marcar naquele pedaço de terra uma espécie de escritura de terra; outra procura pedir licença à prefeitura; outra ainda apenas cerca e marca o terreno com seu barraco.

A maioria dos moradores tem procedência rural. São migrantes do Paranã, Goiás, Minas, etc. Um deles que assentava azulejos numa residência em construção ao lado do terreno da favela disse na entrevista.

"A dona da casa é uma mulher muito boa; mas não sabe que eu moro na Vila Brandina. No outro dia trouxe umas amigas para ver a casa; acharam linda, olharam pela janela e gostaram do lugar. Daí a dona da casa disse: 'é, a única coisa que estraga é esta favela, mas se Deus quiser ela sai daí'. Então me deu uma fossa, lembrei quando cheguei do Paranã, a luta que foi, como dei duro. Lembrei do meu barraco, da minha família e justo agora que vou tocando minha vida e pensei: se Deus quiser, a favela não sai daí".

A instituição familiar é ainda um componente muito forte tanto no que diz respeito às relações de vizinhança quanto de subdivisões de lotes (divisão com parentes, ampliação das casas, etc.). A existência de pequenas plantações, criações de animais, forno de barro, etc, são indicadores da procedência rural dos moradores. A herança rural se traduz também na convivên

cia humana daquela comunidade; as relações comunais refletem diretamente numa conformação espacial mais fluida, humana, onde as pessoas se sentam a frente de suas casas, se apropriam do espaço da rua da forma mais completa, como ponto de encontro, como área de lazer.

Numa das entrevistas, porém, uma residente do Jardim das Paineiras disse:

"Veja se você que trabalha com eles consegue convencê-los a sair daí. A gente ajuda, seu trabalho pode continuar noutro lugar porque sabemos que um trabalho com a população deve sempre ser acompanhado. Então quanto você os convence, a gente vai ajudando por que o que se tem que evitar é a revolta no coração deles pelo fato da gente 'ter' e eles não. Isto eu garanto. Eles podem morar no Distrito Industrial. Se não têm especialização, seus filhos terão e se não aproveitados um dia pelas indústrias."

A partir desses dados, observa-se que a favela localizada na AR-2, Campinas, articula-se com a organização da cidade de maneira conflitante. Esse conflito se manifesta de maneira mais direta em função do uso do espaço e sua conseqüente especulação.

Mas, ao problematizar a situação, importa pensar num tipo de educação com a favela e sobre ela formular proposições. Essa educação não é anti-escola, mas além da escola, considerando os contingentes que ficam fora de suas portas ou a inadequação, diante das premências geradas pela problemática de uma favela⁽³³⁾, das propostas educativas já estabelecidas.

(33) Muitas escolas públicas não recebem favelados usando mecanismos que vão desde a informação errada da data da matrícula até alegação de falta de vagas.

"A investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele, como sujeito do seu pensar. E se seu pensar é mágico ou ingênuo, será pensando o seu pensar, na ação, que ele mesmo se superará. E a superação não se faz no ato de consumir idéias, mas de produzi-las e de transformá-las na ação e na comunicação".

Paulo Freire

C A P Í T U L O III

A EDUCAÇÃO INFORMAL DE BASE COMUNITÁRIA

1. Pressupostos Educativos.

Toda concepção educativa tem o seu projeto de homem, ou, em outras palavras, pretende a formação de um tipo humano básico. Ela, porém, não se dá no vazio, mas refere-se a um indiviđduo que pertence a uma sociedade e surge inserido nela em determinado momento histórico. "A sociedade por sua vez não é apenas reprodução e adaptação; ela é igualmente criação-produção de si mesma"⁽³⁴⁾, não existe entre ela e o indivíduo um dualismo fixo. Eles estão separados, mas são inseparáveis. Sô podem ser entendidos um através do outro. Eles se reproduzem reciprocamente, portanto, a sociedade é capaz de redefinir-se e de transformar-se mediante relações, ações e decisões de seus membros.

(34) Touraine, Alain. *Sociologie de l'action*. Paris, Editions du Seuil - citado por Safira Bezerra Ammann in: *Participação social*. Cortez e Moraes, SP, 1977, p. 10.

Logo, um processo educativo que se desenvolva nes sas bases irá além da transmissão de normas e valores. Proporã uma concepção de homem capaz de transformar-se transformando o meio em que vive. Daí o teor político do processo.

Com relação à operacionalidade da educação, constata-se que ela se desenvolve no interregno da fixação de fins a atingir e da construção de meios que permitam atingir estes fins.

Podendo-se concluir, então, que uma concepção educativa contém:

- um projeto de homem
- uma concepção de sociedade
- fins a serem atingidos
- um conjunto de meios construídos para se atingirem os fins.

Estes fatores se interpenetram e fluem de maneira dinâmica no pano de fundo da cultura que o homem permanentemente faz e refaz através da história.

Na nossa concepção de educação informal de base co munitária, para que se elabore a proposta de um tipo humano bã sico, é necessário de antemão se definir concretamente quem ê o homem de quem se vai falar e como ê essa sociedade onde ela se insere e da qual se vai pretender que tome consciência.

Vai nos interessar especificamente o homem comum , que não chega à escola, de menores recursos, favelado, fixado nas grandes cidades marcadas por uma urbanização cujo caráter de disseminação de privilégios em áreas cada vez maiores vai se acentuando.

Historicamente, a falta de vivência democrática do homem brasileiro foi o maior produto surgido dos moldes da colonização, dos estamentos senhoriais escravocratas e do imperialismo sob as mais variadas formas, gerando um paternalismo castrador da parte de poucos e um servilismo resignado da parte de muitos.

A essa resignação segue-se hoje a aceitação passiva do anonimato, a inibição de energias transformadoras, a não exigência dos direitos próprios do cidadão, em suma, a falta de consciência individual e coletiva.

Ora, se a democracia, antes de ser uma forma política, é uma forma de vida altamente consciente, é preciso observar o caráter participativo do homem brasileiro em suas manifestações. Paulo Freire bem explica nossa inexperiência nesse sentido quando diz:

"Ao lado, posto à margem sem direito cívicos, estava o homem comum irremediavelmente afastado de qualquer experiência de autogoverno. De dialogação. Constantemente submetido. Protegido. Capaz, na verdade, da algazarra, que é a voz dos que se tornaram mudos. Na constituição e crescimento de suas comunidades, quando ensaiam qualquer reação. Nunca, porém, capaz de voz autêntica. De opção. Voz que o povo inexperim^{en}tado dela, vai ganhando quando novas condições fãseológicas vão surgindo e propiciando a ele os prãmeiros ensaios de dialogação".(35)

Logo, se se vai prever a formação de um tipo humano básico a partir da realidade de determinado homem comum e das próprias condições que ele apresenta, no caso o favelado, tem-se

(35) FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. Editora Paz e Terra. 5a. edição, p. 76.

de partir destes pressupostos históricos reveladores de uma herança cultural, na qual cumpre considerar que: "... as disposições mentais que criamos nestas circunstâncias foram assim disposições mentais rigidamente autoritárias, acriticas". (36)

E igualmente levar em conta que essa é também, com pequenas variações, a disposição mental do homem que chega à cidade grande para se fixar na periferia, ou daquele que, já morando na cidade, é levado a morar na favela em virtude de um gradual processo de empobrecimento. Numa entrevista, um favelado da Freguesia do Ó, periferia de São Paulo, disse:

"Perguntam pra gente por que morar na favela. Aham que é uma boa, porque a gente não paga aluguel e então não faz força pra sair. Mas não sabem que se a gente pagar aluguel não come, não veste e tem o nome sujo porque daí dá calote em todo mundo. Então pra evitar isto vai pra favela e assim mesmo dá pulos: Pra você ver, quando eu e alguns amigos fizemos nossos barracos, a favela era só um grupinho onde havia delinquentes. Como nós chegamos ficou mais difícil eles se esconderem da polícia, porque nós todos trabalhadores um conhecia o outro e um sabia quem era o outro. Então ficou difícil pra eles se misturar e resolveram sair. Sobramos só nós que trabalhávamos sem qualificação nenhuma. Passou um tempinho e a favela cresceu, outros trabalhadores chegaram. Mas estes são qualificados e estão assim que nem a gente. Daqui a pouco você vai ver, vão chegar metalúrgicos e daqui a mais até os professores ... porque a vida não dá, não. E ainda tem gente achando que nós tamo numa boa".

Este favelado através de sua experiência viva descrevia um "processo gradual de empobrecimento previsto em escala mundial para o ano 2.000 quando projeções indicam que a maioria das populações urbanas vai morar nas favelas para sobrevi

(36) Idem, p. 74.

ver." (37)

Desta forma, descrito o homem que vai nos interesar em termos de proposta educativa, bem como sua condição de pauperismo, resta-nos esclarecer que tipo humano se espera que ele se torne no decorrer do processo.

Cumpre lembrar primeiramente que a cidadania é o mais fundamental dos bens. Observa-se, porém, que o assentamento do favelado no espaço urbano não lhe confere cidadania, apenas o insere na situação de morador. Cardoso, Camargo e Kovarick definem morador e cidadão: (38) "morador - fixa-se na cidade sem acesso aos bens indispensáveis a sua sobrevivência: habitação, trabalho, transporte, água, luz, escola". A essa categoria pertence o favelado não previsto nem reconhecido pela sociedade. Até o último censo os favelados não foram incluídos e mesmo os órgãos de promoção social só recentemente (1979) atualizaram seu número: de 20 mil cadastrados havia 45 mil e imediatamente 60 mil (39). "Cidadão - supõe além das pré-condições materiais e econômicas e do atendimento das necessidades básicas da vida urbana, um tipo particular de incorporação na cultura política urbana".

Diante dessas considerações, o que se pretende é que o processo educativo permita uma ultrapassagem, necessariamente desenvolvida a partir da realidade social do morador e de sua condição de favelado, para cidadão. Isto implica uma forma de

(37) Trecho de palestra proferida pelo Prof. Felix Guattari - I Encontro Multiprofissional de Saúde Mental Comunitária. 29/04/79. Teatro Castro Mendes. Campinas, SP.

(38) Amman, Safira Bezerra. *Participação Social*. Ed. Cortez e Moraes, p.45. 1977, SP.

(39) Dado fornecido pela Secretaria de Promoção Social do Município.

"*incorporação à cultura política urbana*" que permita ao morador o acesso à prática de um direito: o direito à cidade. o direito à vida urbana e evidentemente a instrumentalidade para exercê-la.

O humanismo veiculado na presente proposta passa a ser aquele que, instrumentalizando ao morador o direito à cidade, o direito à vida urbana, lhe confira participação. Isto determina, como consequência uma permanente democratização da urbe e equivale a não expulsão do centro urbano e da própria cidade dos contingentes de baixa renda. E admite que num mesmo tipo humano estejam reunidos: o traço rural e o urbano, numa só pessoa o cidadão e o cidadão, permitindo o surgimento de um novo tipo humano básico: a pessoa-urbana.

2. Uma Concepção de Sociedade

Tanto na projeção do homem pessoa-urbana, participante do processo, como na descrição da sociedade onde está inserido, subjaz a expectativa de uma transformação extensiva a ambos. Esta deverá fluir no decorrer da experiência.

Ora, a simples reforma ou a extrema revolução incluem esse aspecto. Ninguém se envolve num ato educativo para tudo ficar como está. Mesmo para se manter determinada situação é necessário criar novas formas para sua manutenção. Daí

o caráter transformador da educação que pode ser mais ou menos intenso, o seu substrato político.

Já constatamos no capítulo I que o tipo de sociedade local, sem perder seus traços característicos regionais, se constitui num reflexo do que ocorre na América Latina, no Brasil e no Estado de São Paulo: integração de traços de desenvolvimento desigual entre as regiões em vias de industrialização acelerada por influxo predominante de capital externo, portanto de caráter acentuadamente dependente.

A intensificação ou aceleração de um desenvolvimento desse tipo resultam principalmente de forças externas, na medida em que encontram brechas em núcleos locais e terminam escapando do controle não só do governo, mas da própria atividade implantada na área.

Esses fatores determinam um crescimento demográfico acentuado, aumento de população urbana, oferta de trabalho não especializado e sua não absorção pelo quadro industrial em processo de crescimento dada sua sofisticação técnica. Exclui-se a fase de construção inicial das indústrias quando a mão de obra para construção civil é aproveitada, mas o seu término o desemprego continua.

Além do mais, Campinas constitui-se num entroncamento aêro-rodoviário, fator que ao mesmo tempo atrai a chegada e viabiliza a fixação de contingentes populacionais de migrantes provenientes de outras regiões do estado e do país, que se fixam na periferia da cidade totalizando 83 favelas com uma população oficial de 60 mil pessoas em constante flutuação.

A cidade, de acordo com a tipologia de Lefebvre apresentada no capítulo I - possui traços capitalistas e neocapitalistas. Sua concretude entretanto, os reúne de forma não prevista, constituindo-se em linhas muito gerais na seguinte síntese: possui o centro de consumo que apresenta uma duplicidade: lugar de consumo e consumo do lugar. Há concentração comercial no centro incluindo comércios raros e produtos de luxo. Mantém para sua instalação a preferência pelos espaços anteriormente destinados a essa mesma função. Mas esses espaços também são consumidos como tal. Passam a constituir motivos de aglomeração de pessoas que falam, olham e se reúnem a partir das coisas transformadas em mercadorias, como acontece no Convívio, na rua 13 de Maio, Regente Feijó e outras circunvizinhanças.

Isto estabelece a linguagem da mercancia e amplia o valor da troca⁽⁴⁰⁾. Mas esses espaços comercializados começam a surgir também nos bairros e locais distantes desse centro, ensejando enorme especulação imobiliária nos bairros, antes residenciais, onde agora se instalam escritórios, lojas e edifícios de apartamentos. A cidade, porém, tenta conciliar no centro o valor de uso ao valor de troca: passeia-se, namora-se, marcam-se encontros e fazem-se compras ou pagamentos.

O valor de troca tenta absorver o valor de uso. Mas, este, ainda que débil procura resistir. E tanto se nota uma resistência do valor de uso a essa absorção que, através da recusa em se descaracterizar este valor, ainda confere ao centro urbano um papel de irredutibilidade. Em função disto mantêm-se con

(40) Tanto que os comerciantes da rua 13 de Maio acima da Ernesto Kullman, inicialmente contra a construção do calçadão constataram que ele aumentou as vendas e, por isso, reivindicaram sua extensão até a estação da FEPASA.

servados os prédios ou conjuntos antigos como no Largo do Carmo e adjacências, junto a Catedral, mediante um índice de conservação que atesta esta resistência, esta irredutibilidade.

No entanto pode-se atribuir ao fato de as atividades industrializantes de Campinas ocorrerem desde o século passado, o fato de a cidade não se ter deixado descaracterizar na mesma proporção que desenvolve o processo mais recente de sua industrialização.

Como expusemos no Capítulo I, os habitantes construíram a economia local e regional e transacionavam com outros centros próximos ou distantes. Dessa forma, seus cidadãos, por mais *banões do café* que fossem, não viviam num olimpo barroco alienados da realidade circundante e dos processos de produção, quando um belo dia foram surpreendidos pela industrialização. Além de esse processo já ter surgido, embora de forma incipiente, era freqüente o comércio entre Campinas e o exterior. O que se pode constatar é que houve uma modificação: os habitantes locais tinham em suas mãos maior parcela dos meios de produção e conseqüentemente maior poder de decisão que, com o crescente índice de industrialização nos moldes atuais, se lhes escapou das mãos.

Sem pretender fazer uma transferência de caráter histórico, o que sempre produz maus resultados, pode-se, entretanto, admitir que atualmente esta situação se repete em alguns aspectos com relação à pequena e à média empresa.

Isto porque a fixação das empresas transnacionais em parte decorrente do processo de desconcentração da grande São Paulo enseja o surgimento de uma luta desigual na qual o empre

sário médio ou pequeno já é de início um perdedor.

Esse impasse responde a duas ordens de consequência:

- o empresário local é despreparado para a função social que sua atividade econômica representa. Ou seja, ele não assume que sua atividade é parte de uma estrutura econômica mais abrangente, de maneira que é impossível capitalizar os lucros e socializar os prejuízos. É imperativo construir uma economia em conjunto e defendê-la. Não se pode enriquecer numa sociedade que empobrece. A não ser que simultaneamente se combatam as causas que geram a pobreza. É um problema de cultura política que equaciona a responsabilidade social.

- por outro lado, seu nível de barganha é baixo, pois a acumulação acelerada de capital mais o endivida que o fortalece. É notoriamente conhecido o processo de gradativo enfraquecimento dos mercados locais que se desenvolve a partir da apropriação da infra-estrutura básica, técnica e financeira precedente à entrada dos conglomerados transnacionais. Quando estes chegam, os empresários locais já estão em tal estado de desorientação, a ponto de desejá-los ou de se entregarem sem mais, objetivando uma relação de satelismo que abrevia esse processo de apropriação.

O mais paradoxal é observar-se que ao tempo da implantação das disposições do Plano Diretor (1970), Campinas era o 8º município do Brasil em termos de contribuição para formação do valor da Produção Industrial do país e em conjunto com a Grande São Paulo representava 81% da geração do valor da Produção Industrial do Estado. E de 1973 a 1975, de 15 ramos industriais num total de 383 empresas: 86, 4 eram pequenas, 11,0%

médias e 2,69% grandes. E, com relação ao faturamento destacava-se a média empresa. (41)

Mas, a penetração do capital internacional não permite que esta apropriação se delineie em bases muito radicais, pois isso determinaria o rompimento do processo. Para evitá-lo tornou-se necessário, no caso de Campinas, abrir novas formas de enriquecimento para essas frações de classes ameaçadas de empobrecimento. Daí facilitar-se a especulação imobiliária que funcionou como uma válvula de escape para amaciar essas frações. Dessa especulação auferiam o capital de giro que era absorvido pelos conglomerados que, sorrateiramente, se apropriavam do mercado financeiro. Daí a não implantação de um planejamento disciplinador do uso do solo ao tempo do Plano Diretor.

Foi por essa ordem de coisas que a maioria dos habitantes, sem entender o que ocorria, presenciou uma voraz especulação imobiliária tomar conta da cidade, e a população desinformada se viu sobressaltada pela demolição de casas contíguas que num abrir e fechar de olhos davam lugar a edifícios, instalações de escritórios ou lojas comerciais nas zonas de residência, enfim uma descaracterização grotesca do meio urbano. As glebas do entorno da cidade foram atingidas por loteamentos de chácaras que incluem conjuntos de lazer onde se consome uma felicidade que vem na planta fornecida pela imobiliária e termina numa reprodução repetitiva e desinteressante de um bem viver empacotado.

(41) A evolução da situação econômico-financeira das Empresas Industriais de Campinas, 1978. GTAE - Centro Tec. Econ. de Ass. Empresarial, UNICAMP, p. 89.

Porém, esse mesmo clima de especulação acabou atraindo grandes contingentes de migrantes que para cá acorreram na esperança de usufruir um promissor mercado de trabalho que prometia despontar.

Dessa forma, como traço neocapitalista de cidade nota-se que há uma superposição do centro de decisão ao centro de consumo. O primeiro, reunindo no conjunto formação e informação determinantes do direcionamento econômico-financeiro para a cidade, bem como capacidade de organização e decisão viabilizando institucionalmente a concretização de uma nova centralidade: a do poder:

Nesse conjunto está a centralidade específica. Os que a constituem visam ao poder ou são seus instrumentos. Isto enseja um problema político.

Primeiro, porque é difícil localizar esta centralidade. Em Campinas podemos dizer que para reconhecer tal localização deve-se levar em conta: de um lado a política centralizadora de captação de recursos municipais, e de outro a concentração local que acumula informações e conhecimentos dirigindo atividades dos meios de produção.

Segundo, porque a centralidade específica se fragmenta entre o poder administrativo-político, juridicamente constituído, que é a prefeitura-câmara municipal e algumas indústrias de grande porte, universidades, instituições públicas e particulares que utilizem este tipo de conjunto em sua funcionalidade. O domínio da técnica passa a ser importante porque viabiliza melhor os meios dessa apropriação, mas não se circunscreve sôa ela, envolve suas articulações sôcio-políticas. Trata-se de

constituir uma super-programação para dominar os senhores em potencial: aqueles cujo poder permite a apropriação de todas as possibilidades. Essa dominação deverá estender-se também àqueles que, embora sem poder efetivo, tenham compreendido como funciona a trama.

Logo, o centro de decisão constitui-se num complexo de segmentos vários. Dependerá da capacidade que o poder juridicamente constituído (prefeitura e câmara) tenha de se apropriar dessas possibilidades para retê-lo prioritariamente em suas mãos. Caso contrário, será mero preposto administrativo que coexistirá ou dependerá de um poder paralelo, ou superior, capaz de realizar essa apropriação. E onde ela se der, aí sim estará a centralidade.

Citam-se prioritariamente a prefeitura e câmara por reconhecê-las como canal de maior representatividade popular, real ou virtual, onde a centralidade deveria encontrar-se a serviço do povo, considerando-se povo todas as frações de classe, enfatizando, porém, as mais carentes.

Ocorre, porém, que a despeito de todo o aparato organizacional de poder que a cidade possui, seus recursos são insuficientes, quando não inexistentes, revelando que importante parcela de poder escapa das mãos do seu centro juridicamente constituído.

Por outro lado, compondo o meio social que a cidade constitui, observa-se que a fixação de um grupo humano em torno dela, formando 83 favelas, vem estabelecer uma concretude socializada com características comunitárias, não prevista mas real, dentre as quais se destacam principalmente aquelas que se conso-

lidam em torno da sua sobrevivência e permitem aos seus membros basicamente uma mesma visão de mundo.

Esses grupos compostos de mulheres e homens arrancados de suas raízes, através de um processo migratório itinerante, se organizam em torno de alguns traços comuns:

- um estado de pauperismo;
- um espaço que não lhes foi autorizado ocupar;
- a improvisação do mínimo equipamento necessário para um *habitat*;
- a proteção que a própria aglomeração oferece;
- extrema dependência do meio exterior da qual ela é parte.

Sob estas condições, tais grupos se organizam num espaço que é social. Estabelecem relações necessárias a sua sobrevivência, têm aspirações, guardam e descobrem valores, em fim desenvolvem um modo de vida que deveria ser a urbana. Há, desta forma, uma ordem na desordem; uma organização na desorganização; uma disritmia num compasso que lhe é próprio; uma descoincidência entre o previsto e o acontecido, que choca os valores estéticos vigentes, mas por si só não torna menos real a conjuntura.

Dessa descoincidência, dessa imprevisibilidade de correm duas conseqüências:

- o favelado não tem *status* no sentido sociológico do termo, ou não tem posição na estrutura social vigente, é indefinido por não ser previsto ou reconhecido.

- ele cria novas formas de organização social que lhe garantam a sobrevivência.

É por estes meios que as características que assumem esses grupos humanos desafiam a cidade, agredem sem saber, dado o inesperado, o inusitado que constituem diante das alternativas contidas nos planejamentos, ou dos padrões, normas e costumes que são os esperados e regem as formas convencionais de os homens se organizarem socialmente.

Disso resulta a constatação de uma distorsão entre o legal e o real que a cidade cria, através de uma alternativa industrializante de planejamento proposta para o habitante e o limite que o favelado pode atingir com relação a esse padrão, em razão das suas próprias condições de vida.

Existe, então, um modelo *progressista* de cidade cujo teor industrializante passou a atrair contingentes de população em número muito maior do que a rede de empregos pode absorver, iniciando-se uma fase de maior densidade industrial com a criação de um Distrito Industrial gerando aspirações de economia ascendente. Por outro lado, a fixação de 60 mil favelados⁽⁴²⁾ sem acesso à infra estrutura básica ou escolaridade, vivendo em condições de carência sócio-econômico-cultural.

(42) Para qualquer cálculo deve-se considerar a fluidez do fluxo migratório que é permanentemente dinâmico, seja de chegada ou de saída.

3. Determinação dos Fins a Serem Atingidos.

Quanto à operacionalidade da educação, ou seja, o como ela se realiza, constata-se que seu desenvolvimento se opera no interregno da fixação de fins a serem atingidos e da construção de meios que permitam atingir tais fins.

Os fins são os objetivos visados e na nossa proposta consideramos que eles devem impor-se a partir dos valores dos grupos humanos aos quais se destinam e que são partícipes do processo. Dessa forma tais fins se definem em função daqueles valores manifestos.

Mas, o que vem a ser um valor?

A ontologia nos ensina que todos os seres *são*, isto é, existem. Com relação aos valores, porém, já não se dá o mesmo. Eles acompanham, atribuem ou qualificam os seres. Sua ontologia é própria e nos diz que eles se tornam mais ou menos importantes ou mais ou menos indiferentes, dependendo dos seres. Portanto, não dizemos que *são*, mas que *valem*.

Assim, no assumir da sua historicidade, os homens dão aos valores maior ou menor sentido, fazendo com que valham mais ou menos ora enfatizando um, ora enfatizando outro. Estruturam um modo de vida a partir da hierarquização desses valores. Dessa forma não se pode dizer que determinado valor tenha sido criado, pois os valores acompanham o ser, mas, sim, que foi descoberto ou recriado pelo homem, que passou a percebê-lo num determinado contexto histórico-cultural.

Essa descoberta ou recriação de valores que se acabam estruturando numa hierarquização define o homem como ser que se propõe fins e prepara meios para atingi-los. Isso implica um perceber-se individualmente e em relação com os outros. E, à medida que esse processo se amplia e se aprofunda, dizemos que o homem, ao perceber-se buscando conhecimento, se conscientiza, assume a própria vida, se educa.

A natureza desse conhecimento varia de acordo com a situação sócio-econômica principalmente quando se trata de superar mínimas condições de sobrevivência. No caso de carência muito acentuada, ou seja nível baixo ou baixíssimo, a hierarquização difere privilegiando elementos essenciais como a terra, a água, a energia e depois os demais. Essa variação estabelece entre conhecimento e valor um caráter de relacionalidade que confere um teor dinâmico ao processo.

Assim sendo, uma alternativa de planejamento para a cidade, vista sob o ângulo da educação, deve ser analisada a partir da proposta que a cidade faz ao seu habitante de maneira expressa ou tácita, com relação basicamente àqueles elementos essenciais. No caso de Campinas, observa-se uma defasagem entre a alternativa proposta do Plano Diretor e o limite que o favelado pode atingir com relação a esse padrão, em razão das suas próprias condições de vida. Isso porque, não previstas nos planejamentos das cidades, as favelas incitam a uma análise que extrapola as teorias urbanas.

Embora não considerando a espacialidade de *per se* como característica predominante da cidade, não se pode negar sua condição de meio, de realidade prático-sensível. Isto é

particularmente importante se considerarmos que as relações sociais se desenvolvem a partir do sensível, embora não se circunscribam a ele. E, se de um lado, essas relações ultrapassam aos objetos e as formas, de outro elas não se dão sem ligações com o concreto e é sob este aspecto que o uso do espaço, ou seja da terra, da água, da energia e das diversas formas de materialidade, se tornam importantes.

Portanto, é preciso deixar claro que embora haja uma grande diferença entre morfologia material e morfologia social, elas se completam. É por isso que a solução simplista de deslocar as favelas sob várias justificativas, ignorando o global das relações que aí decorrem, principalmente as relações de trabalho, não resolve nenhuma situação. A favela constitui um efeito e não causa de um conjunto de problemas, alguns insolúveis a curto prazo, podendo ser sintoma de distorsão social, ou alternativa de opção emergente, que deve ser analisada em seu conjunto, pois a remoção de forma isolada é inócua e geradora de novas tensões.

Sob esse enfoque, ao fazermos o levantamento dos valores mais importantes para a vida da comunidade observada, procuramos relacioná-los com suas necessidades concretas, considerando que elas devem ser satisfeitas para que os moradores possam realizar os demais valores. Isso não impede que simultaneamente a essas necessidades existam outros valores, nem significa dizer que o homem carente só é capaz de pensar na água que não tem. Mas remete a uma análise de conexão entre valor e situação, representada esta por um conjunto de necessidades e aspirações a serem satisfeitas:

VALORES	NECESSIDADES
1. Sobrevivência	salário, mercado de trabalho saúde lazer habitação, segurança
2. Instrução	aumento de capacidades para sobreviver. manutenção da cultura adquirida formas de organização uso da própria linguagem formação do visual
3. Participação na vida urbana	resistência aos deslocamentos informação, contra-informação e desinformação acesso aos benefícios sociais reivindicações

Esses três valores constituem os objetivos da educação informal de base comunitária proposta para a Vila Brandina

Cada item das necessidades acima expostas foi anotado após discussões surgidas antes durante e depois de experiências vividas em conjunto com os moradores. Essas experiências se constituíram tanto de trabalhos executados em conjunto quanto de manifestações políticas desenvolvidas nos movimentos populares fossem de massa ou em pequenos grupos.

Após essas experiências discutimos com os moradores nossas conclusões de maneira que eles se manifestassem expressa-

mente sobre assunto de seu interesse, evitando desta forma algum subjetivismo do nosso enfoque, esclarecendo e corrigindo a incorreção na assimilação do fato.

Uma vez catalogadas as necessidades acrescentamos contribuição da educação informal de base comunitária compondo um conjunto de propostas a serem formuladas, complementadas e executadas.

Desta forma, o processo não se prende a um processo pragmático objetivador de um nivelamento *por baixo*. Mas partindo da concretude seria iniciado o processo educativo parti-cipante.

A educação passa dessa forma a constituir um processo conscientizador e capacitador da produção de novas formas de organização social que garantam a sobrevivência e a participação do favelado através de sua relação pessoa-comunidade.

A hierarquização visa apenas mostrar prioridades e não estabelecer dicotomizações, porque o processo se dá como um todo. Mas será sobre as prioridades do grupo favelado e não as do educador que se procura montar um trabalho educativo conjunto⁽⁴³⁾. O fundamento da educação informal de base comunitária é o respeito a essa hierarquização.

Sobre os itens apresentados acima montamos um conjunto de medidas educativas propostas e aprovadas pelos moradores, ou remodeladas de acordo com suas sugestões. A sequência não obedeceu ao quadro acima, mas sim ao caráter de emergência.

(43) Antes de comermos o trabalho, compusemos um temário para trabalhar sobre ele, fazendo palestras na periferia. Nunca, porém, saiu das nossas gavetas: o contacto com a realidade nos mostrou sua inutilidade.

cia que um item apresentava de acordo com as possibilidades concretas de sua viabilização (recursos).

Nesse ponto constata-se que fins e meios se confundem, pois estes são construídos pari-passu à fixação dos fins. Daí o caráter informal do processo que não obedece a uma formalização pré-determinada, nem se circunscreve a local definido para sua realização, mas se concretiza em conjunto e em função dos fins a serem atingidos.

"O método se adapta, então, ao meio-ambiente e às suas necessidades; por isso, cada etapa setorial do plano geral se inicia com um estudo prévio, o mais metuculoso possível, das circunstâncias sócio-econômico-educativas locais, procurando que esta adaptação seja a mais perfeita possível, porque aí está a chave do êxito do programa educativo não formal"(44)

4. Um Conjunto de Meios Construídos para se Atingir os Fins.

Embora fins e meios se confundam, para maior esclarecimento devem ser destacados. Dessa maneira, qualquer trabalho que se pretenda fazer para organizar um processo de educação informal de base comunitária poderá ser facilitado, se inicialmente incluir a tomada das seguintes providências de caráter prático:

(44) COVIAN, Roberto Cesar. "Relatório de Campinas", p. 7.

1. Propor o envolvimento da população que será participante do processo. Para tanto cumpre conhecer-lhe as aspirações, possibilidades e disponibilidades.

Nesse sentido seria prático que se observasse, no local, quais são os agrupamentos humanos que exercem alguma ação conjunta. Ou ainda, que interesses existem capazes de aglutinar as pessoas: reivindicações de forma de vida, lazer, aprendizagem de alguma especialidade, expressões da cultura local, ou outros.

Essa observação deve ter um caráter bem realista, considerando as condições próprias do local, suas limitações geográficas, climáticas, financeiras, etc.

Em contrapartida, o conteúdo humano pode apresentar muita riqueza que deve ser aproveitada em benefício próprio. A partir disso importa saber quais os traços mais característicos da população local: comunicabilidade, ludicidade, predisposição artística ou profissional, etc.

2. O conhecimento das pessoas que podem formar equipes de trabalho, ou desejam colaborar como auxiliares compondo essas equipes.

Tais pessoas devem ter sensibilidade para fazer um reconhecimento dos pontos importantes sobre os quais deverão trabalhar. Devem também ter responsabilidade social e auto-confiança suficiente para enfrentar com espírito de iniciativa problemas imprevistos que, muitas vezes, serão obrigadas a resolver, sempre levando em conta as opiniões da população a quem, desde o início, devem acostumar-se a ouvir. Esses traços são importantes para os que exercem uma função coordenadora treinar

do os demais membros da equipe, que deve ser o menos hierárquico e o mais diversificada possível.

3. Verificar as possibilidades que o poder público oferece para que o desenho urbano a ser projetado em colaboração com seus moradores possa ser elaborado de acordo com as características locais.

4. Fazer um levantamento da documentação existente que define o centro urbano, a cidade onde insere a favela, ou o bairro que se pretenda investigar e suas opções fundamentais. A favela não é um gueto e as relações que mantêm com a cidade, bem como as injunções, que daí decorrem, podem esclarecer muito os objetivos a serem atingidos.

Examinaremos, a seguir, cada um destes quatro itens expostos, procurando agregar a eles as situações concretas que decorreram da experiência conjunta desenvolvida na Vila Brandina.

1. Quanto ao envolvimento da população que seria participante do processo, consideramos 3 momentos do trabalho que, embora não tenham sofrido solução de continuidade, devem ser salientados para melhor esclarecimento:

1.1. a abordagem inicial aos moradores da favela, quando nos apresentamos como um grupo da Universidade contratado pela Prefeitura para realizar um levantamento de necessidades. Período: de agosto/77 a novembro/78.

1.2. a nossa permanência no local apenas como elemento da UNICAMP que realizava um programa de educação, após o vencimento dos nossos contratos com a Prefeitura e sem a presença do grupo de trabalho. (de janeiro a junho/79)

1.3. período reivindicatório quando a população participou de movimentos populares globais da cidade, juntando-se a grupos favelados ou não. (de agosto/79 a junho/80).

1.1. Nosso objetivo imediato era entrar em contacto com os moradores de maneira que manifestassem suas aspirações e seus problemas mais prementes, propondo-lhes de comum acordo, atividades educativas, que de qualquer forma colaborassem na resolução desses problemas, ensejando uma ação participativa.

Nesta fase inicial trabalhamos em integração com a Secretaria da Cultura do Município que possuía um grupo de trabalho com objetivos semelhantes aos nossos (da Faculdade de Educação da UNICAMP) e a população nos identificava como "*estudantes que trabalhavam na Prefeitura*". Embora desde os primeiros contactos enfatizássemos que o nosso levantamento seria feito com dados fornecidos por eles, a boa acolhida que nos dispensavam não era suficiente para esconder uma generalizada incredulidade. Eramos o agente estranho.

Realizamos visitas, fizemos reuniões aos domingos e durante a semana e o contacto foi facilitado por seções de pintura infantil montadas pela Secretaria de Cultura que também contava com um grupo da UNICAMP (Ciências Humanas). E nos foram apresentados por ordem de urgência as seguintes necessidades e aspirações:

- Elucidar o problema da transferência do local. Sem isto não se poderia falar nos problemas subsequentes, pois os moradores estavam vivendo sob a ameaça de retirada. Mas até aquele momento o assunto só havia sido veiculado sob a forma de boatos de difícil comprovação, e nem ao menos havia certeza quanto à identidade do verdadeiro proprietário do terreno.

- Água. Caso pudessem permanecer no local por mais 10 meses pelo menos, pretendiam conseguir a instalação de um bico d'água. Só havia 2, o que era insuficiente e vinha criando uma situação insustentável. O número de barracos cadastrados pela Prefeitura era de 87 na época, mas, incluindo os não cadastrados, ultrapassava 100.

- Instalação de uma escola de alfabetização na favela e informações sobre a possibilidade de se montarem outros cursos. (45)

- preferência da maioria pela aquisição de terreno onde pudessem reconstruir seus próprios barracos, caso fossem retirados do local. Mais tarde os moradores nos confidenciaram que a aspiração era de comprar o próprio terreno onde estavam, mas não fora manifestada por medo de que isto apressasse o processo de retirada tantas vezes iniciado.

- obtenção de material para que pudessem construir um barracão de madeira que serviria para instalação de um posto de alfabetização na própria favela, pois a falta de luz tornava difícil a ida à escola na igreja (fora do local) durante

(45) Nessa época (1977) a Prefeitura fazia propaganda de cursos realizados em conjunto com o SESI, através da Secretaria de Promoção Social e Educação.

o período noturno. E esta aspiração era especialmente das mulheres que deixavam os filhos com os maridos para assistirem às aulas; dependiam elas da concordância deles, que, por sua vez, exigiam segurança e iluminação no local das aulas. Como isso não existisse, a solução seria construir um barracão dentro da própria favela.

Nesse período inicial registrou-se o surgimento das primeiras formas de organização conjunta que, embora ainda não caracterizasse um processo reivindicatório, já constituíam um ensaio deste, principalmente por ensejar uma desmistificação do processo burocrático existente que envolvia os meios oficiais responsáveis por possíveis soluções da problemática.

Nessa fase, apenas as necessidades mais ostensivas e as aspirações mais evidentes e generalizadas dos moradores nos foram transmitidas. É uma espécie de teste que eles fazem no pesquisador para constatar sua capacidade de analisar os problemas e propor medidas idôneas para solucioná-los; em resumo, ver se ele *sabe das coisas*. Nesses confrontos não declarados, colocam-se, de um lado, a experiência de vida dos moradores que já enfrentaram migrações extra ou inter-estaduais, desemprego, vivendo sob as ameaças mais diversas de uma transitoriedade habitacional provocada pelo fantasma dos deslocamentos; e de outro, o pesquisador imbuído de valores acadêmicos próprios de uma classe social diversa, aprendendo com a realidade do outro a conhecer seu próprio país, tentando impedir que seu entusiasmo pelo trabalho, seu comprometimento político próprio impeçam a expressão dos moradores da forma mais autêntica possível.

Na primeira reunião geral um morador nos disse:

"É muito bonito chegar gente aqui, conversar, perguntar o que é preciso pra vida da gente, mas estamos cansados disso. Depois muda o chefe na Prefeitura, vocês vão embora, nunca mais aparecem, nem mesmo a amizade que a gente pegou vale pra alguma coisa, nem pra vir comer um prato de feijão com a gente. Aquilo tudo era só por causa do trabalho. Acabou o trabalho some todo mundo, daí só vai aparecer de novo na hora da eleição. Então pra que começar tudo de novo?"

Esse depoimento foi representativo porque obteve na ocasião o consenso dos presentes e a nós valeu como reflexão que viabilizou o levantamento dos seguintes pontos:

- a educação informal de base comunitária deve se constituir num processo contínuo até que a própria população se sinta em condições de assumi-la, ou de fazer suas próprias articulações para tanto; o educador-participante tem que entender que embora seu trabalho não seja jamais o de um intermediário que *quebra o galho*; ele assume muitas vezes o papel de agente catalizador. É importante para os moradores ter a seu lado um aliado de uma classe social que considerem mais forte e seria hipocrisia pretender negar isto. O fundamental é que esse aspecto funcione gradativamente como facilitador de libertação dos próprios moradores e nunca como um liame de dependência.

- a presença, o contacto humano é gratuito e não se dá só em função do trabalho: significa amizade. Existe por si só e como tal deve ser cultivada. São valores importantes e fundamentais dos moradores, que ensejam um comprometimento bem maior do que usá-los apenas como tema de trabalhos ou teses universitárias - embora esse tipo de pesquisa tenha grande importância educativa na medida em que permite compor a realidade com a qual se vai interagir.

- o teor político de um processo educativo não deve estar submetido apenas às vinculações político-partidárias sazonais. Esse teor se manifesta muito mais na análise conjunta das articulações de poder e nas brechas que se abrem para uma participação da população nas decisões das questões que lhe digam respeito, de maneira que a política seja uma forma de vida e não apenas uma técnica de tomada do poder a se manifestar em algumas situações.

Diante dessas colocações e procurando resolver os problemas de forma conjunta, assumimos com os moradores o com promisso de dar continuidade ao trabalho, ainda que ocorressem alterações no esquema de poder vigente naquele momento mesmo que isso representasse uma limitação ao nosso trabalho comum. São a partir daí foram constituídas comissões para tratar dos problemas apresentados e compostas pelos moradores:

Comissão da Maternidade: cuja função era colher in formações a respeito de sua situação de proprietária do local, propor acordos a respeito do prazo que ela lhes concederia para permanecerem até o início da construção do hospital, se fosse o caso. Essa preocupação se referia ao fato de que a transferência durante o ano letivo prejudicaria os estudos das crianças matriculadas na escola.

Comissão de Habitação: tinha por função colher in formações tanto na COHAB como junto a grupos particulares que de qualquer forma pudessem facilitar a aquisição de terrenos ou casas de baixo custo. Os moradores reuniriam essas informações, discutiriam sobre elas e optariam por aquelas que fossem mais

acessíveis às suas possibilidades financeiras e melhor garantis sem seus interesses quanto ao mercado de trabalho disponível.

Comissão da SANASA: que procuraria conseguir a ex ten são da rede de água para levá-la até o *lado de baixo* da fave la, ou seja, a entrada.

Esse período, propiciador das primeiras formas de organização conjunta, possibilitou aos moradores assumir gradativamente a condução de um processo educativo que permitiria a resolução concreta de alguns aspectos da problemática de maneira mais consciente; em outras palavras, compreendendo o que eles significavam. Tal atuação implicou para eles um aumento de rela ções com a cidade onde se situavam e constituiu o primeiro sal to para fora da situação de favelado através de uma atuação de sujeito do processo, desmistificando a burocratização da conjun tura local. Isso ocorreu pela instrumentalização que as próprias comissões constituíam e abriu aos moradores portas até então fe chadas.

Nossa função específica foi:

- facilitar a tomada de consciência dos problemas que os atingiam na prática da solução deles, articulando-os com outros maiores que lhe davam causa.

- apoiar os moradores, animando-os a usar sua pró pria linguagem no contacto com representantes dos órgãos públi cos, transmitindo-lhes suas preocupações, solicitando informa ções e reivindicando seus direitos de cidadão que quer sobreviver, com determinação e dentro de um clima de manutenção da dignidade humana das pessoas envolvidas no processo;

- orientá-los no sentido de compreenderem a estrutura burocrática em que viviam, apontando-lhes os canais competentes que deveriam acionar para viabilizar ou encaminhar a solução pretendida;

- acompanhá-los quando solicitado ficando junto para o que desse e viesse;

- informá-los das opções ou dados existentes a respeito de cada situação estudada, bem como dos meios materiais para resolvê-la;

A formação dessas comissões era precedida de reuniões e, se quiséssemos fazer uma comparação, ainda que imperfeita, com um sistema formal de educação, elas corresponderiam a aulas participadas. O local não importava. Tanto podia ser debaixo das árvores na própria vila, como no barraco de um morador que sempre a tanto se dispunha, como no bar local, que cedia um espaço coberto. A escolha dependia do número de participantes.

Cada tema que ensejasse a formação de uma comissão era discutido e, para solucionar a problemática que ele continha, reuniam-se informações, antecedentes ou detalhes mais atualizados, fornecidos tanto por nós como pelos moradores, e ao final a discussão era resumida em 5 ou 6 questões que sintetizassem a problemática. A esses números corresponderia o número de membros que comporia a comissão. Cada um se encarregava de uma questão e se preparava para bem perguntar e discutir sobre o item que lhe coubesse quando estivessem na instituição ou repartição pública competente para resolvê-lo, informá-lo ou encaminhá-lo. Tanto quanto possível os moradores eram animados a equacionar esses temas sob o ângulo que considerassem de maior

interesse para sua situação. Por exemplo: com relação à habitação, aos 5 moradores que compuseram a comissão as questões foram distribuídas da seguinte forma:

- o interessado por aquisição de casa popular deveria reunir as informações sobre preço do imóvel, aumento da mensalidade, local da construção, tempo de espera de atendimento, tempo de duração do pagamento e possibilidade de revenda se não pudesse saldar a dívida;

- interessado em aquisição de terreno e compra de material para construir a longo prazo deveria reunir as informações, correspondentes a esse tipo de aquisição, incluindo preços, prazos, etc;

- interessado em casas pré-fabricadas a serem montadas pelos moradores, o que ensejaria a baixa do preço por não exigir mão de obra e, além disso, constituir a preferência da maioria.

Os demais elementos da comissão se encarregariam de ajudar na complementação de detalhes não memorizados pelos perguntadores ou ajudariam a transmiti-los aos demais quando de volta à favela.

Os moradores eram estimulados a usar sua própria linguagem porque, de início, o contacto com pessoas *mais estudadas* em ambientes sofisticados (carpetes e condicionadores de ar) provocava-lhes tais inibições que se esqueciam do que deveriam perguntar, ou então, do que lhes era respondido. Isto aconteceu quando chegavam a ser recebidos.

Realizado esse trabalho os membros das comissões ha

viam reunido um bom número de informações e deveriam, então, se encarregar de sua divulgação para o restante dos moradores que se reuniriam para ouvi-las e discuti-las comparando as propostas existentes às suas possibilidades financeiras para tomada de decisões.

Em geral este era o esquema global que funcionava com pequenas variações de acordo com o tema equacionado.

Nem todos os temas foram solucionados pelos trabalhos das comissões, mas de qualquer forma ensejaram o encaminhamento de soluções e proporcionaram as primeiras formas de organização comunitária. O curso de alfabetização, por exemplo, foi instalado no local da escola (igrejinha), que era insuficiente e sem iluminação na rua não atendendo às necessidades reivindicadas pelos moradores, de forma que provocou o abandono gradativo dos alunos e a não instalação no período subsequente. Não se conseguiu material para construir uma sala dentro da favela; a SANASA instalou 2 bicos d'água, um imediatamente após a reivindicação e outro depois de algum tempo; a Maternidade negociou com os moradores um prazo maior para a permanência da favela no local, sujeitando a necessidade da retirada à obtenção de um empréstimo que viabilizaria a construção do hospital. Isto parecia inviável no momento. Com relação à habitação a coisa se complicou um pouco mais por dois fatores:

- o primeiro, porque vigorava nessa ocasião a politica de desfavelamento por retirada pela Secretaria de Promoção Social do Município, posteriormente modificada, mas a quem competia a administração das favelas. Dessa forma, no nosso encontro com a COHAB, fomos convidados a voltar outro dia com en

entrevista previamente marcada e nessa segunda visita fomos sur
preendidos pela presença da Secretária de Promoção Social acom
panhada do presidente da COHAB, o que nos pareceu um pouco exa
gerado. Favela dizia respeito a sua Secretaria e tudo deveria
 ser feito por seu intermédio. Isso respondia à política do des
favelamento que tinha os seguintes traços gerais: estimular o
 migrante a voltar ao local de origem, fornecendo-lhe dinheiro
 para a passagem - promover a retirada dos barracos através de
 triagem que poderia ocasionar sua transferência para locais dis
tantes, ou ainda, fragmentando a localização dos grupos forma
dores da favela de maneira que a redistribuição do contingente
 de um só local por diversas favelas acabaria extinguindo uma,
 e assim sucessivamente. Essa política oficialmente alterada 2
 anos mais tarde (extra-oficialmente ela ainda tenta atuar), se
 difundia por intermédio de algumas associações de ajuda aos fa
velados, mas era também estimulada pelas pressões dos proprietá
rios de terrenos ou loteadores que constantemente apelavam à
 secretaria de promoção social para efetuar a retirada. Comunica
ram-nos ainda que já existia um plano de venda de lotes urbani
zados (PROFILURB) para *resolver o problema* da Vila Brandina, a
través do qual os moradores podiam reconstruir seus barracos em
 local a ser determinado. Porém, no momento, não podiam nos adnan
tar maiores detalhes porque o projeto estava em estudos pelo
 governo federal e dizer isto para os moradores podia significar
 o surgimento de expectativas não realizáveis. Quanto ao prazo de
 permanência no local seriam concedidos mais 8 meses independen
te de qualquer contacto.

Nessa entrevista pudemos observar os seguintes pon
tos mais importantes:

- as secretarias municipais vinham desenvolvendo suas atividades de forma isolada e antagônica, visto que fomos interrogados sobre o tipo de trabalho que estávamos realizando;

- num programa habitacional, ou de interesse prioritário semelhante, podem estar implícitas duas alternativas políticas;

- a manutenção de um processo paternalista e assistencial onde o poder público emite suas resoluções sem aceitar cooperação ou interferência de seus munícipes e resolve *pensar* por eles, mesmo quando sua participação se manifesta em propostas de organização pacífica como era o caso. Observa-se esta constante no caso dos desfavelamentos quando se faz a remoção dos favelados sem conceder às famílias dos interessados a possibilidade de escolher ou opinar, impedindo sua participação na solução de seus problemas habitacionais, barrando-lhes a oportunidade de se autodesenvolverem;

- inversamente, pode-se desenvolver um programa habitacional imbuído de sentido comunitário no qual se fazem propostas que estimulem a participação popular a se manifestar por meio de organizações de moradores, cooperativas, associações, etc;

Optamos pela segunda alternativa por considerar que incrementa o desenvolvimento dos grupos carentes incorporando-os à cidade, sendo altamente educativa; além do mais, por se achar em consonância com a linha básica da administração municipal de proporcionar *máximo benefício social*.

Esse tipo de entrave burocrático foi analisado com

cautela, porque reforçava um retorno às formas autoritárias de poder das quais procurávamos nos libertar naquele momento quando não mais se justificava uma hegemonia sobre tão graves e numeros problemas que estavam a reclamar maior número possível de propostas para solucioná-los.

A secretaria talvez atuasse no sentido de cumprir as propostas contidas na implantação do Distrito Industrial, ainda considerada viável naquela época. Ficou, porém, muito claro que a assistência social tem seu espaço de ação muito significativo, por sinal, mas não esgota o problema e deixa um gran
de vácuo a ser ocupado pela educação informal de base comunitá
ria.

Observamos na realidade em estudo que, mediante um programa de educação desse tipo, estes grupos têm condições para realizar funções participativas que os conduzam à maior liberação social, através da resolução de seus principais problemas.

Num esforço de descentralização deve-se confiar, gradativamente, a eles, muitas vezes considerados de ordem inferior, a possibilidade de participação nessas resoluções em lugar de confiá-los exclusivamente a organismos maiores que atuem sem sua interferência.

- o segundo fator que influiu no problema habitacio
nal foi com relação à alternativa de casas pré-fabricadas. Quan
to a esse aspecto, um ex-funcionário da Prefeitura, que cons
tantemente atacava as resoluções do prefeito e posteriormente
foi candidato a deputado tendo uma votação ínfima, nos ameaçou

de prisão. Esse indivíduo compareceu a umas três reuniões da favela ouvindo e interferindo nas discussões. Como o local era público, sua presença era tolerada e mesmo aceita. Numa dessas reuniões expusemos a proposta de casas pré-fabricadas que consistia no seguinte:

- nós procuraríamos conseguir terreno barato por intermédio da Prefeitura-COHAB (100,00 mensais em 20/11/77 — data da ficha desta reunião) - com água e luz. A proposta pretendia ser uma solução intermediária entre a favela e a COHAB;

- o industrial forneceria a casa do tipo pré-moldada;

- o custo seria de Cr\$ 6.000,00 a Cr\$ 5.000,00 por unidade em prestações de Cr\$ 300,00 a Cr\$ 500,00 por mês, fora a mensalidade do terreno. Não havia juros. (Um barraco custava Cr\$ 4.500,00);

- unidade: casa de 2 quartos, sala, cozinha e sanitário;

- prazo de entrega - até março ou abril de 1978. Nessa ocasião seriam entregues 10 casas e os moradores que quisessem fariam a montagem e ficariam morando nelas, testando as unidades, apontando-lhes os defeitos e, no fim do ano, entre outubro e novembro, seriam entregues todas as casas para a população da favela.

A nós caberia escolher a área, ali ou em outro lugar e entrar em contacto com a COHAB e Prefeitura. A idéia foi muito bem aceita apenas com a ressalva do sanitário: os morado

res não queriam mudar a maneira de usar os sanitários. Estes , em princípio, deveriam ficar no mesmo sistema podendo, porém , ser integrados na casa dependendo da possibilidade de esgoto. A discussão foi várias vezes interrompida pelo indivíduo presente sem resultado. Ao final, fui abordada por ele e ouvi: "Se você não parar com esta exposição vai presa". Perguntei por que e ele me respondeu: "Porque uma proposta desse tipo vai competir com a indústria da construção civil, uma vez que o material vem em placas e os próprios moradores, fazem a montagem." Respondi que estava preocupada com a situação deles e não com a construção civil. Diante disso ele argumentou: "Isto é subversão".

Três dias depois recebemos telefonema desse mesmo indivíduo querendo o nome, sobrenome e telefone do industrial que fabricaria as casas. Antes de fornecê-lo, consultamos o industrial e mediante sua autorização foram transmitidos seus dados pessoais solicitados. Soubemos que a mesma pessoa que fizera a ameaça pretendia o projeto para executá-lo em outra cidade próxima de Campinas para desmoralizar a Prefeitura local.

Esses é um dos muitos tipos de entraves que costumam impedir a realização dos trabalhos com a população quando atingem outros interesses.

No caso, o assunto da retirada da favela ficou à espera de uma solução, o industrial não executou o projeto e nem foi realizado noutra cidade. Procuramos informar-nos a respeito do local que seria destinado aos favelados, caso fossem transferidos, e quais seriam suas possibilidades quanto ao mercado de trabalho. Depois de quase um ano, conseguimos descobrir com muito esforço que seria no Distrito Industrial a quase 10 km do

centro da cidade.

Essa seqüência de reuniões e o crescente interesse em torno da discussão dos temas básicos e correspondentes resoluções, determinou maior aproximação entre os moradores de maneira que se concluiu pela necessidade da construção de um local comum dentro da favela para sua realização. Nele poderia funcionar um curso de alfabetização noturno e durante o dia cursos diversos, entre os quais predominava a preferência pela costura, pois o vestuário, em grande parte ganho ou comprado em bazares de roupas usadas, sempre precisava de reformas.

Nessa época incorporou-se a nossa equipe de trabalho um grupo de alunos da FAU-USP (arquitetura), bem como uma arquiteta que cursa o mestrado em educação⁽⁴⁶⁾ interessados em realizar um trabalho de conclusão do curso que incluía entre outros aspectos o levantamento aerofotogramétrico de uma favela, estudo de sua circulação interna e apresentação de sugestões depois de realizarem observações.

Também, a nosso pedido, um arquiteto (preferiu não ser identificado) fez a planta de um centro comunitário que poderia ser construído pelos moradores, resolvendo entre outros o problema dos locais de realização das reuniões. Além de fazer a planta, doou tijolos, cimento, pedra e areia para a base e conseguimos com alguns residentes nas cercanias, restos de material como caibros, ferros, madeira, enfim sucata de construções recêm-terminadas.

A remoção de parte deste material foi feita por mutirão num caminhão de um morador que transportava areia e grama.

(46) Seus nomes já constam da página 72.

Nessas ocasiões, mulheres e crianças trabalhavam também. Não discriminávamos serviço: todos faziam de tudo. Inicialmente tomamos emprestado um trator (do Shopping Center) que trabalhava nas proximidades para limpar o terreno. Abrimos os alicerces trabalhando nos fins de semana e construímos uma base de meio metro de altura correspondente ao espaço de 3 salas. O restante das paredes seria feito em madeira, e os esteios seriam de tronco de eucalipto tratado. A dificuldade porém era a falta d'água no local para amolecer o chão na abertura das brocas de esteio e para preparar o cimento. Transportava-se água, serviço feito por todos, inclusive crianças que se ofereciam com insistência para participar. Mas o rendimento era baixo dentro destas condições. Cada um trazia suas ferramentas, algumas desgastadas, e o trabalho se desenvolvia vagarosamente. O costume nestas ocasiões é o dono da obra oferecer alimentação para as pessoas que participam dela, pois se come onde se trabalha. Mas no caso, como a obra era de todos, cada um que atuava tinha que sobrecarregar sua alimentação na própria casa em detrimento dos demais membros da família.

Mas, a descarga de material permanente no local como tijolos, por exemplo, despertou atenção não só dos circundantes como de pessoas não identificadas que passaram a abordar os moradores enquanto trabalhavam. Estávamos em setembro-outubro/78 e haveria eleições em novembro; assim, isto serviu de oportunidade para que tais pessoas interrompessem o trabalho dos moradores convencendo-os de que uma vez transcorridas as eleições a construção seria desfeita, ou seu uso desvirtuado espapando-lhes das mãos.

Como já havia um precedente a respeito de situação

semelhante que antecederá uma retirada, resolvemos interromper o trabalho para retomá-lo após as eleições. Injunções como essas mostram o papel nefasto da contra-informação nesse tipo de trabalho, sem que se possa identificar sua origem bem como seus responsáveis.

A esses incidentes seguiu-se o término dos nossos contratos e foram realizadas mudanças secretariais na Prefeitura, inclusive naquela a que estávamos vinculadas.

Foi, então, uma primeira fase de trabalho na qual consideramos importantes os seguintes pontos:

- a construção de um lugar comum deve ser precedida da constituição de uma associação ou cooperativa composta por moradores, cujo teor jurídico lhes garanta a posse do local e a propriedade do material empregado de maneira a permitir-lhes o uso e a gestão enquanto permanecerem na região. Preferencialmente a construção deveria ser feita com material pré-fabricado, evitando excessivo e extenuante trabalho executado nas horas de folga.

- a consecução da obra é essencial, mas importa muito mais a gestão do trabalho, que pode incluir desde a escolha, compra e transporte do material caracterizando uma ação conjunta e o desenvolvimento da co-responsabilidade a partir da elaboração de uma obra de uso comunitário.

- a regularidade de tempo ou aparência física sob a qual se desenvolve o trabalho, não responde aos mesmos padrões de eficiência adotados pelas classes mais aquinhoadas, que pagam e procuram manter os melhores empregados para o serviço ren

der com perfeição. Caminha aos saltos, envolvendo pessoas mais aptas e menos aptas, que não devem sofrer discriminações, por que o importante é a aprendizagem na obra comum e não somente a produção em si. Além do mais, os grupos de trabalho são com postos em função dos dias de trabalho em que os moradores não fazem horas extras nos empregos, variando sua constituição de maneira que torna o trabalho heterogêneo, descontínuo e sem uniformidade. Estas são contingências inevitáveis superadas pelo exercício continuado.

Nota-se ainda que a desnutrição determina situações conflitantes. Primeiro, porque aquelas pessoas trabalhavam muitas vezes nas poucas horas de folga, fazendo um sobretampo. Segundo porque, ao estado crônico de desnutrição, juntava-se o cansaço, tornando o trabalho lento ainda que executado por vontade própria. Percebia-se que nossa força física era, às vezes, mais resistente que a deles embora não tivéssemos nenhum hábito de fazer aquele serviço. Uma noite bem dormida era o suficiente para nossa recuperação, enquanto os moradores apanhavam gripes com mais facilidade, enfim apresentavam mais sintomas de deficiência física.

- as crianças demonstravam uma coordenação motora que respondia às exigências do seu meio social e o desenvolvimento delas se fazia de acordo com as solicitações: carregavam com incrível facilidade pesadas latas d'água que equilibravam com maestria. Riam-se ao ver adultas como nós não saber equilibrar uma lata nos ombros e vir derrubando tudo pelo caminho, de maneira que ao chegar no lugar pretendido, a lata estava com água pela metade. Talvez, se essas crianças enfrentassem o manuseio

de jogos pedagógicos que visassem mensurar coordenação motora, chegassem a parecer inferiores às de outras classes sociais. Mas tal inferioridade é irreal: as crianças faveladas respondiam às solicitações de seu meio social e dentro dessa perspectiva seu desempenho era bom.

- com relação à atuação de liderança no local, surgiu um imprevisto: o morador que apresentava características de liderança quando da discussão de problemas de habitação desapareceu da favela sem deixar notícias. Depois de procurá-lo sem resultado fomos encontrá-lo casualmente passados dois meses, mas ele evitou fornecer detalhes. Apenas disse que se mudara. Nessa ocasião o fato pareceu inexplicável.

Antes de considerarmos outros períodos da experiência⁽⁴⁷⁾ importa analisar o item segundo que trata da constituição da equipe de trabalho. Este é um aspecto básico:

2. O grupo de pessoas que constituiria uma equipe de trabalho formada principalmente por universitários deveria constituir-se numa comunidade onde basicamente importaria:

- a solidariedade
- a coesão
- o respeito à pessoa do outro
- disposição para construir uma sociedade com suas próprias mãos.
- disposição para mudanças e revisão.

(47) Apesar da seqüência cronológica feita às pgs. , a apresentação de conteúdo torna-se mais importante para esclarecer o trabalho. Desta forma vamos nos preocupar mais com aspectos significativos em detrimento da linearidade cronológica dos eventos.

Estes são valores que, se não forem vivenciados pelo grupo de coordenação, não constituirão elemento de apoio ao restante da população, nem ensejarão qualquer trabalho de ação consciente e conjunta.

É evidente que, ao enumerá-los, não excluimos, o que nem seria viável, a possibilidade de um treinamento organizado a se desenvolver no decorrer do próprio trabalho incluindo pessoas dos mais variados tipos. Mas é necessário que, ao menos aqueles que coordenam equipes, possuam maior identificação com esse tipo de atividade, agindo por opção e não por imposição curricular. É bem maior do que se imagina o número de universitários que manifestam incrível disposição por um trabalho educativo por desejarem e se preocuparem com as populações de menor renda.

A identificação é importante, porém pelo teor educativo específico que o trabalho contém, ou seja, educar-educando-se e pelo fato de ele não se limitar a horários, nem se circunscrever a locais determinados, de maneira que os moradores adorem se quiser; neste tipo de atividade o educador-participante penetra na privacidade das populações, se envolve com ela em seus períodos de descanso e numa situação desse tipo a falta de sintonia acentuada por parte do educador-participante acaba se tornando uma agressão à comunidade.

Pode-se também compor um grupo de trabalho com pessoas que tenham maior contacto com a população, por se identificarem melhor, e outras que exerçam atividades específicas importantes em determinado núcleo, sem comprometimento físico com o local, ou seja, sem sair da esfera acadêmica de onde efetuará

sua cooperação⁽⁴⁸⁾.

Decorridos os três meses iniciais da experiência concluimos, nas reuniões semanais da equipe, nas quais trocávamos informações e tomávamos decisões, que nossa pretensão de organizar comunidades era ousada demais pelo fato de o nosso próprio grupo não se constituir numa comunidade.

É verdade que previamente havíamos feito levantamentos interessantes, mas sem conhecer a população e, quando isso ocorreu, percebemos sua inaplicabilidade ao meio social escolhido. Além do mais, éramos academicamente competitivas procurando atingir melhor padrão de trabalho. Enfim, nosso nível de cooperação não era dos melhores. Decidimos alterá-lo, tornando-nos mais comunitárias considerando que uma comunidade se forma pela convergência de uma semelhante visão de mundo por parte de seus componentes. Este rearranjo no grupo provocou uma desacomodação e, das 10 coordenadoras que atuavam com seus subgrupos, permaneceram 5. Algumas componentes não tinham apoio da família para trabalhar diretamente com as populações em locais considerados perigosos espacial e ideologicamente, como as favelas. Outras, ao contrário achavam que o trabalho não modificaria as estruturas, sendo, por isso, ideologicamente desinteressante.

Na tentativa de formarmos uma comunidade, observamos, então, que com as populações extra-universitárias isso também era difícil, dada a falta de hábito participativo e as já mencionadas disposições mentais acríticas do homem brasileiro. Na sua maioria a associatividade se caracterizava pela participação

(48) Por exemplo, grupos que desenvolvem experiências na área tecnológica ou energética.

de um pequeno grupo ao qual os demais outorgavam autoridade para decidir em seu nome através da célebre frase: "o que vocês fizeram está bem feito", colaborando esporádica e inexpressivamente fora de uma ação participada prestando um consenso mudo e conformista.

Os exemplos são sobejamente conhecidos e permitiam concluir ser fácil formar comunidades, mas quase impossível mantê-las vivas. A algazarra inicial da sua formação seguia-se uma fria indiferença à sua manutenção. Na realidade não se compreendia com clareza o que era uma comunidade. Como ponto de partida, podia-se considerar comunidade como:

"um estado de participação em certos sentimentos, idéias, comportamentos ou benefícios. Significa também os diversos grupos ou organizações que se estão a desenvolver em vista da realização daquele estado de participação. Embora os sociólogos não estejam de acordo na maneira de definir comunidade, a filosofia social reconhece a existência de uma corrente comunitária, segundo a qual as pessoas não podem realizar-se verdadeiramente senão no seio de comunidades autênticas compostas de homens complementares tendo um mínimo de vida e aspirações comuns" (49).

Sintetizando a conceituação, ainda podemos considerar comunidade a integração de pessoas que possuem uma mesma visão do mundo em torno de um objetivo.

Logo, o importante é que a organização comunitária seja feita a partir da realidade do meio social no qual se pretenda trabalhar. Para tanto cumpre observar os seguintes pontos:

(49) P. SUANET O.P. *Dictionnaire economique et social*. (Economie et Humanisme, Paris, 1962). O.C. verbete "communauté", p. 81.

- no Brasil, a família ainda é o maior nódulo cultural disponível, a mais significativa agência de educação in formal. No dizer de Oliveira Viana, "*Cada família é uma república*".

Mas, habituados a observar apenas a influência que as famílias oligárquicas exerceram na vida comunitária, esquecemos de observar sua importância como força comunitária a nível do homem comum. Isto ficou bem claro quando expusemos a problemática dos migrantes favelados no subtítulo *parentesco-procedência às fls.* e referente a sua organização grupal.

Segundo alguns observadores, porém, essa concentração preponderantemente familiar denota o caráter bastante individualista de um povo para o qual as relações sociais significativas vão pouco além da organização de mutirões.

Isto posto, a formação de comunidades poderia iniciar-se pela família, expandindo seus limites num segundo tempo, quando se formariam organizações profissionais ou por ativades, organizações de moradores, de donas de casa, de jovens, etc.

- outro aspecto seria o fato adverso de se formarem comunidades numa sociedade capitalista marcada por desigualdades acentuadas. Nas favelas, porém, que têm sua organização fora do alcance de formas pré-determinadas, o desenvolvimento comunitário surge como a via mais espontânea e natural decorrente dos traços característicos daquelas aglomerações, apresentando-se como a opção mais viável.

Mas, apesar dessas características próprias, a favela, como já foi dito, não é um guetto e reproduz muitas das for

mas de relações sociais de outras classes. Por isso, embora tendo suas próprias formas de se organizar socialmente, é necessário mantê-las suficientemente estruturadas de maneira que tais formas sejam um veículo de participação de seus membros na vida urbana. E nunca um instrumento amaciador dos obstáculos que a vida da cidade impõe.

Por isso, o sentido comunitário não exclui o de organização, mas se completa nele. Nem se esgota na fusão das consciências, ou na sua constituição biológica (soma dos componentes), mas atinge o teor de jurisdição. O aparato jurídico equipa os grupos de instrumentalidade para participar socialmente, ou para constituir concretamente seu poder de decisão, que é a base do direito da cidadania.

Esse aspecto jurídico, no entanto, deve vir como última etapa, apenas para legitimar uma força social viva que nasce através do surgimento da comunidade.

- não se pode perder de vista, também, que num tipo de atuação conjunta com a população ocorram duas situações: ou o educador-participante venha a manipulá-la, ou venha a cooperar com ela buscando sua própria transformação⁽⁵⁰⁾.

O problema da manipulação merece atenção especial .

No momento, a sociedade civil vive uma fase de transição: de total marginalização política dá os primeiros passos para o exercício democrático após um período de 16 anos. A tomada de consciência que conduz à crescente organização popular é inevitável, mas ainda se debate em mal definidos contronos. De repente tudo

(50) Kosik, Karel. *Dialética do Concreto*.

passa a ser conscientização, até anúncio de viagem: "Conscienti
ze-se de que deve conhecer o Havaí", por exemplo; ou tudo passa
a ser comunidade: "Miss Brasil foi eleita de acordo com a pre
ferência da comunidade ..."

Cumprе lembrar que a sociedade não é um somatório de comunidades pequenas, ou de associações que reproduzem adaptando-se a um todo previamente estruturado. É também criação e produção de si mesma, modificando-se e redefinindo-se mediante ação e decisão de seus membros que podem agir através de comuni
dades, onde possam optar, decidir, construir ou usufruir do to
do social.

— Por isso, a manipulação pode determinar um dirigis
mo que venha a manifestar-se através da formação de comunidades compostas por agrupamentos despolitizados, mas que representem uma infra-estrutura eleiçoeira de fácil apropriação.

Esse tipo de manipulação coloca os agrupamentos à disposição de forças demagógicas, ou ao sabor de interesses con
sumistas que viabilizam ao poder econômico⁽⁵¹⁾ jogar com suas necessidades agora manifestas. Nas duas situações o caráter inicial e ainda vacilante da organização podem tornar mais efe
tivo o poder de exploração sobre essas comunidades nascentes.

Mas, por outro lado não se trata de encerrar a popu
lação numa redoma e, sim, de acompanhá-la no seu desenvolvimen
to que se opera justamente no fragor dos confrontos. Trata-se

(51) Denunciou-se numa reunião para tratar de interesses das favelas que, após a declaração de dificuldade de moradia, elementos de imobiliárias invadiram as favelas oferecendo terrenos quase de graça, mas inexistentes. Preocupavam-se apenas em receber a entrada em dinhei
ro...

de torná-las participantes e equipadas para compreender e se defender das dificuldades que fazem parte de sua incorporação na vida urbana.

Para apoiar isso, o educador-participante tem que ter bem claro que a manipulação que pode exercer sem desejar, ou involuntariamente preparar para que outros exerçam, está em sentido inverso da cooperação: quanto mais se coopera com a comunidade mais ela consegue autonomia, e menos será manipulada.

- Convém ainda assinalar que uma comunidade não se decreta, mas pode-se ajudá-la a nascer através do trabalho comum e do relacionamento horizontal. Interrogados os moradores das favelas sobre o que esperavam de nós, responderam (quando já tínhamos maior intimidade) que desejavam informações, idéias e apoio. Resolver e decidir sabiam, não o faziam por desalento, falta de dados e cobertura.

Acreditamos que, se nos tornarmos partícipes da construção destes canais de expressão social, as comunidades adquirem autonomia, crescem, transformam-se, transformando o meio social, enfim se educam.

1.2. A segunda fase da nossa permanência no local teve início após o vencimento dos nossos contratos de trabalho com a Prefeitura (de janeiro/79 a julho/80).

De acordo com o compromisso inicial assumido com a população, de não condicionarmos o trabalho às alterações secretariais, prosseguimos as atividades, mesmo sem vínculo empregatício.

Foi apenas como elemento da UNICAMP que iniciamos um contacto informal com a Secretaria Municipal de Saúde, procurando elaborar atividades conjuntas que atendessem ao item *saúde* (1-Sobrevivência, p. 77).

Esse contacto determinou nossa inclusão na equipe da secretaria municipal que compunha a comissão da saúde para o *Ano Internacional da Criança*. Fizemos um acordo de ajuda mútua: colaboraríamos nesses trabalhos e a secretaria instalaria um posto de atendimento na Vila Brandina onde atuaríamos juntos num programa de educação para a saúde.

O fato teve uma significação importante para a população da favela por dois motivos:

- a continuidade do nosso trabalho após as alterações na estrutura municipal e o não condicionamento dele às eleições no momento já realizadas, provou que nosso compromisso era antes de mais nada com a população. Isso demonstrava ainda que o programa tinha vida própria e não estava sujeito a injunções políticas sazonais ou burocráticas.

- o assunto *saúde* envolvia os moradores de forma total, atingindo as diversas faixas etárias, inexistindo pessoas desinteressadas por ele.

Nesse clima de envolvimento nos reunimos na favela para discutirmos a possibilidade da instalação do posto de atendimento. Para isso duas condições deviam ser cumpridas: construirmos duas salas e um sanitário (a Prefeitura não tinha verba) e promover um encontro geral reunindo moradores e a equipe da Secretaria da Saúde constituída pelo Secretário e mais qua-

tro ou cinco componentes. O objetivo desse encontro era ouvir a própria população manifestar seu interesse pela instalação, informá-la dos respectivos detalhes e limitações, conhecer o que entendiam por *ter saúde* e, a partir daí, expor as possibilidades de um programa conjunto a ser desenvolvido no local.

A decisão geral foi favorável ao aproveitamento dos alicerces já abertos para o centro comunitário e a divisão do trabalho a de operar da seguinte forma:

- somente os moradores comporiam turmas de trabalho para construção. No dizer deles nós agora éramos desempregadas e não devíamos trabalhar na obra. Esta última, ao invés de se constituir de seis salas, conforme a planta inicial, se limitaria a três, uma das quais deveria ser azulejada ou pintada a óleo até a altura de 1,50, a fim de possibilitar assepsia constante. A outra sala seria de espera ou reunião e a terceira poderia igualmente ser aproveitada para realização de cursos cujas reuniões se realizassem à noite ou nos fins de semana.

Isto posto foi marcado o encontro geral com a equipe de saúde. Mutirões se formaram espontânea e rapidamente para preparar o local. Como este se daria à noite e o pessoal da saúde pretendia projetar *slides*, foi puxado um fio de 17 metros que trazia eletricidade da casa de um vizinho bem próximo que sempre colabora com os moradores.

Não participamos desses atos preparatórios porque foram planejados e executados pelos moradores de maneira autônoma e rápida, com numerosa participação. Eles repetiam os mecanismos de organização dos trabalhos anteriores, realizando a operação sem necessidade da nossa presença: convocaram os par

ticipantes, distribuíram tarefas, limpando todo o mato da área, arranjando e colocando blocos de granilite que contornavam o muro de meio metro já construído para que muitas pessoas tivessem melhor acomodação.

O encontro durou mais de duas horas e a nós coube a penas fazer as apresentações entre moradores e equipe de saúde permitindo um entendimento direto.

De início projetaram-se slides sobre Campinas (centro e periferia) enquanto um dos componentes acompanhava ao violão tocando e cantando música popular.

Seguiu-se um diálogo em torno do assunto no qual os moradores se sentiram muito a vontade para manifestar suas opiniões sobre saúde, pois o encontro transcorria em moldes semelhantes aos das nossas reuniões habituais.

Nada havia sido preparado a respeito do tema e os moradores revelaram na ocasião compreensão clara, embora espontânea, pela atividade preventiva, dizendo coisas deste tipo:

"Saúde não é só não ficar doente. É ter um bom lugar pra morar, boa comida pra comer, ter educação pra saber se cuidar e não se judiar no trabalho por que uma coisa puxa a outra."

Após o encontro e em decorrência dele, reunimos informações sobre o tema com intenção de nos prepararmos para uma participação num futuro programa de educação para a saúde. Os pontos mais importantes pesquisados em leituras de outras experiências foram:

- A saúde de uma população se mede mais pelos seus doentes e desnutridos que pelos seus mortos. Através da incidên

cia de enfermidades crônicas, presença de sintomas ou ainda importância ou inexistência das condições médicas.

Estes fatores traduzem a carência mais ou menos acentuada de um meio social dado, de maneira a se concluir que a saúde depende da forma de organização de uma sociedade. Se essa organização centrada na competição excessiva estabelece disputas a um nível insuportável entre os indivíduos, isoladamente ou organizados em grupos, firmas, partidos políticos, sindicatos, associações, comunidade e as diversas formas que essa competição possa assumir, uma parte da população se marginaliza, adoece, come mal e sobrevive em lugar de viver.

Ao invés de preservar a saúde das pessoas, a ação médica no plano das relações sociais passa a ter por objetivo preservar as instituições, famílias, firmas a que pertencem os indivíduos contribuindo antes para a defesa da *ordem social ge*nerada pelo *pleno bem-estar mental e social* dos grupos, do que pelo desenvolvimento integral do ser humano e do seu meio social.

- Do ponto de vista da população carente torna-se importante despertar nos seus membros a capacidade não sã de reconhecer os sintomas, mas de expressã-los como anômalos. Isso porque o homem carente sã se considera doente quando se imobiliza. Enquanto não pãra ou cai, não se reconhece enfermo. A capacidade de observação, aliada a informações específicas e ao hãbito do uso da linguagem para expressar seu raciocínio, tõrna-se importante tarefa a ser desenvolvida pela educação integrada ã saúde.

"Os indivíduos que pertencem à mesma classe social que o médico terão com ele comunhão de linguagem e de formas de pensar que favorecem o intercâmbio de informações. Mas as diferenças de nível de instrução, reais ou imaginárias, limitam consideravelmente a difusão do saber médico e, portanto, a aptidão das outras classes de verbalizar as sensações corporais. Como, por outro lado, seus meios de pressão sobre o médico são muito fracos, eles não podem exigir as informações necessárias. Essa menor aptidão de verbalizar suas sensações parece, portanto, tanto causa como consequência do fraco recurso ao médico e da pouca experiência médica dos membros de classes culturalmente desfavorecidas". (Levy, et alii, 1975, pp. 39 e 40). (52)

Em se tratando de educação sanitária, esse aspecto é importante, constituindo-se mesmo num de seus objetivos, por que permite a prevenção da doença mediante diagnóstico precoce, seguido de tratamento imediato, evitando incidência de muitas moléstias impossíveis de serem curadas num estágio mais avançado.

- Uma visão sociológica de como a doença é percebida não nega o fator biológico e psicológico da medicina, mas procura ampliá-lo e complementá-lo.

De acordo com essa visão pode-se considerar que a saúde de uma população é reduzida por determinadas contradições, que assumem a forma de morbidade (doença) ou, ainda, que uma população tem boa saúde quando não é afetada por contradições que acabam por assumir aquela forma.

O resultado da reunião já esperado pela evidência, foi o consenso geral favorável à instalação do posto. Cabia a todos cuidar da construção. O dinheiro para o material seria

(52) SINGER, Paulo; CAMPOS, Oswaldo; OLIVEIRA, Elizabeth M. *Prevenir e curar*. Forense Universitária, Rio. Ensaios de Economia, 1978.

doado por um particular que a princípio não impunha nenhuma condição para isso, alegando que, se costumava dar dinheiro para escola de samba, com maior razão daria para um posto de saúde. Mutirões se formaram e os moradores continuaram a se organizar sozinhos dividindo tarefas e compondo equipes para executá-las. Essa organização envolvia grande número de pessoas e tinha por objetivo não permitir que os trabalhos de construção se interrompessem por falta de gente, concluindo-se a construção o mais rápido possível.

Nossa atuação nessa fase limitou-se à organização de um bazar de roupas usadas que, vendidas a preços mínimos, permitiu formar um fundo comum que ficou em mãos dos moradores designando-se um responsável para administrá-lo. Esse dinheiro serviria para cobrir despesas de condução dos encarregados de efetuarem uma tomada de preço de material nas cercanias da cidade, confrontá-los e fazer as compras. Não houve necessidade da composição de comissões. Essas atividades eram entremeadas por pequenos encontros nos quais se trocavam informações, se divulgavam detalhes e se aproveitavam sugestões. Cada qual se responsabilizava por uma atividade, sem necessidade de muita rigidez na organização de grupos. Notava-se mais segurança e desenvoltura nos moradores. Inclusive, a experiência pessoal e profissional de cada um era oferecida e a maioria assumia a situação como partícipe. O grupo encarregado da construção propriamente dita já tinha um esquema mais definido, prevendo sistema de rodízio, por dia e hora, de maneira que não interrompesse o trabalho até o seu término. Enfim, os moradores aperfeiçoaram o processo e adequaram-no a uma situação nova.

Porém, o doador, pessoa até o momento desconhecida no local, mudou de idéia e resolveu interferir na construção. Residindo nas proximidades, tentou dirigir os trabalhos interrogando os moradores a respeito da maneira como executariam o trabalho. Embora isso contrariasse o teor educativo-comunitário do processo que pretendia desenvolver o exercício da autonomia, os moradores não manifestaram discordância de maneira que resolvemos não interferir. Mas, enquanto discutíamos sobre a necessidade de garantia de permanência da população no local, pelo menos por um lapso de tempo suficiente para o uso do produto de seu trabalho, o doador nos confidenciou: "Se eles saírem não tem importância, a construção fica para o caseiro de quem vier".

Transmiti de imediato a possibilidade de ocorrer uma retirada ao grupo reunido, a título de proposta e na presença do doador e os moradores, surpreendentemente concordaram, negociando um prazo para permanência no local no mínimo por mais dois anos. Mas o doador, desabituaado ao processo de discussão participada onde se debatem idéias e se negociam situações, demonstrou contrariedade e desistiu da doação.

Na primeira reunião após o fato transmitimos aos moradores nossa frustração acompanhada de uma proposta de não prosseguimento dos trabalhos, supondo que sua paciência estivesse esgotada. Apesar de considerarmos que o objetivo visado era a educação através dos movimentos sociais, havia que complementá-la com cooperação também de ordem material, sem o que nossas atividades seriam consativas e inúteis.

Os moradores, porém, discordaram da interrupção e o consenso foi expresso dessa forma:

"Resolvemos que coisa material é muito importante mas queremos mais do que isso. Queremos trocar idéias, saber coisas, ter gente do nosso lado. Por isso não vai ser a falta de dinheiro, nem de tijolos que vai fazer parar o trabalho. Vamos lutar de outro jeito. Queremos que continue".

Desta fase foram levantados os seguintes pontos significativos:

- aprendizagem de um trabalho conjunto se faz pelo exercício continuado, aberto e com flexibilidade suficiente para que cada pessoa possa incluir nele sua experiência compondo um todo. No caso, essa aprendizagem se superpõe aos fatores materiais, tornando-se um instrumento facilitador da avaliação de capacidade de organização atingida pela comunidade. Houve uma ampliação dessa capacidade bem como do exercício da autonomia.

- sendo o estado de saúde da população um todo resultante de várias atividades, pode ocorrer que uma delas tenha efeitos colaterais negativos sobre ela.

É o que ocorre, por exemplo, quando campanhas sanitárias determinam o deslocamento das populações, obrigando-as a mudar de moradia, deslocando-as ao invés de proceder a saneamentos. Essas providências trazem como consequência imprevista um agravamento da situação sócio-econômica, na maioria das vezes, que acaba piorando o estado de saúde geral da população.

- repetiu-se nessa fase, o incidente relatado às fls. com relação a outro morador que exercera liderança na consecução inicial do trabalho com o pessoal da saúde: mudou-se sem deixar notícias sendo encontrado só muito tempo depois, evitando dar quaisquer informações.

3. Desenho Urbano.

O visual do espaço onde se assenta uma população favelada e do seu entorno é de grande importância. A maioria das pessoas vê com naturalidade que a pobreza se aceite agregar a feiura. Mas para a educação informal este aspecto não é supérfluo e contém acentuado teor de formação e transformação.

"O homem educa seu gosto estético na diária confrontação da paisagem urbana. A cidade ensina a conviver, a respeitar o outro, a participar, a ser co-responsável. Ou a competir, ignorar o outro, enganar, aturdir." (53)

Com relação ao favelado, bem como seu assentamento no solo urbano, podem ocorrer duas situações:

- a distribuição das moradias e a paisagem urbana formada pela fixação de seus aglomerados e grupos são não é esteticamente nula quando compensada pela beleza da paisagem natural que os circunda. Nota-se isso particularmente nas favelas do Rio de Janeiro e do Nordeste e mesmo na Vila Brandina cujo visual pode ser considerado bonito. (54)

Sob esse aspecto, uma vila planejada pode ser pior por esteticamente mais deseducativa, com suas casas em série "plantadas" no dizer de uma componente do nosso grupo de trabalho. A este respeito Lewis Mumford afirma:

(53) COVIAN, Roberto Cesar, "Plano de Curso", FE-UNICAMP, 1976, p. 3.

(54) Favelas nos morros ou casas de pau-a-pique espalhadas na areia branca cercada de coqueiros dispostas de maneira natural guardando espaços abertos para pontos de encontro.

"... Se o homem tivesse habitado desde suas origens um mundo tão cegamente uniforme como qualquer bairro de apartamentos de hoje, tão inexpressivo como uma praça de estacionamento, tão isento de vida como uma fábrica automatizada, é duvidoso que sua experiência tivesse sido o bastante variada como para reter imagens, modelar a linguagem ou adquirir idéias". (55)

Por outro lado, cumpre considerar que, se apenas a natureza se encarregar da estética, significa que os moradores se consideram mais parte dela que seus colaboradores acomodando-se à conformidade social.

- a distribuição das moradias e a paisagem urbana criada pela fixação dos aglomerados humanos vai incorporando aspectos estéticos próprios ao conjunto onde se inserem, com a mesma preocupação de segurança e proteção utilizada na construção das moradias. O ambiente vai sendo criado pelos próprios moradores, segundo suas preferências, incluindo-se basicamente o senso estético.

A educação informal chama atenção para a necessidade de recompor o espaço social dos bairros periféricos, considerando que:

"As faculdades perceptivas de uma pessoa num ambiente desprovido de estímulos vivificantes reduzem-se ao mesmo nível da pobreza que o circunda. Sua apatia sensorial o incapacita até para tomar consciência de suas próprias carências. As crianças e a maioria dos adultos pensam e raciocinam mais por imagens e captação sensível que por pensamento abstrato. Sua sensibilidade se nutre e se refina num ambiente fa

(55) MUNFORD, Lewis. *El mito de la máquina*. Emece, B. Aires, 1968, citado in: COVIAN, Roberto Cesar. "Plan General de Desarrollo Urbano". Managua, 1976, p.8.

vorável que o provê de um tipo de educação por meio dos sentidos, que é princípio de toda a educação. Como diz Munford, 'A maestria verbal não pode compensar a defeituosa nutrição sensorial'. O programa educativo que ignore o ambiente social nunca poderá incorporar ninguém a sua comunidade, porque a contradição entre o ensino abstrato que recebe e a dolorosa realidade em que vive, o impede da menor possibilidade de integração efetiva. O resultado é a desadaptação a seu meio e a conseqüente falta de participação. 'A participação excita a responsabilidade individual, fator primordial para a consecução da coesão da comunidade, para desenvolver a visão coletiva e o orgulho no ambiente criado por nós mesmos. Essa concepção educativa colocaria em seu correto lugar o conhecimento livresco, só como auxiliar para a experiência em ação, a única que pode nos conduzir a atitudes e hábitos mentais construtivos". (56)

Concretamente, na experiência da Vila Brandina quase nada foi feito nesse aspecto. O tema, bem como sua importância, foi discutido em reuniões mas apenas uma intensificação no plantio de flores e algumas plantas, que pouco significaram na visão do conjunto, ocorreram. A nível de planos, porém, existem alguns a serem expostos no item "Proposições".

Como meio facilitador a ser utilizado num programa de educação informal e mesmo como providência prática, esse aspecto visual deve ser considerado desde o início desse tipo de trabalho. A participação de arquitetos, paisagistas, urbanistas, nos grupos de trabalho integrados em torno de uma visão educativa, é importante.

Também o poder público deve ser consultado a respeito de sua possibilidade de fornecer material como sementes, espécies em geral, tinta para pintura, pincéis, etc..., de maneir

(56) Idem, p. 6.

ra que permita a incorporação do "imprevisto" no global do desenho circundante que, mesmo conservando suas características próprias, surja recriado de sua condição de favela.

1.3. A terceira fase da nossa permanência no local, caracterizou-se como um período reivindicatório no qual a população participou de movimentos gerais da cidade.

De acordo com o exposto no capítulo I, sob o item "Plano Diretor..." e "Distrito Industrial" o aumento de população provocada pela migração e a saturação industrializante foram decorrências diretas das diretrizes fixadas a partir de 1968, que geraram problemas insolúveis para a atual administração municipal.

A situação atingiu índices insuportáveis. O alvo imediato e direto era a população mais carente dada sua permanente falta de recursos básicos.

De acordo com informações colhidas posteriormente, as comunidades eclesiais de base já vinham sentindo o problema através da manifestação de seus membros que expunham nas reflexões religiosas os efeitos desgastantes da sua problemática social.

Em 1977, começaram a tomar corpo algumas reivindicações (leite, transporte) de maneira espontânea e pouco organizada.

É a partir de 1979 que praticamente surge, como canal de expressão popular, um movimento reunindo vários segmentos de ação popular e pastoral intervilas para reivindicar asfalto

mais barato para bairros e vilas planejadas. Como não envolvesse problemática de favelas, o movimento era visto por nós à distância.

Mas, após a tentativa frustrada da instalação do posto de saúde, as ameaças de retirada dos barracos por elementos não identificados começaram a se repetir. Além disso, a insuficiência do abastecimento d'água e inexistência de energia elétrica configuravam uma situação de gravidade intolerável.

Era preciso fazer alguma coisa. Resolvemos assistir a uma das manifestações da *Assembléia do Povo* em junho/79 que consistia em reunir reivindicações (então incluindo problemática de favelas), e apresentá-las num contacto direto com o prefeito, geralmente no saguão de entrada da Prefeitura.

Fomos à manifestação e nos limitamos a observá-la. Na oportunidade apresentou-se um morador de barraco, do Jardim São Marcos, denunciando uma ameaça de retirada por escrito de parte da Prefeitura. O prefeito em exercício (vice) contestou a validade do documento, reforçando a norma já adotada pelo titular, da não remoção de barracos.

Como a essa manifestação se seguiria outra, dois meses mais tarde, avisamos um grupo de moradores para que ela assistissem sozinhos, de maneira que formassem opinião própria sobre a vantagem ou desvantagem de usarmos esse veículo de participação popular, para apresentarmos nossas reivindicações aderindo ao movimento.

Isso feito, o grupo divulgou os resultados na favela através de uma reunião. Em princípio, os moradores eram favoráveis à participação, mas temiam ser absorvidos por um movimen

to maior onde acabassem por não decidir nada.

Justificaram, também, a vontade de participar, pelo fato de o prefeito titular ter assumido com a população, na Assembléia, o compromisso de não só garantir a permanência dos barracos no local, como de solicitar auxílio policial se alguém tentasse removê-los e o fato chegasse a seu conhecimento.

Entrando o assunto em discussão, formou-se o consenso, quando a maioria resolveu que a Vila Brandina faria uma proposta de participação, negociando cada etapa do movimento, de maneira que se solidarizasse com os demais bairros ou favelas, mas sem abrir mão da autonomia de decidir seus problemas próprios.

Naturalmente, havia um risco e concordou-se assumi-lo em conjunto, de maneira que os impasses a surgir fossem resolvidos na devida oportunidade.

Começamos juntos a frequentar as reuniões quinzenais aos domingos no Palácio Pio XII, que cedia um galpão para esse fim. Ali se reuniam outros segmentos de ação popular como Movimento contra a Carestia, Serviços de Saúde, Pastoral Intervilas, etc.

Também, quinzenalmente, cada bairro ou favela se reunia no seu núcleo para discutir, complementar ou analisar essas reuniões de caráter geral.

Havia ainda reuniões de agentes ou dirigentes, sem data fixa e com menor regularidade que as realizadas com a população.

Numa delas decidiu-se que nenhum dos participantes

teria obrigação de fazer declaração político-partidária, mas sim de procurar um consenso único em torno de prioridades básicas da população, reivindicando-as em conjunto, sem prejudicar, é evidente, a reivindicação-base de cada núcleo.

Elaboramos para nossa orientação uma lista de três itens que expressassem pontos comuns, propondo-nos a trabalhar em torno deles. Esses pontos foram:

- unir o povo trabalhador;
- devolver com clareza ao povo o que nos informava de maneira difusa;
- decifrar-lhe o mundo em que vive pressionado.

Em torno dessas diretrizes foram desenvolvidos estudos das reivindicações de cada local, reunindo as já existentes, levantando dados a respeito, colhendo informações, fazendo visitas e, ao final, integrando-as num todo.

Durante o espaço de três meses organizaram-se todas essas atividades preparatórias de uma assembléia. Participaram 39 bairros, dos quais, 16 favelas.

Dentre os tópicos mais importantes para as favelas foi votado o da garantia de sua fixação, ou seja, sua não remoção. Como solução, o projeto PROFILURB (programa de Financiamento para Lotes Urbanizados) apresentava aos moradores um aspecto de maior viabilidade: *"O Profilurb será desenvolvido através da Urbanização de áreas verdes, loteadas ou não, ou de áreas ocupadas por aglomerações de sub-habitações."*⁽⁵⁷⁾

(57) Decreto Federal nº 37/75 de 1/7/1975.

Baseando-se no decreto, as reivindicações a esse respeito foram registradas num documento único entregue à Prefeitura: "1º) que através do PROFILURB sejam loteados em nosso favor, o próprio local onde moramos; 2º) não remoção dos barracos para bairros distantes de onde estamos morando." (58)

Contra-argumentou-se, quando da preparação do documento, que cada município tinha atribuição através da sua Câmara Municipal para votar a favor ou contra a aprovação dessa disposição de lotear áreas já ocupadas no seu perímetro urbano, propondo o deslocamento das populações para outras áreas. E, no caso, a informação era de que Campinas havia votado contra a disposição desse trecho do decreto.

Por outro lado, ponderou-se da impossibilidade dos poderes públicos recusarem uma venda de lotes para população carente (note-se que o decreto é de 1/7/75) quando a administração anterior havia doado áreas destinadas a praças públicas para postos de gasolina ou para empreendimentos particulares, (como era o caso da Maternidade), que auferiam lucros (em 28/1/77). (59)

Diante da gravidade da contradição o consenso foi de submeter os vereadores, representantes do povo, a um teste de maneira que, se de fato lutassem pelos interesses populares, reconsiderariam a questão. Decidiu-se que valia apenas os participantes lutarem por isto.

- como a proposta para implantação do PROFILURB já existente consistia no deslocamento dos favelados para o Distri

(58) Documento: "Assembléia do Povo" de 12/11/79 (não está paginado).

(59) Dado fornecido pela Secretaria da Promoção Social do Município.

to Industrial, discutiu-se também sobre a poluição nesse local. Se os favelados moravam numa periferia sem poluição atmosférica, por que transferi-lo para a zona industrial cujo índice de efluentes era não só elevado mas previsto com antecedência?

E como não considerar nessas condições seu deficiente estado crônico de saúde?

- as condições de mercado de trabalho também foram analisadas. Alguns favelados já se haviam transferido para a AR/7 - DIC e por falta de trabalho voltaram às antigas favelas em condições piores que as anteriores. Outros foram desapropriados.

Concluiu-se, então, pela inexistência ou impropriedade de mercado de trabalho no DIC para favelados sem profissionalização. Previa-se que trabalhariam na fase inicial de construção das indústrias, ficando desempregados após esse período e morando a quase 10 km da cidade com dificuldades de locomoção para outros empregos, tendo que saldar os compromissos assumidos com a COHAB pela aquisição da unidade de habitação. Além disso, teriam que comprar material para ampliá-la (sô embrião) e caso não tivessem meios para isso acabariam usando os mesmos materiais empregados na favela.

Logo, para que aceitar um a proposta de transferência se moravam numa favela grátis e acabariam morando numa favela paga, poluída e distante do mercado de trabalho?

O mais lógico seria aceitar o trabalho no DIC, sem sair de suas atuais moradias, deslocando-se temporariamente apenas enquanto durasse a fase de suas atividades na construção ci

vii.

- o acesso à escola foi outro ponto de interesse geral tanto dos bairros quanto das favelas. Embora nas discussões locais da Vila Brandina o problema não tivesse sido considerado prioritário e o nosso trabalho desenvolvesse um processo educativo fora da escola, deveríamos solidarizar-nos com os outros núcleos onde a situação era mais grave: discriminação de favelados na escolha de vagas ou inexistência delas, insuficiência de salas, distâncias grandes a serem percorridas pelos alunos, falta de passarelas para crianças atravessarem pistas perigosas, etc.

- Em torno do assunto fizemos um levantamento na Vila Brandina com um representante dos moradores visitando as 03 escolas mais próximas:

A primeira, junto à favela que funciona na capelinha de propriedade da Hípica. É uma escola de emergência com as 03 primeiras séries do 1º grau, funcionando em 04 turnos nos seguintes horários:

- de 7h a 9h30 min.
- de 9h30min. a 11h
- de 12h a 15h
- de 15h a 18h

O número de alunos em cada turma é de 40. Como a sala não comporta, as crianças se comprimem assistindo às aulas de portas abertas enquanto as da turma seguinte se agrupam do lado de fora numa gritaria que impede o trabalho.

As professoras são cedidas pelo Estado e concluída a 3a. série do primeiro grau, os alunos são encaminhados para outras escolas estaduais devendo, por lei, ter suas vagas garantidas.

À noite, funciona no mesmo local um curso de Educação Integrada da Municipalidade, atingindo faixa etária acima de 14 anos, constituindo uma complementação do Mobral.

A segunda escola visitada, também escola de emergência, funciona na Fazenda Experimental do Estado, do outro lado da rodovia Heitor Penteado junto à favela. Ali o funcionamento é aparentemente bom. As crianças (28 a 30) têm condições materiais e acomodações razoáveis. Mas havia apenas uma aluna da Vila Brandina e a professora confessou estranhar o fato. Sabíamos, porém, por informação dos moradores que após o atropelamento de uma criança, seguido de morte, na travessia da pista, eles haviam proibido seus filhos de frequentar aquela escola. A reivindicação no caso deveria ser de uma passarela e não de uma nova escola.

A terceira foi na Nova Campinas. Num mesmo terreno, ocupando área de um quarteirão, funcionam dois estabelecimentos de ensino: uma escola-parque da Prefeitura com excelentes acomodações, onde encontramos algumas crianças da Vila Brandina (até 6 anos). E uma escola estadual (1º e 2º graus) também materialmente boa, quase não procurada pela população local.

Apesar de localizadas no bairro próximo à Vila Brandina essas escolas acham-se a grande distância da favela, inexistindo condução direta que ligue os dois pontos. Explicamos a presença de crianças menores na escola-parque pelo fato

de seus pais não poderem deixá-las sozinhas quando vão para o trabalho.

Os alunos maiores freqüentam a escola estadual de Sousas porque a condução é de porta a porta e com a regularidade de 15 a 15 minutos. Costumam obter auxílio de pessoas que lhes fornecem passes para pagar a condução.

Dessa forma, o problema escola não foi considerado prioritário no momento, durante as reuniões específicas da favela pois, além de existirem dois estabelecimentos, a escola como tal não veicula meios de sobrevivência imediatos, chegando os pais a tirar seus filhos dos cursos para colocá-los no trabalho.

- Constatou-se o número de 252 crianças sem escola e ponderou-se também que nenhuma população rejeita uma escola, mas concluiu-se que o problema era antes de qualquer outra coisa garantir aos moradores sua fixação no local. Lutar para construir e instalar escolas seria arriscá-las ao desuso, ou contribuir para a formação de um espaço autoritário irradiador de pressões para retirar a favela.

O consenso em torno das prioridades foi:

A nível local: - não remoção;

- água;

- energia elétrica.

A nível do movimento geral:

- escola, em solidariedade com a maioria dos bairros.

Depois do levantamento nas escolas, ocorreu pela terceira vez um incidente envolvendo o morador que se destacara por sua liderança nessa fase: desapareceu, mas, como tinha família grande no local, seus familiares permaneceram na Vila seriamente preocupados. Não forneceram informações, mas apenas se limitavam a dizer que "ele" estava bem e fora, visto por vizinhos na cidade. Decorridos três meses, esse morador voltou à favela mas não permaneceu no local: saía cedo sem ser visto evitando dar informações a respeito.

As tarefas continuaram a ser executadas por outros moradores e um deles se ofereceu, na emergência, para representar a comunidade na Assembléia.

Em 12/11, vinte ônibus alugados conduziram os moradores da periferia até a Prefeitura. O dinheiro foi em parte levantado nos bazares promovidos nos diversos núcleos, acrescido de contribuição feita por aqueles moradores que podiam pagar o equivalente das suas próprias passagens, mais as doações conseguidas pelos agentes.

A Vila Brandina lotou dois ônibus com os moradores que viajavam também de pé. Cartazes com o nome da favela foram colocados no pára-brisa para identificar os carros na hora da volta, e também para dar maior sentido de união.

A Assembléia seria realidade no saguão do andar térreo da Prefeitura. Montou-se no local uma tribuna para os representantes do povo (um de cada bairro ou favela), prefeito e os secretários que pudessem esclarecer alguns aspectos das reivindicações apresentadas em áreas afetas as suas secretarias.

Para reunir interesses semelhantes e cruzar informações, cada representante encarregava-se de apresentar (lendo) uma reivindicação que não fosse a do seu bairro e defendê-la no debate, ocasião em que seria auxiliado por elementos do local. Era uma forma de impedir que cada grupo se fechasse no seu problema sem se interessar pelos demais.

Dessa forma, quem falasse sobre "água", representa-ria todos os locais onde existisse o problema fornecendo detalhes específicos; luz, a mesma coisa e assim por diante. Este mecanismo foi positivo porque todos souberam o que acontecia a todos.

Na ocasião, constatou-se que os participantes dominavam as questões discutidas nas reuniões preparatórias, pois durante a Assembléia complementaram os temas, usando o argumen-to certo no momento apropriado.

O prefeito estava ausente e as reivindicações foram feitas ao vice-prefeito que compareceu acompanhado de secretários e pessoal da segurança. Não houve interferências. Os parti-cipantes, sem abrir mão de seus pontos de vista, mantiveram-se em união pacífica.

Trinta dias após essa Assembléia seria realizada outra para se obter resposta a respeito do atendimento das reivin-dicações. Mas, na data prevista, os moradores da Brandina por um desencontro não explicado não receberam a confirmação da data da assembléia, de maneira que apenas o representante, dois moradores e nós comparecemos. O representante não distribuira o boletim de aviso e constatamos que agia em nome de "outros", desrespeitando consensos surgidos nas reuniões locais. Não rei

vindicou a fixação da favela no local, muito menos falou em água e luz, mas pediu escola.

Abandonamos a Assembléia e fomos para a favela onde os moradores, pela falta de confirmação, acreditavam numa transferência de data.

O incidente foi considerado grave e nas reuniões que se seguiram a discussão incluiu duas propostas a respeito:

- continuar participando do movimento geral abolindo a representatividade fixa, que seria substituída pela rotativa. Nessa última todos deveriam estar preparados para substituir qualquer um a qualquer momento. Mas, além de isso não ser fácil, constituía um rompimento da estratégia geral do movimento que atingia outros núcleos.

Diante do impasse, decidiu-se interromper a participação a nível geral e 4 meses mais tarde um grupo da própria favela reiterou o pedido de instalação de hidrômetros na SANASA e de energia na Prefeitura. Foi atendido na primeira.

Os pontos significativos dessa etapa foram:

A nível geral: o contacto com outros contingentes favelados com problemas semelhantes, sentindo basicamente a mesma insegurança de deslocamentos, foi revigorante para os moradores. Nas reuniões gerais preparatórias trocavam impressões com grande desenvoltura e facilidade de expressão, apresentavam mais disposição para trabalhos conjuntos, exprimiam idéias novas, enfim sentiram a própria força, em nível de cidade.

A nível local: - as tarefas que permitiam uma identificação do local como ônibus com faixas no pára-brisa que traziam o nome da favela, foram detalhes importantes para fortalecer a organização da comunidade. Pela primeira vez, a Vila Brandina fez uma demonstração pública da sua identidade e os moradores se reconheceram como membros de uma comunidade para efeitos exteriores, e não apenas como um amontoado anônimo, um depósito de gente desconhecida, indefinida e mal acomodada. Eram pessoas que habitavam um núcleo da cidade e trabalhavam por ele.

- por outro lado, a figura da "liderança política" deve ser substituída por formas rotativas de atuação, de maneira que os membros do local se revezem na função, evitando manipulações. Isso porque, quando se fala de infiltrações ou patrulhas ideológicas, comumente se esquece das infiltrações de interesses. Essas últimas colidem com interesses muito importantes dos moradores, sendo por isto facilmente identificáveis. Mas apesar da facilidade com que são percebidas torna-se muito difícil descobrir no auge de um movimento os responsáveis por ela de maneira a desarticulá-las.

Geralmente, trata-se de grupos poderosos que agem por interpostas pessoas que são recicladas e substituídas na função de coagir e corromper moradores com qualidades de liderança, mas dentro de um processo ainda incipiente de organização que lhe dá, por isso mesmo, pouca cobertura.

- o teor da reivindicação de uma população favelada responde diretamente as suas necessidades de sobrevivência sem grandes reflexões. O concreto é o móvel, o veículo de uma

mensagem ou tema de diálogo político. Se se vai lutar pelo necessário há comunicação, caso contrário, não. A linguagem da vida, o existir da população favelada nas suas formas mais imediatas se desenvolve em tema político. Não há disposição de luta se o veículo não for este. Não se arriscam coisas necessárias já adquiridas para sobrevivência por aventuras políticas no campo das idéias, no sentido acadêmico.

Dessa forma, as necessidades, principalmente dos favelados, não devem constituir apenas "bandeiras de luta", mas devem ser ainda que parcialmente conseguidas sob pena de a população recorrer ao paternalismo fácil, sempre pronto a oferecer uma relação de dependência.

Esse aspecto é determinado pelo nível de carência muito acentuado, que não permite ao morador esperar a morte de alguém da família quando doente, sob a alegação de que quando a estrutura mudar tudo vai ser diferente. Nem deixará de lutar pela sua alimentação por questões político-ideológicas. A situação desses contingentes, porque diretamente ligada a sua sobrevivência, tornam suas reivindicações veículos de um processo educativo que recusa o simples confronto político-ideológico.

- um movimento popular geral é comumente envolvido, cooptado por grupos ou interesses mais variados. Os próprios políticos que geraram situações graves para a periferia "reivindicam", juntamente com a população, soluções para resolver problemas que eles criaram e exigem proteção para direitos que eles contribuíram para que fossem violados. É o caso típico dos que participaram da implantação do "Plano Diretor" e do Distrito Industrial.

Essas injunções, porém, fazem parte da vivência política das comunidades e contribuem para desenvolver a capacidade de o cidadão conviver na urbe, desde que sejam detectadas, discutidas, analisadas e afrontadas com liberdade. São a resultante de fatores conjunturais da dinâmica sócio-política de elevado teor educativo que por si sô não devem obstruir a disposição de manter princípios democráticos, mas, sim, de reiterá-los.

Considerações Finais.

Ao procedermos a uma análise crítica do Plano Diretor e do Distrito Industrial estávamos fixando um item fundamental da cultura da cidade que são, no caso, os meios de produção. Por que não iniciamos pela rede escolar ou pelos meios de transportes?

Primeiro, porque as análises de uma concepção informal de educação devem iniciar-se em torno do elemento preponderante num contexto cultural; e, segundo, porque, se analisarmos como prioritário um aspecto da política social, não discutimos a raiz do problema que é a política econômica.

Na experiência da Guiné-Bissau, Paulo Freire declara que seu trabalho educativo partiria da estaca zero, pois apenas as raízes culturais dos guineenses que o colonizador não con

seguira matar, eram as forças pulsantes disponíveis.

Dessa forma a educação não constituía um subsistema de um sistema maior, constituía ela própria a abrangência, a tarefa de reconstrução nacional. Não existia uma estrutura de classes, uma hierarquia estabelecida que se constituísse num sistema dividido em compartimentos nos quais as pessoas eram colocadas segundo a renda, a escolaridade, profissionalização, sexo, cor, estado civil. Mas, fazia-se necessário construir a nação do nada, elaborar experiências educativas que poderiam tornar-se em futuras universidades, veículos de reconstrução da cultura nacional.

Outra experiência vivida pela mesma equipe foi em Genebra. Lá, ao contrário, a sociedade é tão meticulosamente organizada e a estrutura social apresenta tão pouca variabilidade, que o educador-participante para acompanhar a dinâmica social vai aos grupos informais e na convivência com eles, recolhe os aspectos significativos de sua problemática, trazendo-os para a universidade a fim de que sejam discutidos e trabalhados.

Nos dois casos, constata-se ou um índice de pobreza e a dinâmica viva de uma reorganização social libertadora, ou a manutenção de uma condição de bem-estar social tendente a pesquisar conflitos detectados a partir dos pequenos grupos.

No Brasil, especificamente em Campinas, nosso objeto de análise, o contexto cultural é outro e a estrutura social convive simultaneamente com categorias semelhantes às dos exemplos anteriores, acrescida de características próprias, numa composição diversa, multiestructural e contraditoriamente antagônica.

Isso responde a fatores histórico-político-urbanos expostos no capítulo I. A educação informal nesses contextos trata de incorporar o morador à cultura política urbana, tornando-o cidadão⁽⁶⁰⁾, pessoa urbana, a partir de suas aspirações e necessidades através de um trabalho conjunto.

Por outro lado, a incidência do fator industrializante que se constitui num veículo indutor da problemática básica investigada focaliza o morador e principalmente as favelas como um depósito de mão-de-obra aproveitável onde o estoque a ser trabalhado recebe a denominação de recursos humanos.

Mas, surge um impasse quando se constata que o teor industrializante, que atraiu os favelados, se esvazia à medida que a vitalidade econômica gerada pelo "milagre" também agoniza. A aparente opulência que a cidade ostenta não corresponde o lastro bancário dos capitais de giro, dos financiamentos protelados de desfechos desestimulantes para empreendimentos endividados.

Decorreu na verdade uma mudança: poucos enriqueceram com o empobrecimento de uns tantos. O capital disponível concentrou-se nas mãos de políticos, investidores e organismos indus

(60) "Segundo Marshall (1963, p. 78) a cidadania pode ser compreendida sob três distintos ângulos:

- os direitos civis afetos diretamente às liberdades individuais, tais como a locação, a expressão, o pensamento, a justiça, a propriedade, os contratos (17);
- o direito político de votar e ser votado;
- os direitos sociais de segurança, bem-estar econômico e educação.

(17) Com Dillon Soares (1973, p. 43) admitimos que a propriedade e os contratos não são direitos que se apliquem a todos os regimes, como é o caso do socialismo".

AMMANN, Sarifa Bezerra. *Participação Social*. Ed. Cortez e Moraes, São Paulo, 1977, p. 44.

triais e algumas poucas instituições, enquanto as favelas proliferavam, os pequenos empresários faliam...

Diante dessa perspectiva nenhum segmento da sociedade concebe sequer a possibilidade de que se desenvolva um processo educativo na favela com a participação de seus moradores. Isso porque se consideram os únicos detentores de valores morais, sociais e econômicos para sentenciar sobre a destinação dos favelados, que dificilmente atingirão o nível técnico esperado como mão-de-obra.

O tipo de educação a ser equacionado teria o objetivo de enfatizar a distorção entre o legal e o real que a cidade cria, sugerindo alternativas modificadoras da conjuntura a partir da sobrevivência do morador, valor fundamentalmente primário, no entanto o mais comprometido.

5. Proposições Alternativas

Desfavelamento:

Necessariamente a idéia de desfavelamento não se une à de remoção. Ele pode significar um ensejo à reorganização social, operando não só no próprio local onde se situa uma comunidade, mas também a partir dela. A resistência ao deslocamento, nesse tipo de proposta, é um dado fundamental, pois informa-se

a população tem voz ou não, se participa ou não da vida da cidade, se tem pelo menos o nível de decisão para ficar onde está, ou se é conduzida com docilidade por uma variedade de interesses sem fazer valer os seus. Essa resistência é um dado básico para a reorganização, que vai desde a modificação do espaço físico como limpeza, visual, benefícios sociais até os processos reivindicatórios e aprendizagem profissional. "Desfavelar", passa a significar, então "deixar de ser favela".

Atividades formativas:

Mas é fundamentalmente necessário que o morador saiba, conheça o processo de sua co-participação e adira a ele. Que participe não só na exterioridade física como quem cumpre uma tarefa (a assistência social já faz isto), mas que adquira autonomia e gestão do seu meio social. É preciso evitar a qualquer custo que um programa educativo, nessas bases, assumo o feitio de um conjunto de atividades que se realizam apenas porque a falta de verbas dos poderes públicos cria estratégias para dividir a pobreza com quem já é o mais pobre, fazendo favelados construírem obras que pouco servirão para sua formação de pessoa, de cidadão.

Educação informal e instituição:

É sob esses aspectos que consideramos o papel da Universidade o de uma comunidade pensante que está a serviço da sociedade não para fornecer-lhe soluções pragmáticas, mas pa

ra cooparticipar da formação de uma autonomia intelectual⁽⁶¹⁾ que permita ao cidadão comum tornar-se agente de transformação, participe e construtor de seu meio social.

A uma proposta educativa desse gênero não corresponde um modelo de educação com início, meio e fim. Corresponde um conjunto de programas de caráter permanente que respondam a princípios comunitários, gerados pela realidade de cada favela, se superpondo e a anterior vai definindo, modificando, mantendo, ampliando ou rompendo a subsequente.

O tempo de duração não será medido pela linearidade do processo, mas pelos saltos, ou emergências significativas, reveladores da crescente autonomia sócio-educativa avaliada através da capacidade de assumir a situação de pessoa-urbana, em se tratando de morador de favela.

Os exemplos expostos dos movimentos sociais participados pela comunidade da Vila Brandina dão uma idéia geral sobre esse princípio, mas, em se tratando de atividades participadas, é em Paulo Freire que encontramos a síntese que esclarece:

"Em certo momento já não se estuda para trabalhar nem se trabalha para estudar; estuda-se ao trabalhar. Instala-se aí, verdadeiramente, a unidade entre prática e teoria. Mas insista-se: o que a unidade entre prática e teoria elimina não é o estudo enquanto reflexão crítica (teórica) sobre a prática realizada, ou realizando-se, mas a separação entre ambas. A unidade entre a escola, qualquer que seja o seu nível, enquanto contexto teórico, e a atividade produtiva, enquanto dimensão do contexto concreto".(62)

(61) Considerando intelectual toda capacidade da inteligência que permita ao homem construir tanto uma cadeira, uma casa quanto uma teoria quântica.

(62) FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau*. Editora Paz e Terra, 1977, Rio de Janeiro, p.

No caso da Vila Brandina não há uma escola, mas um conjunto de atividades realizadas em comum através de sessões de de se nv olvidas para consecução dos objetivos propostos pelos mo ra do res, no próprio local da favela.

Este conjunto de atividades não deveria, para fins institucionais, filiar-se ao Serviço Nacional de Preparação de Mão-de-obra, mas ao Ministério da Educação que lhe reconheceria um estatuto, visto que objetiva a formação pessoal do favelado na qual o trabalho é um dos núcleos importantes, mas não o ú n i co.

Essa experiência, bem como seus resultados avaliados através de sessões conjuntas, vão determinar o feitio de escola a ser proposta para as favelas, bem como a flexibilidade necessária para sua implantação.

No momento, programar uma escola seria irresponsabilidade. Ela será o resultado do processo educativo informal e ambos se complementariam numa fase posterior, quando o favelado já pudesse ter maior autonomia.

Programas:

O programa proposto a seguir não esgota o conjunto de atividades que possam interessar à comunidade. É a p r e s e n t a d o c o m o e x e m p l o, podendo ser alterado em seus conteúdos de a c o r d o com a realidade de outros locais onde forem aplicados.

As providências práticas a serem tomadas para c o m p o r u m p r o g r a m a d e s s e t i p o são:

1. Reexame dos valores e necessidades levantados com a comunidade:

VALORES	NECESSIDADES
1. Sobrevivência	<ul style="list-style-type: none"> salário, mercado de trabalho saúde lazer habitação, segurança
2. Instrução	<ul style="list-style-type: none"> aumento de capacidades para sobreviver manutenção da cultura adquirida formas de organização uso da própria linguagem formação do visual
3. Participação na vida urbana	<ul style="list-style-type: none"> resistência aos deslocamentos informação-contrainformação e desinformação acesso aos benefícios sociais reivindicações

2. Reunião das prioridades escolhidas. No caso da Vila Brandina foram:

- . resistência aos deslocamentos, que remete ao item salário e mercado de trabalho;
- . benefícios sociais: água (conseguido) e energia.

3. Montagem de sessões prático-teóricas com programas que permitam atingir as prioridades apontadas e possibilitem uma formação profissional.

Objetivos gerais:

Viabilizar ao favelado, atraído para Campinas, a prática de um direito: o direito à cidade.

Objetivos específicos:

Formação da "pessoa-urbana", através de atividades que a um só tempo lhe permitam aquisição da autonomia de cidadão e usufruto de melhor qualidade de vida⁽⁶³⁾.

Atividades:

São as sessões práticas de desenvolvimento dos seguintes temas:

- a) mercado de trabalho
- b) resistência aos deslocamentos
- c) benefícios sociais (obtidos em parte, devendo ser ampliados).

(63) SUPPLICY, Eduardo Matarazzo: "os indicadores de qualidade de vida da população brasileira estão claramente abaixo dos níveis compatíveis com o progresso material alcançados". Folha de São Paulo, 18/09/1980, p. 17. "Economia".

Local:

A própria favela, seu espaço físico, seus equipamentos em geral: barracos, plantações, benefícios, etc.

Especificação dos conteúdos temáticos:

a) Mercado de Trabalho: São três as atividades profissionais mais exercidas pelos moradores:

- . jardinagem;
- . carpintaria, construção civil;
- . serviços domésticos.

As duas primeiras são produto da cultura rural (jardinagem e carpintaria) e as duas últimas a incorporação prática dos moradores em função da oferta do mercado de trabalho urbano, em razão da sobrevivência.

a.1. Jardinagem - abrange três aspectos: ornamental, medicinal e profissional. Através dos dois primeiros forma-se e informa-se a respeito da estética já exposta no item Desenho Urbano e Saúde. Consta de remodelação física do local incluindo:

- formação de uma cerca viva em torno da favela, de limitando sua área já alcançada pelo asfalto.

Fornecem-se informações e conhecimentos, aproveitando-se os já adquiridos pelos moradores em sua experiência rural, a respeito de: seleção de mudas, sementes, estudos de fibras e

pragas de plantas, formas de adubo, melhoria das espécies, preços, locais de fornecimento, compra de materiais apropriados, escolha, aquisição e manutenção de instrumentos de trabalho, modernização e simplificação de seu uso. Noção de estética paisagística. Como resultado concreto que pode constituir uma atividade conjunta e produtiva para a favela, um *Viveiro de Plantas* poderá ser montado no local. Isto viabilizaria o comércio de plantas e mudas. (64)

- canteiros comunitários medicinais, incluindo plantio de espécies pertencentes ao uso da medicina popular não legitimada, como as homeopáticas e similares (ervas, chás).

Essa atividade se integraria numa educação para a saúde já proposta, e paralelamente à formação dos canteiros medicinais, seriam fornecidas informações por pessoal da área farmacológica, ou paramédico com conhecimentos para tanto, ou leigos preparados por eles. Essa atividade incluiria conhecimento de prevenção das doenças mais comuns, nutrição etc. A construção de um *Posto de Atendimento* seria a forma de viabilizar e difundir esse programa e seus conhecimentos específicos.

(64) Os dados quanto às atividades anteriores foram levantados em duas ocasiões diversas através de duas formas: questionários e entrevistas informais. No questionário, o morador responde sempre que sua profissão é a que exerce no momento. Na entrevista informal, que abrange um período maior de sua vida, ele não omite atividades anteriores que denunciam sua procedência rural. Isso permite conhecer campos onde ele pode ter maior capacitação a ser complementada. Há, porém, uma questão: tentar manter a cultura adquirida para proporcionar maior autonomia ao morador e impingir-lhe uma atividade antiga, quando ele já se integrou nas novas profissões da cidade. A opção deve ser dele, através do diálogo e não uma imposição do processo educativo.

a.2. Carpintaria e Construção Civil - Abrange os aspectos ornamental, funcional e profissional. Através dos dois primeiros forma-se e informa-se a respeito de arte a ser desenvolvida com madeira e de estética aplicada à construção ou reforma de barracos de madeira, a fim de aumentar-lhes a capacidade e a funcionalidade.

Consta da remodelação física do local, aspecto es se incluindo:

- sessões de reforma ou construção de um centro con tendo: creche, posto de atendimento de saúde e centro administrativo levando em conta ampliação, remodelação, pintura e ornamentação dos barracos. Conterá um telefone público, caixa de correio, banca de revista⁽⁶⁵⁾, espaço para montagem de um tea tro de arena.

Serão fornecidas informações a respeito do uso de materiais, aproveitamento, resistência, estética, seleção, ma nuseio e manutenção de instrumentos de trabalho, preparo de cimentos, massas empregadas, noções necessárias de cálculo, fio de prumo, etc. Aproveitamento de espaços coletivos, formação de lugares de lazer e esporte como futebol e malha, espaço para tea tro de arena com pintura e jogos infantis.

(65) A banca de revista não só venderia jornais e revistas, mas também os em prestaria a quem fosse até o centro para se distrair. Ali estariam pessoas ligadas à educação com o objetivo de orientar esses frequentadores dos centros, despertando-lhes o gosto pela aquisição de in formações, sentido crítico com relação a elas, incentivando-os para trocá-las num processo de circulação. Se isso se expandisse seria o caso de pensar numa biblioteca pequena que viabilizasse alfabetização; caso contrário, não.

- Sessões de carpintaria incluindo construção de uma carpintaria comunitária, fornecendo-se informações sobre tipos de madeira, seu corte, aproveitamento nas habitações, artesanato e uso, seleção e manutenção do instrumental de trabalho, aproveitamento de sucata de madeira para acabamento doméstico. (66)

Também a feitura de forrações interiores para residências de alto padrão poderia ser desenvolvida com o objetivo de produzir lambris, armários embutidos ou similares, o que ampliaria a opção de trabalho.

a.3. Domésticas - Sessões de instalação de creche, incluindo limpeza, manutenção, cuidado com roupa, preparo de alimentação. Noções básicas de puericultura, higiene e desinfecção de alimentos e objetos de uso doméstico. Elaboração de orçamento, compra, seleção e aproveitamento de alimentos, noções de costura, uso da máquina, sua manutenção e aproveitamento.

Dentre essas atividades poder-se-ia diversificar: babás, cozinheiras, arrumadeiras e faxineiras com padrão de profissionalização, podendo formar seus próprios grupos de serviços. O aprendizado seria feito na favela com seus próprios filhos e através dessas atividades se trocariam informações e formação profissional.

(66) A madeira está muito cara e os moradores cada vez mais vão preferindo as construções de alvenaria. Aproveitam apenas sucatas de madeira.

b) Resistência aos deslocamentos: incluiria instalação de um *centro de gestão*, núcleo administrado por um grupo de moradores e moradoras em sistema de rodízio por tempo a ser determinado em conjunto. Abrange informações e conhecimentos a respeito de serviços gerais de escritório, comunicação a contatos, orientações legais através de:

- sessões de levantamento de dispositivos que legitimem a permanência dos moradores no local como: PROFILURB, decreto de desapropriação para uso social, PROMORAR (Projeto-Rio), experiências autônomas como as do ABC, Vila dos Palmares, sem apelar para financiamentos externos, etc. Medidas de urgência a serem tomadas no caso de retirada brusca, o que no momento não ocorre, mas pode vir a ocorrer mudando a administração municipal.

- legitimação de formas associativas temporárias ou permanentes como: fundo comum de importâncias arrecadadas para custear atividades conjuntas (como já exposto no decorrer do trabalho), ou formação de uma sociedade civil que garanta aos moradores a propriedade do material usado nas construções de uso comunitário e a posse das instalações destinadas a idêntico uso, enquanto não se obtiver a legalização definitiva dos terrenos.

Cerificados: a concessão de certificados que atestem a profissionalização para efeito de mercado de trabalho, pode ser conferida pela universidade ou prefeitura, ou por ambas, a partir do depoimento do coordenador que em conjunto com o grupo avaliará o processo educativo da seguinte maneira e sem grandes sofisticções.

Se se tratar de construção civil, por exemplo, o morador ou grupo que reformou, remodelou ou construiu uma moradia deve tê-lo feito preenchendo as condições de habitabilidade como segurança, comodidade, etc, que o seu meio social exija. O arquiteto, engenheiro, enfim, o técnico que compõem as equipes podem ser ouvidos.

O que não importará em hipótese alguma é o fato de o executor que está sob avaliação ser ou não alfabetizado. O padrão para efeito de avaliação será *saber fazer casas* e não saber ler.

Esse procedimento seria extensivo às outras atividades de acordo com suas especificações.

Alfabetização: Poderia ser realizada por opção dos moradores, sempre através da atividade exercida. Por exemplo, através de textos compostos sobre os assuntos de jardinagem que foram discutidos, de forma que facilite a veiculação do conteúdo de uma especificação através de um código escrito e lido. A ausência da alfabetização não significará de nenhuma forma de preciação do morador para efeito de sua capacitação e aquisição de conhecimentos necessários para enriquecer a atividade de sua escolha. Se quiser ler, melhor.

Profissionalização: O ponto importante da profissionalização é permitir ao morador a aquisição de um domínio global sobre uma atividade e não apenas prepará-lo para execução de tarefas fragmentadas e parceladas que funcionam como apêndices de um ramo profissional determinado.

O objetivo primeiro é fazer de cada "jardineiro" um profissional que conheça a totalidade do ramo escolhido de maneira que possa formar grupos com outros podendo empreitar ajardinamentos, ornamentações, exercer atividades ligadas à paisagística, ampliando suas opções de trabalho e formando categorias.

O processo de educação informal de base comunitária, nesse caso, manifesta seu teor educativo através da urbanização da favela. Esta, ao término da fase inicial, teria seu espaço social modificado por um conjunto de atividades que, simultaneamente a tal modificação, possibilitariam a capacidade profissional de seus participantes a nível de sobrevivência.

Não se pretende centralizar o que já vem sendo feito por outros organismos e está atendendo aos interesses dos moradores como: INPS, regularização da carteira de trabalho, etc. Pretende-se preencher o espaço vazio que confere um estatuto à educação do cidadão, e que nenhum organismo vem fazendo de maneira organizada.

Há várias experiências de urbanização de favelas como a "Brás de Pina" (75% das casas são de alvenaria) e "Maré" nas mesmas condições, feitas com a participação de programas governamentais. Governo do Rio de Janeiro ou Federal. Há também experiências de "Vila dos Palmares" no ACG-SP, onde, por falta de participação governamental, os moradores resolveram agir por conta própria e com empréstimo externo⁽⁶⁷⁾ adquiriram e urbanizaram o local.

(67) Revista *Veja*, 25/07/79, p. 79 a 83.

No caso do nosso processo educativo informal, da mos ênfase ao teor comunitário da experiência de urbanização como um meio de viabilizar ao favelado o assumir de sua condi ção de pessoa com exercício da cidadania.

C O N C L U S Ã O

A favela não é apenas um aglomerado de barracos que assenta em próprio público na periferia das grandes cidades, em locais destituídos de infra-estrutura básica, ocupados por populações migrantes de baixíssima renda.

Constitui também o sub-produto de uma desarticulação sócio-econômica na qual o divórcio entre uma política agrícola e uma industrialização acelerada induziram a cidade a um acentuado processo de deterioração urbana.

O tipo humano que ela cria é, portanto, o produto final imprevisto atraído pela macro-organização da cidade e que assume determinadas condições de vida para sobreviver.

Sendo imprevisto, o favelado não se classifica em nenhuma padronização da estrutura social local. Considerando, como estrutura, o aspecto estático da organização social, que reúne a totalidade dos *status* que tornam interdependentes os indivíduos e grupos de uma sociedade, e como *status* o conjunto de direitos e deveres que caracterizam a posição de uma pessoa em suas relações com as outras, concluímos que o favelado não

tem *status*. (68)

Daí, a necessidade de se estudar sob um enfoque no vo a concretude da favela, de forma a extrapolar os conceitos de uso do solo, de espaço físico, para abranger o de espaço social, de realidade nova, que não se enquadra nos textos legais que estão a ignorar o surgimento dessa força social viva.

Pensar a educação nesse contexto significa reorganizar a cultura local a partir dos dados novos que a realidade traz em si, relacionando-a com uma abrangência maior.

A informalidade dessa educação significa, nesse caso, a reorganização das comunidades de maneira que possam participar da construção de seu meio social. Considera-se para esse fim, que a educação informal dos favelados de uma cidade em vias de industrialização se manifesta no aumento de capacidade de criar novas formas de organização social para sobreviver.

Não se trata, porém, de fazer com que "as pessoas aprendam e mudem para sobreviver, mas que sobrevivam para aprender e aprendam para mudar e serem capazes de participar na transformação de sua realidade." (69)

A educação não teria uma conotação adaptativa mas permitiria à população a aquisição da capacidade necessária para se tornar autônoma. E essa autonomia se basearia no teor cooperativo e comunitário ao qual corresponderia uma base econômica mínima, estruturada numa política administrativa de apoio.

(68) Dicionário de Sociologia. Globo, 1970. verbete "*status social e estrutura social*", p. 124-e 332, Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo.

(69) Anotações de aulas, *Sociopatias - Problemas sociais*. Prof. Dr. Roberto César Covian, em 04/09/80 - UNICAMP.

Dessa forma, toda política educativa que tenha como

"prioridade erradicar a miséria deve basicamente levar em conta a diferença entre pobreza natural e pobreza artificial, considerando que esta última não provém apenas da falta de recursos naturais, mas, sim, de uma organização produtiva injusta."(70)

como pretendemos ter exposto no decorrer da experiência.

Concluimos pela não conclusão. O debate sobre o tema apenas se inicia. A problemática urbana está em aberto. Está à espera da participação de organismos públicos atentos a informar e ouvir os habitantes. A temática reúne também fluidez, simultaneidade, contradições, mas não necessariamente anarquia. Espera teorização sobre a prática e pela prática. Isso, porém, só será possível se se congregarem os interessados de várias áreas, credo, classes para, estudando em conjunto, darem sua contribuição que, embora profissional, deve ser enfaticamente humana.

(70) Idem.

B I B L I O G R A F I A

Livros:

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Editora Mestre Jou, São Paulo, 1970.
- AMMANN, Safira Bezerra. *Participação social*. Cortez e Moraes Ed., São Paulo, 1977.
- ANDER-EGG, Ezequiel. *El mundo en que vivimos*. Editora Libreria ECR, 1975.
- BERGER, Mandredo. *Educação e dependência*. Difel, co-edições URGs, Porto Alegre, 1976.
- CARDOSO, Fernando Henrique (org.). *São Paulo, crescimento e pobreza*. Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1976.
- DARTIGUES, André. *O que é a fenomenologia*. Livraria Eldorado Tijuca Ltda, Rio de Janeiro, 2a. edição.

WEFFORT, Francisco e outros. *A cultura do povo*. Editora da Universidade Católica SP, Cortez e Moraes, 1979.

FERNANDES, Florestan. *Comunidade e sociedade*. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973.

_____. *A revolução burguesa no Brasil*. Zahar editores, Rio de Janeiro, 1976.

FAURE, Edgar (org.) *Aprender a ser*. Difusão Européia do Livro, São Paulo.

FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

_____. *Educação como prática de liberdade*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975.

_____. *Las Iglesias, la educacion y el processo de liberación humana en la historia*. La Aurora, Buenos Aires, 1974.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

_____. *Educação e mudança*. Paz e Terra, 1979, São Paulo.

GARAUDY, Roger. *O ocidente é um acidente*. Editora Salamandra, Rio de Janeiro, 1978.

- GARAUDY, Roger. *O projeto Esperança*. Editora Salamandra, Rio de Janeiro, 1978.
- GASSET, José Ortega y. *La rebelion de las massas*. Espasa-Calpe S.A., Madrid, 1976.
- GLOBO, Editora. *Dicionário de sociologia*. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Livraria José Olympio, Rio de Janeiro, 1956.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Editora Documentos, São Paulo, 1969.
- LUIJPEN, W. *Introdução à fenomenologia existencial*. Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Ciências do homem e fenomenologia*. Saraiva, São Paulo, 1973.
- MELLO PUPO, Celso Maria de. *Campinas, seu berço e juventude*. Publicação da Academia Campinense de Letras, Campinas, 1969.
- MUNFORD, Lewis. *La cultura de las ciudades*. Emecê Editores, Buenos Aires, 1957.
- NOGUEIRA, Oracy. *Pesquisa social*. Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *A antropologia personalista de Emmanuel Mounier*. Edição Saraiva, 1974, São Paulo.

SINGER, Paulo e outros. *Prevenir e curar*. Forense-universitária, Rio de Janeiro, 1978.

SOROKIN, Pitirim A. *Novas teorias sociológicas*. Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

Publicações e Periódicos:

ALMEIDA, Maria Suely Koffes de. "Entre nós os pobres, eles os negros. Dissertação de mestrado, IFCH-UNICAMP, 1976.

CHÃO. *Revista de Arquitetura, planejamento urbano, desenho e construção*. Editora Tridimensional Ltda, 1º exemplar, 1978.

COVIAN, Roberto César. "Levantamento Sôcio-Educativo da cidade de Paulínia", FE-UNICAMP, 1976.

_____. "Relatório de Campinas - Cidade Educativa", 1978.

_____. "Relatório de Manágua", 1975.

DEBATE E CRÍTICA. *Revista Semestral de Ciências Sociais*. nº 1, Dez./1973. "Desenvolvimento e repartição da renda no Brasil", Paulo SINGER, p.67. Editora Huicitec Ltda, São Paulo.

MANFREDI, Sílvia Maria. "Uma interpretação sociológica do programa de alfabetização", Dissertação de mestrado, Educação, PUC-SP, 1978.

SILVA, Jefferson Ildefonso da. "Os pressupostos antropológicos da cidade educativa no relatório 'Apprendre à Être'", Dissertação de mestrado, Educação, PUC-SP, 1978.

TEMPO BRASILEIRO. *Revista Trimestral de Cultura*, nº 38/39, jul./Dez. de 1984. "Apartheid, a discriminação racial e o colonialismo na África Austral". Guilherme FIGUEIREDO, pg. 24. Rio de Janeiro.

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO. Campinas. Prefeitura Municipal, EMDEC.

DISTRITO INDUSTRIAL DE CAMPINAS. Prefeitura Municipal, EMDEC.

A

N

E

X

O

S

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
FE 1123 - SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

COMPREENSÃO E COMUNICAÇÃO

Quando entro em contacto com uma comunidade a fim de lhe desvendar os problemas, as aspirações, as formas de produção, a organização familiar, etc. não estou apenas interrogando e esperando sua resposta. Estou, muito mais do que isto, penetrando no seu próprio mundo e, ao penetrar nesse mundo, também o experiencio.

Ao experienciá-lo, compartilho dele, co-participo e ao cooparticipar observo-o, analiso-o; desvendo-o, deixo emergir o seu sentido e, numa palavra: compreendo-o.

Mas, a compreensão humana é sempre marcada pelo traço das vivências que cada um traz em si, e para que eu não faça apenas uma transposição da minha experiência ao observar o mundo do outro, devo olhá-lo "em si mesmo", em seu próprio contexto, em seu momento histórico, mediado por seu referencial lingüístico, atendo-me aos seus significados próprios, de maneira a não seccionar este mundo cultural com o qual vou interagir.

Se falo em interação, falo em abertura, que é condição essencial para compreensão. E se a abertura determina a prôpria estrutura da compreensão, ela também determina sua estrutu

ra de diálogo. A experiência transcende, então, o nível individual para se tornar social através da comunicação.

Comunicar-me portanto, não é estender o meu conhecimento técnico e formal até o outro ser que considero inculto, Comunicar-me é me chegar até ele e em conjunto procurar compreender o significado daquilo que constitui sua experiência. Essa experiência me revelará sua dimensão cultural própria, tantas vezes encoberta por uma pseudo-ignorância.

Esse "comunicar", implica, portanto, uma reciprocidade e reciprocidade implica em diálogo. E para tanto, é necessário que eu saiba ouvir o que o outro tem para me dizer, de maneira cognoscitiva e comunicativa, ou seja, em inter-relação. Nessa inter-relação, não há sujeitos passivos, mas sujeitos co-intencionados ao objeto de seu pensamento que "se comunicam o seu conteúdo".

Esse conteúdo será comunicado através dos signos lingüísticos, e é de suma importância manejá-los sem sofisticções e da maneira que melhor permitam o diálogo espontâneo. É necessário que a expressão verbal seja percebida dentro de um quadro significativo ao outro sujeito com quem me comunico. Ou ainda, que o signo usado na comunicação tenha o mesmo significado para os sujeitos que se comunicam, pois se isso não ocorrer, a comunicação inexistirá por falta de compreensão.

Em resumo, a linguagem espontânea, a ausência de sofisticação metodológica, a disponibilidade de ouvir e compreender, mais que de falar e transmitir, são os índices coerentes de uma comunicação humana significativa.

Bibliografia:

FREIRE, Paulo. *Extensão e comunicação.*

CORETH, Emerich. *Questões fundamentais de hermenêutica.*

(Texto elaborado por M. Helena M. Pupo)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
EP 641 - TÓPICOS ESPECIAIS

CARACTERES BÁSICOS DO MÉTODO DE CONHECIMENTO DA REALIDADE SEGUNDO
AS DUAS CONCEPÇÕES DA RELAÇÃO HOMEM-MUNDO.

- 19) Promover a capacidade de observação direta da realidade e uma resposta adequada aos valores descobertos.
- 29) Docilidade da inteligência ao sentido e aos valores reais.
- 39) Rejeitar toda construção artificial e feita "a priori" do conhecimento da realidade, onde a realidade não interessa senão como material para ordenações extrínsecas.
- 49) Rejeitar a filosofia de um sistema internamente coerente, imanentista, que nega ou ignora a realidade que escapa a seu controle. Que supõe que o que não caiba dentro de suas construções abstratas é desordem ou subversão. E implica a imposição de uma ordem extrínseca ao real dado. Tudo o que não possa ser reduzido a unidade é rejeitado. Seu ideal é o espírito de sistema, do qual se deduz e explica tudo.
- 59) Nosso método parte do conhecimento da vida humana para encontrar seu fundamento e sua razão. Compromete ao investigador que não fica fora do problema, senão dentro dele, no coração

da matéria, permanentemente dono de sua autocrítica e num compromisso permanentemente renovado.

69) Aceitação simples de "o evidente". A evidência, segundo Husserl, não é outra coisa que a vivência da verdade. A noção de evidência é a chave de nossa metodologia científica.

79) Raciocínio subjetivo é o funcionamento abstrato do pensamento, sempre idêntico a si mesmo, seja qual for o objetivo buscado. Não se interessa pelos fins, se são razoáveis ou bons, o raciocínio subjetivo não sai de si mesmo e de suas abstrações. O raciocínio objetivo, ao contrário, fala de objetivos e de fins que valem por sua própria força e por sua própria virtude, independentemente de qualquer vantagem subjetiva. O que se vai levar em conta, são os fins e não os meios. No pensamento subjetivo o método se separa do objeto que se procura conhecer e se identifica como um comportamento da mente, diz Ortega, anterior a seu contacto com os objetos.

89) O método consiste numa "observação participante" que inclui os seguintes elementos:

- a) descrição dos fatos;
- b) ordenação estrutural dos dados;
- c) interpretação através de seus aspectos significativos;
- d) orientação prospectiva.

As Duas Concepções da Relação do Homem com o Mundo.

Raciocínio Intrínseco

- 1º) A natureza, o mundo tem sentido por si; logo é matéria participativa de fins e objetivos.
- 2º) A atividade humana é atividade de mediação (Gabriel Marcel). Ato criador é mediação.
- 3º) Atitude dialógica de participação progressiva, adequada à essencial inesgotabilidade do ser próprio de cada coisa. Não há plenitude existencial fora da fidelidade, a própria e suas possibilidades reais. Verdade e adequação ao real. A perfeição consiste na realização do ser. Imperfeito é um "poder ser" que não se realiza. "Ars cooperativa naturae".

Raciocínio Extrínseco

- Natureza vista como material para ser contado, pesado, medido, quantificado, etc., porque não tem sentido intrínseco.
- 2º) Projeto técnico da realidade (Karel Kosik), é a origem da manipulação sem restrição das coisas.
 - 3º) Vontade de domínio; praticidade: a metafísica, a filosófica. Atitude possessiva.
 - 4º) "Skepticós", fundamento profundo do ceticismo. Cético é o que olha, conta, pesa e mede, porém não decide, não opta, não escolhe. Ató anterior à deliberação (considerativo) que fica fechado como um ato completo. É uma forma de absolutizar relativos e a iniciação do pensar neurótico.

Prof. Dr. Roberto Cesar Covian

Tradução do espanhol:

Maria Helena de M. Pupo

PROJETO DE PESQUISA DE CAMPO

Levantar dos moradores da favela Vila Brandina as necessidades, valores, aspirações que norteiam sua conduta.

OBJETIVOS:

1. Conhecer as necessidades básicas referentes a:

- saúde: socorro de urgência, nutrição, prevenção e cura;
- infra estrutura básica: água, luz, lixo, escoamento;
- uso do solo: fixação, remoção posse ou propriedade, garantias jurídicas;
- lazer, pontos de encontro, campos de futebol, campos para crianças.

2. Conhecer os valores referentes a:

- grupo familiar;
- grupo de amigos;
- grupos de reivindicação: comissão local, comissões compostas de elementos de outras favelas; (capacidade de: expressão, opção, participação social)
- grupos de ajuda;
- grupos de pressão;
- instituições: escola, poder público, igreja.

3. Conhecer as aspirações referentes a:

- projeto de vida;
- escolaridade e profissionalização;
- participação na vida urbana;
- volta ao local de origem;

OBJETO:

O universo da pesquisa foi definido tendo em vista a preocupação da significância e representatividade em termos qualitativos e não estatísticos.

A estratégia de definição do universo foi:

- 1) contacto com a Prefeitura, instituições religiosas, sociais e pessoas da circunvizinhança que puderam, através de dados e informações, identificar, de acordo com sua maneira de ver, o núcleo favelado que se quer caracterizar.
- 2) manutenção de contacto direto com moradores em grupo, visando a:
 - caracterizar sua organização (papéis, lideranças, relações, atividades, dependências, capacidades, potencialidades);
 - selecionar famílias cujas características e condição de empatia com a pesquisadora permitirem maior aprofundamento das relações.

- 3) estudo descritivo e analítico do comportamento grupal mediante observação direta dos grupos selecionados em situações espontâneas ou artificiais (grupos de reivindicação, comissões, grupos de remodelação da favela, de construção, de tomada de preços).
- 4) seleção de indivíduos cujas características de informantes (dados, papel no grupo, expressão e comunicação) sejam consideradas satisfatórias;
- 5) levantamentos de dados individuais selecionados mediante elaboração de entrevistas informais aplicando técnicas qualitativas (história de vida, entrevistas informais, auto-imagem).

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: dados primários

1) abordagem dos grupos:

- constituição do grupo (histórico);
- avaliação da situação atual de vida, levantamento das necessidades;
- histórico das experiências pessoais (retrospectiva);
- prospectiva da situação atual, aspirações.

Trabalho participante com a pesquisadora:

- avaliação do relacionamento que mantêm com outros grupos (institucionais ou não);
- avaliação das experiências pessoais;
- troca de informações.

Aspectos detectados pela pesquisadora através da manifestação dos grupos:

- constituição dos grupos (oscilações);
- normas de participação no grupo;
- padrões de relacionamento;
- distribuição de papéis;
- processos de liderança e de tomada de decisão;
- objetivos expressos e não expressos;
- formas de expressão, reivindicação e dependência.

2) Observações:

Cada grupo foi reunido no mínimo três vezes e a duração de cada reunião nunca foi inferior a uma hora e meia, levando em conta o processo de convivência informal com a pesquisadora o que facilitou a comunicação.

As entrevistas individuais foram mais prolongadas (duas a três horas) e em maior número (no mínimo cinco) com cada informante, levando em conta o tempo a ser utilizado em torno de um assunto de interesse do entrevistado e o qual funcionava como um pretexto facilitador do estabelecimento de confiança recíproca, e de uma linguagem comum entre o entrevistado e o entrevistador. O mesmo tema que emergia do assunto inicial foi retomado em diversas entrevistas, o que possibilitou ao informante recolocar-se e aprofundar suas impressões.

Eventualmente, a sequência entre as abordagens grupal e individual pode ser trocada desde que as condições de campo se mostraram facilitadoras do trabalho junto a indivíduos de

melhor contacto que permitiam mais contacto com os grupos.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: dados secundários

A coleta de dados secundários foi intensa na primeira fase do trabalho e continua em todo o transcurso, principalmente na forma de contactos com leigos, profissionais, universitários, especialistas, favelados de outros locais que puderam nos transmitir suas experiências uma vez que as informações bibliográficas e documentais são quase inexistentes.

- - contatos: universitários, políticos, assistentes sociais, visitantes sanitários, educadores, agentes de pastoral, favelados, vizinhos.

BIBLIOGRAFIA:

Projeto de Pesquisa sobre adolescentes carentes em São Paulo ,
CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1979.

Contatos com a população

O objetivo desta fase do nosso estudo era caracterizar o contexto sócio-econômico-cultural dessa área, de forma a subsidiar nosso trabalho. Não era pretensão nossa fazer uma abordagem teórica do fenômeno "favela" e, sim, através do contato direto com o habitante e com o local, estabelecer um paralelo entre espaço físico, forma e função e condicionantes sócio-econômicos-culturais.

Através do diálogo com uma parcela da população pudemos detectar alguns dados que comparecem com frequência nas suas preocupações. A insegurança em relação à terra, sem dúvida, caracteriza o comportamento social e conseqüente conformação espacial. Além do fato primordial de não serem proprietários do terreno onde se instalam, existem pressões, conflitos de caráter político e de classe que acentuam essa condição de instabilidade. Isso se reflete também na precariedade da favela como forma de assentamento humano, "como se um ar de provisório pairasse sobre ela". A noção de espaço coletivo no qual cada morador deposita sua parte de responsabilidade é um processo só agora iniciado, a partir do trabalho da socióloga. A par dessa incerteza quanto ao futuro, a população aspira a melhoramentos, mesmo aqueles que não se apresentam como prioritários; por exemplo, o asfalto, mas que de alguma maneira dê um sentido de legitimidade e permanência àquele assentamento, incorporando-o à cidade propriamente dita. Há, por outro lado, uma necessidade

de trazer os códigos da cidade para dentro da favela (numeração de ruas e casas) aspirando a uma identidade urbana; mas essa ordenação só tem um valor simbólico e formal.

A posse do terreno, na medida em que não está amparada legalmente, se faz mais por um acordo tácito entre os moradores, à medida que estes se instalam na favela. O dimensionamento e demarcação do lote é, aparentemente, resultado de um complexo conjunto de fatores que envolvem o sentido de posse, valores culturais trazidos de diferentes regiões do país e a predominância do valor de uso sobre o valor de troca do "terreno". Porém, em relação aos barracos existe um sistema claro de "mercado imobiliário", verdadeira reprodução da forma capitalista de mercado, onde o objeto de valor de troca é o barraco, o abrigo. Ainda em relação à propriedade, é interessante notar as variadas maneiras de "se sentirem donos da terra": uma das moradoras acredita que a única forma de apossar-se da terra é trabalhando-a. Sua plantação de "andu", mais que a própria alimentação, significa sua tentativa de marcar naquele pedaço de terra uma espécie de escritura de terra; outra procura pedir licença à prefeitura; outra ainda apenas cerca e marca o terreno com seu barraco. A maioria das pessoas entrevistadas tem procedência rural. São migrantes de Paranã, Goiãs, Minas, etc, variando entre eles os motivos da migração ou tempo de permanência na cidade. Em geral, chegam motivados por uma melhora de vida e, amparados por relações de parentesco ou amizade, tentam se incorporar à vida urbana. A instituição familiar é ainda um componente muito forte, tanto no que diz respeito às relações de vizinhança, quanto de subdivisões dos lotes (divisão com parentes, ampliação das

casas, etc.). A existência de pequenas plantações, criações de animais, forno de barro, etc. são indicadores da procedência rural dos moradores. A herança rural se traduz também na convvência humana daquela comunidade; as relações comunais refletem diretamente numa conformação espacial mais fluida, humana, onde as pessoas se sentam na frente de suas casas, se apropriam do espaço da rua de forma mais completa, como ponto de encontro, como área de lazer, etc. O que observamos na favela em termos de *atividades agremiativas* ou contatos interpessoais é que elas acontecem no próprio cotidiano das pessoas, no ato de lavar roupa, de buscar água na torneira, etc. não necessitando de um espaço próprio, definido com um fim claro, para que possa acontecer. Há uma predisposição por parte da população em dividir equipamentos, como por exemplo a água. Na favela existem 4 pontos de fornecimento, cada qual atendendo aproximadamente a 20 famí-lias que cotizam as despesas. A obtenção desse tipo de benefício consegue mobilizar a população local que, representada por uma comissão de moradores, foi reivindicada na SANASA (existem lideranças dentro da favela).

Quanto à *ocupação de mão-de-obra ativa* a maior parte se emprega no *setor terciário*, em funções que não exigem qualifi-cação. Muitos trabalham nas imediações, em casas de "classe A", nas construções, na "Hípica" (clube de alto padrão), como jardi-neiros, faxineiros, domésticas ou em subempregos. A baixa renda familiar obriga a população a buscar *atividades extras, comple-mentares*. As mulheres e crianças, principalmente, são acionadas na cata de ferro velho, jornais usados, papelão, garrafas, etc., vendidos depois para aumentar o orçamento doméstico. Verificamos também a existência de um grande número de *pessoas inativas*, a

maioria causada por *doenças* que em certo grau podemos creditar às baixíssimas condições de vida que se apresentam na favela.

Um dado importante na favela é que o cotidiano das pessoas está fortemente regulado em função do *tempo*. Na medida em que não dispõem do fornecimento de energia elétrica, a luz do dia serve para demarcar as atividades domésticas no tempo. É por meio dela que as mulheres (as que mais convivem e fazem uso da quele espaço) organizam o seu cotidiano. A noção de tempo se liga, então, à noção de *luz*.

A Vila Brandina é produto real do atual sistema econômico-social vigente no país.

Localizada num contexto metropolitano (Campinas), onde a industrialização tem sido o estopim de um desenvolvimento urbano acelerado (Campinas: crescimento anual de 10%), paralelamente a uma série de contradições como, por exemplo, o aumento espantoso das correntes migratórias (provenientes principalmente do Norte do Paraná, Sul de Minas, Goiás e interior de São Paulo), que ao chegarem não encontram colocação nas indústrias, nem mesmo como mão-de-obra não qualificada; ampliando o exército industrial de reserva e se dedicando a subempregos inseridos no setor terciário. Tais migrantes morarão em favelas, cortiços e em construções precárias nas áreas periféricas da cidade, que já conta com um contingente populacional de aproximadamente 700.000 habitantes.

Sua localização, vizinha ao Jardim das Paineiras, zona de assentamento residencial de alto padrão, intensamente especulado, à primeira vista pode causar certa estranheza e espanto. Mas, segundo a lógica de ocupação, é perfeitamente coerente

aquele população se localizar proximamente às principais fontes de emprego (casas de classe "A", Sociedade Hípica de Campinas, etc.), eliminando-se assim, entre outros, o fator transporte. A localização é ainda peculiar na medida em que, diferentemente de outras favelas que normalmente vão se situar nas "periferias", em áreas totalmente carentes de infra-estrutura, se acha numa área de alto padrão de urbanização, com facilidade de acesso ao centro da cidade.

Caracterização Espacial da Favela.

Pela sua própria natureza, a favela de Vila Brandina é um espaço segregado socialmente, uma "ilha" dentro de uma paisagem homogênea de loteamento e residências de alto padrão. Aí ficam patentes as contradições de classes, que coabitam praticamente o mesmo espaço mas não têm ponto de contato social, nem desfrutam dos mesmos benefícios urbanos. O *desenho da favela* no entanto, tenta se ajustar ao do entorno urbano, em termos de aceitabilidade, mas a sua vida comunitária e as relações de classe que ela contém se restringem ao espaço da favela. Embora um espaço socialmente segregado, a favela faz parte da cidade e procura nela se integrar. Sua definição é clara: trata-se de um *espaço de transição*, onde pessoas vindas do campo ou de núcleos culturalmente diferentes tentam se adaptar à vida urbana. Isso se reflete numa conformação espacial onde convivem de um lado a manutenção de características de assentamento rural, e de outro, a tentativa de se incorporar à malha urbana envolvente. A própria estruturação dos caminhos demonstra esse fato.

Aqui, a topografia, a necessidade de ligação entre pontos de interesse, a inexistência de uma trama pré-determinada ou uma legislação regularizadora condiciona um *sistema de caminhos* mais fluido, onde a escala e a configuração espacial são reflexos muito mais fortes e diretos da ação humana sobre o espaço (o próprio morador constrói seu espaço em todos os níveis), do que num assentamento urbano tradicional. Existe uma *estrutura hierárquica* que podemos definir como: primária - as principais (pública), que interligar a favela à malha urbana, definidas claramente e uma secundária - referente às ligações entre os terrenos, e entre barracos situados dentro de um mesmo terreno, adquirindo caráter mais privado.

A própria noção de *rua* é aqui bastante particular, na medida em que não há divisões de funções. O circular, o lazer e até o trabalhar se confundem e acontecem nos caminhos, tornando-os realmente uma continuação da casa, um ponto de vivência. A ocorrência de nós, bolsões ao longo do caminho não condiciona necessariamente um ponto de encontro; a vivência comunal se dá ao longo dos caminhos, nas áreas em frente aos barracos, nos barrancos contíguos ao caminho. A intensa vida "externa" que existe na favela talvez se explique também pela precariedade de vida, em termos de conforto, no interior dos barracos que de certa maneira leva seus moradores para fora das habitações. As casas, atrás de sua *implantação* aparentemente aleatória e caótica, guardam na maioria das vezes uma relação direta com a topografia, respeitando as curvas de níveis, evitando assim, grandes movimentos de terra que além de dispendiosas, agravam o problema da erosão. Os lotes apresentam as mais diversas tipologias e tamanhos, e pelas suas particularidades

é impossível deixar de traçar um paralelo com os lotes urbanos tradicionais.

A partir da natureza de cada um, já podemos perceber diferenças: enquanto o lote tradicional parte de um plano, de uma intencionalidade geralmente baseada em razões econômicas, a conformação da favela é um ato dirigido em função da necessidade de criação e interligação de espaços adaptados a seus valores culturais e à funcionalidade. Embora alguns terrenos estejam cercados e transpareça a noção de propriedade, existe uma diferença fundamental entre um lote tradicional cercado e um terreno de favela cercado: neste, os espaços são perfeitamente permeáveis; há uma intensa comunicação entre lotes (seja por acessos laterais, uso comum de equipamentos); os terrenos não são estanques em si. Existe, ao que parece, um "acordo tácito" entre os moradores, quanto ao problema da apropriação e dimensionamento do terreno. Para eles, a terra tem apenas o valor de uso, sendo que o valor de troca se restringe ao barraco. A demarcação dos lotes se faz das maneiras mais informais possíveis. Além das cercas, uma plantação, um barranco, ou mesmo a sutileza de um mourão na esquina identifica a propriedade. A ocupação dos lotes guarda sempre marcas da herança rural: área de serviço empuxados fora da casa, a latrina longe do barraco, nos fundos do lote, criações de animais, pequenas plantações, etc.

Às vezes, um conjunto de habitações geralmente ocupadas por parentes estão dentro de um mesmo limite, utilizando inclusive equipamentos coletivos. O uso destes, principalmente latrinas e pontos de água, é um dado comum na favela, estabelecendo entre os usuários, relação de interdependência, de raí

subindo a encosta, zona de assentamento mais antigo e, portanto, mais estável. "A periferia" da favela é zona de assentamento mais recente.

O sistema ambiental da área deixa a desejar: é árida pela carência de vegetação, árvores frondosas que tornariam o ambiente mais ameno.

Não existem áreas de lazer "institucionalizadas"; porém a população se apropria tanto dos caminhos quanto das ruas do entorno e outras áreas abertas para desenvolverem atividades de lazer: futebol, recreação infantil, papos informais, etc.

Elementos geográficos naturais como córregos, árvores e pontos significativos comuns como pontes, torneiras, o asfalto e mesmo o bar funcionam claramente como referenciais na organização da favela.